

**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 123ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 22 de outubro de 2015, às 8:00 horas
Local: Auditório do SEST/SENAT
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle
2 Processual da SUPRAM – Sul de Minas; Valério Mendes Rezende,
3 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;
4 Lucélio Nativo Assunção, Secretaria de Estado de Desenvolvimento
5 Econômico – SEDE; Giovanardi Marco Alves, Secretaria de Estado de
6 Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Luís Carlos de Faria,
7 Segundo Tenente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Francisco
8 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ;
9 Marcelo Ferreira Guimarães, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
10 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Flávia Maria Mourão, Prefeitura
11 Municipal situada na área de abrangência da URC; Roberto Soares
12 Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São
13 Francisco; Átila Alves da Costa, Federação das Indústrias do Estado de
14 Minas Gerais, FIEMG; Edécio José Cançado Ferreira, representante da
15 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG;
16 Camilo de Lelis André Melo, representante da Federação das Associações
17 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
18 Gerais – FEDERAMINAS; Francisco de Assis Braga, Associação Brasileira de
19 Engenharia Sanitária – ABES; Marcos Antônio Ferreira Veloso,
20 representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
21 Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG; Lessandro Gabriel da Costa,
22 Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Anaximandro Lourenço
23 Azevedo Feres, representante da Pontifícia Universidade Católica –
24 PUC/Arcos; **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo**
25 **Diretor de Controle Processual da SUPRAM, - Sul de Minas, Sr., Anderson**
26 **Ramiro Siqueira.** “Conforme determinação do Secretário de Estado
27 Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Nalton
28 Sebastião Moreira da Cruz, meu nome é Anderson, estarei presidindo a

29 reunião hoje aqui dentro. Sejam todos bem-vindos”. **3. Comunicado dos**
30 **Conselheiros e Assuntos Gerais.** “Antes de passar a palavra aos
31 Conselheiros gostaria de dar posse à nova Conselheira representante do
32 Poder Público Prefeitura Municipal de Divinópolis, Flávia Maria Mourão,
33 seja bem-vinda, Flávia. Item 03, comunicados dos Conselheiros e assuntos
34 gerais. Com a palavra os Conselheiros”. – Lessandro Gabriel da Costa,
35 Associação Ambientalista do Alto São Francisco – “Bom dia.
36 Primeiramente eu gostaria de fazer um convite a todos, que hoje às 15
37 horas na chamada Barca Iguatama, juntamente com a CODEVASF e a
38 CEMIG haverá um peixamento do Rio São Francisco naquela área de
39 Iguatama. E juntamente com a prefeitura também, com apoio nosso, o
40 Comitê de Bacia, Associação Ambientalista, um peixamento de grande
41 escala. Então vai acontecer hoje às 15 horas na chamada Barca em
42 Iguatama. Segundo ponto que eu gostaria de trazer aos meus amigos
43 Conselheiros, a todos que participam dessa reunião, é que Lagoa da Prata
44 nos últimos anos vem sofrendo muito com a turfa, que é um
45 queimamento de um brejo que hoje está seco que as taboas queimam. E
46 lá semana passada, retrasada, nós gastamos três caminhões pipa e mais
47 de um milhão de litro de água para combater essa turfa. Essa turfa fica a
48 menos de 800 metros do centro da cidade, nós tivemos um transtorno de
49 mais ou menos 300 a 500 atendimentos com crianças e idosos pelo
50 intoxicação dessa turfa no pronto socorro do município. A ciência da
51 Polícia Ambiental que tem dado total apoio, é muito grande no município,
52 a gente sabe dessa dificuldade dessa turfa lá que está queimando e
53 queima há dias, porque a turfa queima o solo, queima embaixo, a parte de
54 cima queima, mas a parte de baixo vai queimando gradativamente, é um
55 carvão mineral que existem em lugares alagadíssimos que às vezes seca,
56 em decorrência de queimadas criminosas, fica queimando dias e dias. E o
57 município de Lagoa da Prata não só dessa vez, mas várias vezes como no
58 ano passado, também teve essa questão da turfa queimar lá, e nós
59 tivemos um transtorno muito grande com o município. O município no
60 ano passado, como eu citei aqui na última reunião, tivemos apoio do
61 Corpo de Bombeiros de Nova Serrana que deslocou vários dias para o
62 município para tentar ajudar nessa questão da queima dessa turfa, e que,
63 infelizmente decorrente dessa seca hídrica a gente sabe que muitas coisas
64 mudaram no nosso quadro de vida do dia a dia. Por exemplo, Arcos, hoje,
65 o pessoal está pegando água na mina para beber, porque não tem água, Já
66 Paraíba é uma cidade de quatro, cinco mil habitantes, está com
67 racionamento de água, Santo Antônio do Monte está racionando a água,
68 alguns bairros de Bom Despacho já estão faltando água. E nós temos hoje

69 um dado do Estado de 114 municípios mineiros em questão emergencial
70 por esta falta de água que nós estamos, decorrente nesse período aí que
71 realmente assola muita gente, assusta muita gente. Mas voltando à
72 questão da turfa aqui, eu vou pedir encarecidamente à SUPRAM, eu vou
73 deixar aqui, protocolar aqui o pedido, porque essa área é uma área
74 urbana lá, está dentro do perímetro urbano, apesar de ser um terreno
75 particular dessa turfa e tudo, nós vamos protocolar e pedir um apoio à
76 SUPRAM para que a gente possa fazer uma obra emergencial lá, que a
77 gente já tem o recurso, para poder desassorear esse brejo que está seco,
78 praticamente seco, não existe água lá, não tem água, ele secou devido a
79 essa seca. E que a gente precisava dessa licença mais rápido porque claro
80 que a gente quer que o período de chuva chegue e chega com maior
81 intensidade, mas talvez dificultasse o processo nosso lá. E gostaria
82 também de falar que hoje nosso Nalton, o nosso Subsecretário de Estado,
83 uma pessoa que a gente confia muito, a gente passou para essa SUPRAM,
84 pedir a ele que nas suas ideias de Estado, de mudança, porque a gente
85 sabe que o estado pegou uma situação muito crítica em questão de crise,
86 crise hídrica e outras demandas, aí que vem do passado, a gente sabe que
87 a gente vai ter que procurar alternativas, que nós precisamos unir porque
88 se a gente não unir nós não vamos chegar em lugar nenhum, e cada dia a
89 situação pode piorar mais. Hoje os produtores rurais têm a maior
90 dificuldade de desassorear um açude, por causa do processo demorado,
91 burocrático. Então através do nosso superintendente, o nosso Secretário
92 de Estado, que inclusive é o Doutor Sávio de Souza Cruz, a pessoa com
93 quem conversei no domingo agora, a gente teve um diálogo aberto no
94 domingo, eu gostaria de pedir encarecidamente que a gente pudesse
95 mudar essa lei do Estado e facilitar esse armazenamento de água no
96 Estado de Minas Gerais. Se Minas Gerais é a caixa d'água, 70% da água do
97 São Francisco está em Minas Gerais, essa caixa d'água está seca, todo
98 mundo sabe disso, não precisa nem falar, não é? Nós temos exemplo claro
99 aí de Três Marias que não gera mais energia, o Rio Grande seco. Então
100 daqui para frente acho que nós precisamos é mudar o quadro do sistema,
101 de repente talvez, desse licenciamento que às vezes não por culpa dos
102 nossos amigos aqui que fazem os licenciamentos, os nossos técnicos, as
103 pessoas que herdaram essa deficiência do Estado com o funcionário, com
104 técnicos, com fiscalização, mas que de alguma forma nós possamos levar
105 isso para a Assembleia Legislativa também para a Comissão das Águas lá;
106 para que essa lei do Estado seja mudada. Porque se a gente não
107 armazenar água no Estado de Minas Gerais, não só Minas Gerais, e todo o
108 Brasil vai sofrer muito, e já está sofrendo. Então gostaria aqui de encerrar

109 minhas palavras e dizer que daqui para frente nós vamos ter que ter
110 outras estratégias, como a minha fala com o Secretário de Estado Doutor
111 Sávio, que é uma pessoa sábia, uma pessoa que está buscando um
112 entendimento junto à sociedade, mas que de uma forma urgente, nós
113 possamos mudar todo esse quadro que está acontecendo hoje. Que esse
114 quadro é uma herança maldita, poderia dizer assim maldita, que nós
115 herdamos do passado. Sabemos que hoje os maiores problemas do Brasil
116 enfrentados, não só Minas Gerais, eles não foram criados aqui nesse
117 momento, que daqui para frente nós precisamos ter outro
118 comportamento, nós precisamos ter respeito, dignidade, seriedade para
119 que as coisas possam andar. E acredito sim que nesse momento difícil de
120 crise que nós estamos passando, até mesmo o Comitê do Alto São
121 Francisco, coloco aqui a minha disposição para que a gente possa fazer
122 alguma coisa para que não use as palavras: se ficar o bicho pega e se
123 correr o bicho come. Então esse é o momento, encerro aqui minhas
124 palavras. E gostaria, Vilma, com todo o respeito que a gente sabe que
125 existe um protocolo que segue a SUPRAM, mas que a gente pudesse ter o
126 desassoreamento dessa turfa, porque é um caso que realmente incomoda
127 muito. Inclusive aqui no último jornal da cidade existe uma matéria inteira
128 falando dessa turfa, que realmente nós não podemos deixar mais. Então
129 eu peço muito o apoio da SUPRAM, que a gente possa fazer alguma
130 medida de obra emergencial lá, como a gente já tem o recurso, para que
131 realmente a população de Lagoa da Prata, não só Lagoa da Prata, em
132 outros lugares que tem sofrido muito com essa questão da escassez
133 hídrica, a gente possa unir as forças para uma Minas Gerais melhor, um
134 Brasil melhor e um mundo melhor. Muito obrigado". – Francisco de Assis
135 Braga, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – "Eu vou
136 aproveitar a fala do Lessandro e completar algumas ideias. Nós tivemos
137 dois exemplos, ou pelo menos foi veiculados nos meios de comunicação. A
138 solução que as concessionárias de abastecimento urbano tiveram para
139 atender à falta d'água. Então Pará de Minas, Belo Horizonte, qual foi a
140 solução? Não. Buscar água no Rio Paraopeba. Se nós seguirmos nesse
141 ritmo, até quando teremos água no rio para ser buscada? Agora o que me
142 incomoda, é qual o investimento feito por esses concessionários de água
143 na melhoria e manutenção da bacia hidrográfica nas quais eles captam a
144 água? Qual a reversão de recursos que é utilizada para essa finalidade? Se
145 existe eu acho que é muito pouco. Então se nós continuarmos
146 caminhando nesse sentido, buscar água em um rio cada vez mais longe,
147 sem tratar a caixa d'água, a torneira vai secar, o cano vai secar. Então o
148 que eu acho que nós precisamos fazer, eu já participei do Comitê da Bacia

149 Hidrográfica do Rio São Francisco, uma decepção extremamente grande.
150 Vejo também colegas como o Apolo, o Erígio Lisboa que participou desses
151 negócios, e de certa forma hoje não participa diretamente de tanta
152 decepção porque na época do Comitê, o Lessandro também sabe disso,
153 Comitê do São Francisco, transposição do rio versus revitalização da bacia,
154 não é? Então houve outorga, houve autorização para fazer transposição,
155 sem água, água sem qualidade, obras que estão lá será que vão servir para
156 alguma coisa? Eu não sei. Agora a revitalização da bacia não saiu do papel,
157 e aí falta a água, eu vou por mais um cano ali, falta água vou por mais um
158 cano ali. Então precisamos pedir uma contrapartida de quem utiliza desse
159 recurso e ele é um material primário ali, ele precisa investir na bacia
160 hidrográfica. Então esse negócio precisa aparecer, precisamos começar a
161 trabalhar com gestão de recurso hídrico, e não só captação de recurso
162 hídrico onde ele ainda existe, porque daqui a pouco não vai resistir
163 nenhum". – Roberto Soares Noqueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
164 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "Bom, vamos começar com
165 a notícia ruim, no dia 09/10 a portaria número 30 declarava situação de
166 restrição de uso das águas do Rio Pará, montante da estação Carmo do
167 Cajuru por trinta dias. E se não vier chuva eu acho que vai sair nova
168 portaria, infelizmente. Então isso aí complementa o que o Lessandro e o
169 Francisco nos falaram. A respeito do que o Francisco falou da
170 revitalização, eu estava na Plenária do São Francisco lá em Alagoas
171 quando havia uma forte oposição ao projeto transposição do Rio São
172 Francisco, e o nosso ex-vice-presidente, mineiro, José de Alencar, pediu a
173 palavra lá para acho que amansar a turma lá e falou que o que fosse
174 investido na transposição seria investido na revitalização dos afluentes do
175 São Francisco, e do São Francisco. Já foram investidos mais de dez bilhões
176 de reais no processo de transposição, e eu acho que nem 5% disso vieram
177 para revitalizar os nossos rios, pelo menos em Minas Gerais. Então, quer
178 dizer, desse jeito realmente a gente não vai ter água, não está se
179 trabalhando em gestão de água, não está se trabalhando em preservação
180 de água, então fica muito difícil. Eu gostaria também de aproveitar para
181 convidar todos, vai haver uma audiência pública no dia 29, que vai ocorrer
182 lá no auditório da FIEMG, aqui em Divinópolis, para discutir a revisão do
183 Plano Diretor do São Francisco. Eu acho muito importante que quem se
184 interessa por isso e quem tem conhecimento possa estar presente para
185 contribuir para a gente melhorar, porque realmente o São Francisco está
186 morrendo, do jeito que ele está sinceramente nós não vamos recuperar
187 rio tão cedo lá. Então fica aí o convite, é a partir das 14 horas e vai ser uma
188 audiência com hora marcada, 14 às 18, eu acho que todos interessados,

189 todas as pessoas que estão preocupadas com a sobrevivência do Rio São
190 Francisco deveriam se fazer presente. É isso aí, obrigado”. – Edécio José
191 Cançado Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária
192 do Estado de Minas Gerais – FAEMG – “A fala dos que me antecederam
193 tem total procedência, o problema de água hoje é crítico, mas o grande
194 problema da Bacia do São Francisco hoje é recuperar as caixas d’águas
195 abastecedoras do rio na seca, ou seja, suas lagoas marginais. Eu tenho
196 conhecimento de causa, porque nasci e fui criado em uma propriedade à
197 beira do Rio São Francisco, onde lembro quando criança do meu pai
198 contratava uma turma de homens para fazer uma limpeza do rio à lagoa,
199 do córrego que ligava o rio à lagoa. E quando o rio enchia, a primeira água
200 que o rio jogava na várzea era através da lagoa, você via aquele pavio de
201 água amarela do rio entrando na lagoa. Depois que a lagoa enchia é que
202 esparramava para a várzea. Como hoje você não pode fazer mais nada, a
203 lagoa reduziu mais ou menos um terço do tamanho que era do claro dela,
204 hoje ela está tomada por juncos, taboas, etc., e os córregos estão
205 obstruídos. Hoje as várzeas da minha fazenda enchem e se dependendo
206 da enchente for pequena, a lagoa não suja da água do Rio São Francisco.
207 Então primeiro passo é isso, é liberar as artérias do rio para que ele
208 abasteça as suas lagoas nas águas, para que ele receba de volta através
209 dessas artérias aquela água que há armazenada nas caixas d’água. Nós
210 temos que recuperar a capacidade dessas caixas d’águas, de armazenar o
211 volume de água, algumas delas é até três vezes superior ao que armazena
212 hoje, para que a gente volte a ter o rio com tranquilidade e ser perene.
213 Porque o São Francisco hoje lá no fundo da minha fazenda você atravessa
214 ele em qualquer lugar dele hoje você está atravessando dando pé para a
215 gente, isso é uma coisa que eu nunca tinha visto, vi esse ano. E o Ivan,
216 Conselheiro suplente da FAEMG, está aqui presente, trouxe ao meu
217 conhecimento que em Pará de Minas tomaram a iniciativa exatamente
218 nesse sentido, de recuperar açudes, lagoas, todo o custo com capacidade
219 de armazenamento de água; em um convênio entre: Ministério Público,
220 Sindicato Rural, Prefeitura Municipal e outros órgãos interessados. Não sei
221 se lá a SEMAD participa, mas deveria estar participando, no sentido de dar
222 agilidade a liberação das outorgas para a limpeza desses cursos d’água,
223 por que isso é essencial, não vamos recuperar São Francisco sem
224 recuperar suas lagoas marginais. Não vamos recuperar São Francisco sem
225 preservar as nascentes que abastecem o rio, e não precisa de loucura, levo
226 vocês aqui em Bom Despacho e mostro uma nascente que foi recuperada,
227 cercado apenas 30 metros de raio em volta dela, tá? Não tem loucura,
228 não plantaram árvore, não plantaram nada, deixaram capim nativo

229 crescer em volta dela e hoje ela é perene, abastece uma propriedade de
230 bom tamanho, fizeram três açudes captando a água dessa lagoa. Isso foi
231 feito há 30 anos atrás, e está lá até hoje perenizado. Então acho que nós
232 devemos primeiro desburocratizar e despolitizar a questão ambiental,
233 vamos tratar tecnicamente, objetivamente buscar as soluções que de fato
234 resolvam o problema, não adianta nada a gente ficar aqui elucubrando,
235 criando normas, criando dificuldade e o meio ambiente estar morrendo lá
236 enquanto a gente faz isso daqui. Então sugiro o Doutor Francisco, já por
237 diversas vezes abordou comigo a necessidade da recuperação dessas
238 lagoas, sugerindo uma parceria com os produtores rurais, os produtores
239 rurais estão abertos através das suas entidades classistas, FAEMG,
240 sindicato, a fazer as cooperativas participarem desse projeto. Infelizmente
241 o setor está descapitalizado para assumir esse ônus. Alguns produtores
242 que tenham a capacidade financeira maior até estão dispostos dentro da
243 sua propriedade de fazer isso às suas dispensas. Mas a grande maioria
244 infelizmente hoje não tem mais essa capacidade e essa disponibilidade de
245 recurso financeiro para investir, mas dentro de uma parceria com os
246 diversos órgãos que nós temos interessados nessa questão, e interesse
247 sério, tem certeza disso, o interesse é sério, não é só interesse de bater,
248 desculpe a expressão até um pouco fora do contexto, de bater só gogó do
249 assunto, mas é de ir ao âmago da questão e resolver com o Ministério
250 Público, com a Polícia Ambiental, com os Sindicatos Rurais, a FAEMG, e
251 acredito, a SEMAD; que eu acredito que a SEMAD agora vai mudar aquela
252 postura dela de criar dificuldades, nós não queremos que crie facilidades,
253 queremos ser objetivos para resolver essa questão. Então, Doutor
254 Francisco, o senhor tem por parte da Federação da Agricultura de Minas
255 Gerais e dos Sindicatos, especialmente os da região que eu sou diretor da
256 ASROM, Associação dos Sindicatos Ruralistas do Oeste de Minas, o senhor
257 tem total apoio nosso para a gente conduzir uma parceria nesse sentido. E
258 pedimos a SUPRAM, para que ela ou faça um convênio com os COPAMs,
259 com os CODEMAs para agilizar essa, porque nós sabemos da deficiência
260 de técnicos que vocês dispõem, então não podemos nem ficar cobrando
261 isso demais de vocês. Talvez seja um convênio emergencial com os
262 CODEMAs para liberar essa recuperação dessas lagoas. Fica aqui a
263 sugestão e fica aqui desde já a nossa mão estendida para uma parceria,
264 porque vai atender a todos, não só a nós produtores rurais, vai atender à
265 comunidade como um todo, todo o Brasil vai nos agradecer por uma
266 pequena iniciativa aqui, espero que seja exemplo para as demais regiões
267 do Estado e do país para que façam isso. Buscar a água do Tocantins igual
268 estão falando para alimentar o São Francisco é outra loucura, porque não

269 estão dando conta de fazer o que se propuseram fazer. Eu acabo de
270 chegar dos Estados Unidos, vi na Califórnia canais com 550 quilômetros de
271 extensão buscando água de degelo, e abastecendo o deserto da Califórnia
272 que hoje é um dos maiores centros produtores de frutas do mundo, e hoje
273 é maior celeiro leiteiro dos Estados Unidos, tudo com água buscada do
274 degelo, canais de 550 quilômetros de extensão levando água, a água é
275 contada para cada propriedade, tem um limite d'água, seu limite de
276 produção é o limite de água que você dispõe. Eu mostrei até para o
277 Professor Francisco e para o Marcelinho foto dos canais, é
278 impressionante. Agora, o pessoal lá tem uma cultura totalmente diferente
279 da nossa, lá primeiro é trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, trabalho.
280 Não ouvi ninguém falar em governo lá hora nenhuma, fiquei 15 dias
281 andando em fazendas nos Estados Unidos, ninguém falou em governo,
282 ninguém, ninguém falou em governo. O cara da Califórnia que eu estava
283 com ele lá na Universidade de Davis, da Universidade da Califórnia no
284 Campo de Davis, falou conosco, falou: A nossa preocupação primordial na
285 Califórnia chama-se água, nosso limitador é a água, então nós cuidamos
286 da água, qualquer curso d'água que você passar, estiver com sede, pode
287 pegar a água e beber, porque é pura. Então é isso que nós temos que
288 buscar para nós aqui também, parar de jogar esgoto no nosso curso
289 d'água sem tratamento, vamos cuidar da nossa água, vamos começar o
290 dever de casa dentro das cidades e no campo também, mas vamos todos
291 nós. O Professor Francisco falou aqui das concessionárias, elas não fazem
292 nem a obrigação delas que é um tratamento de água, um tratamento de
293 esgoto adequado, e quanto mais trabalhar em recuperação de nascentes,
294 de cursos d'água, de bacia hidrográfica. Então, Professor Francisco,
295 Lessandro, Doutor Roberto, fica aqui meus parabéns pela iniciativa de
296 vocês de tocar nesse assunto que é de suma importância para toda a
297 sociedade brasileira. E nós aqui do centro-oeste principalmente, porque o
298 São Francisco é um ícone para todos nós. Por isso que nós temos a
299 liberdade de chamá-lo de Velho Chico". – Lucélio Nativo Assunção,
300 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE – "Eu
301 gostaria também de corroborar com as palavras do Doutor Edécio, que os
302 nossos colegas falaram muito bem, principalmente da questão da água, e
303 eu vou completar aí além da questão hídrica, da crise hídrica, nós estamos
304 passando por essas ondas de calor, que é uma temperatura global nós
305 temos assim muito pouco o que fazer, assim de imediato. Mas nós temos
306 que pensar também no conforto térmico das cidades, e isso nós podemos
307 fazer muito, as nossas cidades estão cada vez assim mais quentes, é cada
308 vez mais ruas asfaltadas, que isso tem um lado também muito bom, mas

309 tem o lado da impermeabilização e o lado do aquecimento. E além disso,
310 mais construções, mais concretos e que vai sempre aumentando, criando
311 uma ilha de calor nas cidades. Uma das soluções que a gente aposta é ter
312 uma arborização bem planejada, o Doutor Edécio foi lá ao Estados
313 Unidos, acabou de chegar agora e deve ter visto isso lá nas cidades
314 também, que as cidades são mais planejadas e a arborização ela é o
315 implemento urbano, é uma infraestrutura urbana que deve ser também
316 planejada como qualquer outra infraestrutura. O que nós temos no
317 cenário aqui de Minas Gerais, e principalmente aqui da região do oeste, é
318 que a arborização urbana das cidades elas não foram planejadas, foram na
319 base da boa vontade, do modismo e com isso nós temos vários problemas
320 hoje nas cidades. Desde estourar cano d'água, estourar rede de esgoto,
321 estourar passeios, não é, conflitos com as construções, conflitos com
322 redes elétricas. E isso nós estamos vendo a cidade cada vez com menos
323 árvores. Durante um período no passado, trinta, vinte anos atrás, teve
324 uma moda maior de plantar árvore nas cidades, e hoje, infelizmente a
325 moda está mais de cortar, não é? Infelizmente. E para isso a Cemig está
326 fazendo um seminário desde 2011, eu já falei aqui na última reunião, que
327 é de promover discussão buscando soluções, e trazendo pesquisadores de
328 várias partes do Brasil para discutir isso aí nos municípios, trazer a coisa
329 mais regionalizada. E nós já a cada ano a gente escolhe mais ou menos na
330 faixa de 05 a 07 cidades para ser contemplado esses seminários. Aqui no
331 oeste esse ano, em 2011 foi Divinópolis, depois Passos, depois Formiga, e
332 agora é a vez de Arcos, nós vamos fazer lá no dia 27 e 28 de outubro agora
333 semana que vem. Aí eu passo para vocês, vocês já deve ter recebido pelo
334 e-mail, eu passo para vocês novamente o convite, quem puder participar,
335 nós vamos ter no dia 27 uma pauta de seis palestras muito interessante,
336 que vai do berço ao túmulo, desde a produção da muda até a parte de
337 planejamento urbano; e no dia 28 nós vamos dedicar no minicurso, que
338 seria a parte mais técnica, com prática, são minicursos de oito horas,
339 muito interessante também. Então fica o convite aí, quem puder ir lá
340 participar as inscrições estão marcadas vai terminar hoje, mas acredito
341 que até amanhã ainda dá para fazer inscrições, e vocês aí que receberam
342 o convite, conto com vocês lá, muito obrigado". – Francisco Chaves
343 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Bom
344 dia a todos. Quero pedir licença inicialmente para registrar a presença,
345 meu agradecimento à Doutora Flávia Alves de Assunção Rodrigues, que é
346 analista do Ministério Público, funcionou como segundo suplente na
347 última reunião, e se desincumbiu muito bem do ato para o qual ela foi
348 regularmente, repito, Senhores Conselheiros, regularmente indicada. Em

349 um segundo momento eu quero em nome do Ministério Público aderir a
350 todas as preocupações que foram externadas aqui, e dizer que ainda que
351 de forma limitada, e enquanto integrantes do Conselho nós temos muita
352 responsabilidade no quadro, sobretudo no quadro regional. E podemos
353 ainda que de forma limitada, contribuir a curto, médio e longo prazo para
354 a melhoria desse quadro. Temos felizmente, essa oportunidade de fazer
355 isso e que para cada reunião nós nos sintamos cada vez mais responsáveis
356 por isso. Em relação à proposta do Conselheiro Edécio, também gostaria
357 de deixar bastante claro que nós levaremos a diante a iniciativa, sempre
358 foi uma preocupação, eu já externo isso aqui há algum tempo, as lagoas
359 marginais não só caracterizam-se como caixas d'água, mas também são os
360 verdadeiros berçários de peixes do rio, e daí a importância da sua
361 recuperação e eventual preservação daquelas que ainda existem. Mas eu
362 gostaria até de esclarecer perante o órgão ambiental regularizador em
363 que a SUPRAM poderia de fato contribuir nesse projeto, para que nós
364 possamos sentar à mesa todos juntos, setores interessados e instituições
365 contribuintes para que nós possamos pelo menos de uma forma piloto,
366 em um primeiro momento alcançar algum resultado. Foi mencionado pelo
367 Conselheiro Edécio, a questão das outorgas para a limpeza, me parece
368 que existe uma disposição dos proprietários de proceder essa limpeza
369 nesse momento em que nós estamos vivenciando um período de
370 estiagem sem precedentes. Eu não sei do ponto de vista técnico ambiental
371 se isso é realmente o mais adequado, e também confesso ignorar qual é o
372 instrumento hoje cabível para que isso aconteça. Então eu queria já
373 iniciando, startando esse processo, ouvir a manifestação do órgão nesse
374 sentido para que a gente possa até caminhar com mais segurança nesse
375 pleito". – Silvestre, SUPRAM – Alto São Francisco – "Vamos começar
376 respondendo ao Conselheiro Lessandro, a gente entende a gravidade da
377 situação lá, e cabe uma intervenção emergencial e a gente protocolando o
378 documento lá a gente tenta dar a resposta o mais rápido possível. Com
379 relação a cidade de Pará de Minas, em 2009 o IGAM já declarou a Bacia do
380 Ribeirão Paciência como área de conflito. E a gente em termos de
381 SUPRAM a gente não poderia, não pode mais liberar nenhuma outorga a
382 partir daquele ponto que foi decretado conflito. E a instrução que nos foi
383 passada é que todos os usuários iam ser convocados para uma outorga
384 coletiva, e nós estamos em 2015 e a gente não sabe como que anda esse
385 procedimento, o que a gente sabe é que nenhuma das portarias ainda
386 foram canceladas dos empreendimentos que existem lá, que dependem
387 da água do Ribeirão Paciência, nenhuma das portarias de outorga ainda
388 foram canceladas. Então essa questão da outorga coletiva na Bacia do

389 Ribeirão Paciência, a gente não tem nem noção de como que ela anda e
390 como que vai ficar, porque o IGAM, a gente trabalha aqui o IGAM está lá,
391 a gente está aqui, quase não se fala. A área de drenagem do Ribeirão
392 Paciência é uma área de drenagem muito pequena, ela começa ali na
393 Matinha, e Pará de Minas está no limite de duas bacias que é o Rio
394 Paraopeba e o Rio Pará, então está bem espremido ali, e essa contribuição
395 de água que a bacia tem ela é muito pequena para a bacia abastecer uma
396 cidade do porte de Pará de Minas, o que tem que ser feito lá na cidade é
397 um trabalho de recuperação de nascente, principalmente da APP do
398 Ribeirão Paciência que a gente observa quando a gente passa ali a
399 montante, o Ribeirão Paciência quase não tem APP preservada. E o uso
400 intensivo do solo ali também é um uso tipicamente de pastagem, então o
401 quê que acontece quando chove, o coeficiente superficial de escoamento
402 superficial ele acaba, o que chove praticamente é drenado imediatamente
403 para o Ribeirão Paciência e a percolação que existe ali para alimentar a
404 nascente é muito pouca. E o que aconteceu em 2011, a onde a cidade foi
405 totalmente alagada justamente por causa disso, porque não tem
406 vegetação para segurar essa água que percola. Com relação as outorgas
407 de limpeza e desassoreamento, eu acho que esse é o maior entrave que a
408 gente tem dentro do órgão ambiental, porque para poder fazer uma
409 limpeza e um desassoreamento se for manual não precisa de outorga, se
410 for utilizar qualquer maquinário, aí o pequeno produtor ou quem for o
411 interessado vai ter que procurar a outorga para poder fazer. E o quê que a
412 gente esbarra, a gente esbarra em uma legislação eu ela não é favorável
413 para esse tipo de limpeza, então a gente tem pequenos produtores com
414 pequenos cursos d'água, pequenas lagoas, barraginhas, barramentos, que
415 estão tomados de taboa porque uma outorga de limpeza e
416 desassoreamento, se não me engano, ela é mais de mil reais, e precisa de
417 um relatório técnico para poder apresentar para a SUPRAM, um relatório
418 técnico aí na praça deve estar cobrando em termos de quase R\$ 3.500,00
419 para fazer um relatório técnico de uma outorga dessa. Fora a hora
420 máquina que ele vai gastar para poder limpar essa lagoa, então como boa
421 parte desses cursos d'água estão nas pequenas propriedades, é no
422 mínimo uns cinco mil reais que um pequeno produtor vai gastar para
423 poder limpar uma barragem dessa. O que a gente teria que ver, a gente
424 tem aqui o representante do Comitê de Bacia do Alto São Francisco, a
425 gente tem aqui representante dos usuários de bacia, CBH Pará está aqui
426 em Divinópolis, é tentar juntar o IGAM uma maneira de que tenha, que dê
427 tipo um cadastro de Uso Insignificante, estudar uma maneira de que
428 pequenos cursos d'água, pequenas lagoas seja tipo um cadastro de Uso

429 Insignificante para poder permitir que o pequeno produtor faça essa
430 limpeza usando a máquina, porque manualmente a gente percebe que
431 eles não dão conta. E isso a gente já escuta essa reclamação desde quando
432 a gente entrou no órgão ambiental. Então tem que ser revisto em nível de
433 IGAM uma maneira de permitir que essas pequenas propriedades façam
434 essa limpeza que não seja por meio de outorga, ou um cadastro ou uma
435 outra maneira, porque do jeito que está eles vão continuar sem limpar,
436 porque a partir do momento que eles começarem a limpar com máquina
437 vai ter denúncia eles vão ser autuados, é por isso que eles não estão
438 limpando". – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
439 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "Eu gostaria de lembrar a
440 vocês que infelizmente o Comitê de Bacia do Rio Pará está fechado vai
441 completar dezesseis meses, por falta de repasses do governo, está certo?
442 Então quer dizer, é difícil demais em uma crise dessa a gente querer
443 aproveitar o Comitê, que é formado por voluntários, a despesa de um
444 Comitê é irrisória e nós estamos a dezesseis meses fechados por falta de
445 repasse, então é complicada a situação e eu não vejo uma solução rápida.
446 No início do ano se propôs que os convênios de repasse seriam feitos
447 através de uma OSCIP durante o Seminário Legislativo Águas de Minas III.
448 Eu conversei com o pessoal ligado à administração do IGAM, e desisti da
449 ideia, nós fizemos inclusive por boa vontade da prefeitura de Pará de
450 Minas uma plenária do Comitê para aprovar essa OSCIP, e foi trabalho
451 perdido. E agora estou dizendo que vão contratar uma empresa para
452 administrar esses convênios. Eu imagino que vai levar no mínimo licitação,
453 é dinheiro público, eu acho que nós estamos até no meio que vem com
454 pelo menos o Comitê do Pará fechado se é que ele vai estar existindo no
455 meio do ano que vem, porque uma entidade de Estado como o Comitê de
456 Bacia, criado pelo Poder Público estadual e sinceramente nós temos lá
457 entre titulares e suplentes uns cento e cinquenta Conselheiros que
458 poderiam estar ajudando, trabalhando e realmente não existe essa
459 possibilidade. Então é pedir aí ajuda ao Comitê, o apoio do Comitê em
460 uma época dessa eu acho que vocês podem esquecer. A gente
461 pessoalmente, os membros do Comitê como pessoas físicas até podem
462 contribuir tudo, mas comitê realmente hoje não é a mínima condição de
463 fazer nenhuma reunião, nenhuma plenária, as câmaras técnicas estão
464 paralisadas. Então essa situação precisa ser revista com urgência pelo
465 Governo do Estado e pela Secretaria de Meio Ambiente". – Silvestre,
466 SUPRAM – Alto São Francisco – "Eu sou concursado pelo IGAM,
467 Conselheiro, e estou desde 2006 no SISEMA, e uma das grandes
468 dificuldades que a gente tem com relação a estar aqui na ponta é quando

469 a gente precisa de um apoio em Belo Horizonte. A turma que passou no
470 IGAM em 2006, você não acha ninguém lá mais, você liga para lá
471 querendo uma ajuda para treinar uma outorga de barramento com
472 regularização, a gente não encontra ninguém lá que possa nos ajudar.
473 Então essa dificuldade que o Comitê de Bacia tem, a gente também tem
474 de ter essas respostas muito rápido. Infelizmente a rotatividade de
475 técnicos, de pessoas que estão no órgão é muito grande, então a gente
476 percebe que não tem uma continuidade, você não tem um ponto que
477 você possa falar que começou, está trabalhando e que vai finalizar. Então
478 é sempre isso, você liga para lá, não está mais aqui, você conversa com
479 uma pessoa hoje, daqui um ano você já não acha ela lá mais para poder te
480 dar uma ajuda, te dar um retorno, é complicado também até para nós que
481 estamos aqui na ponta”. – Lessandro Gabriel da Costa, Associação
482 Ambientalista do Alto São Francisco – “Eu gostaria de, apesar de estar
483 estendendo muito a reunião, mas eu acho que isso é um diálogo
484 produtivo, porque é um acontecimento que está tendo, que nós estamos
485 vivenciando, e se a gente não achar o caminho acho que nós estamos
486 partindo para um suicídio. O Anaximandro está aqui, nosso amigo
487 Anaximandro foi presidente do Comitê do Alto São Francisco, não é,
488 Anaximandro, representando a PUC de Arcos, e como o Doutor Roberto
489 deu a primeira notícia ruim, eu quero dar a segunda. A segunda notícia
490 ruim eu vou explicar mais ou menos para que vocês possam entender, que
491 quando se fala no órgão IGAM, igual eu falei já exista essa mudança de
492 governo, a gente acredita, como eu disse aqui e confirmo, o meu diálogo
493 com o Secretário de Estado Sávio, que está desempenhando um grande
494 papel na área ambiental no Estado, mas que às vezes se a gente não tiver
495 essa união de força, que no domingo até foi aniversário dele, eu tive esse
496 diálogo com ele, parabenizando pelo seu dia, ele colocou toda a
497 disponibilidade de nos ajudar. O Comitê do Alto São Francisco, Doutor
498 Roberto, vou mais além, nós tivemos o convênio firmado com o IGAM,
499 documentação da entidade que mantém o comitê que é a Associação
500 Ambientalista do Alto São Francisco foi direcionada à ata da diretoria para
501 o IGAM, e na atual gestão eu sou Presidente do Comitê do Alto São
502 Francisco. Que também estaria fechando as portas, e já fui procurado pela
503 imprensa nacional, para dizer o quê que está acontecendo com essa crise
504 hídrica e o quê que está acontecendo com os Comitês de Bacia. Lá no
505 IGAM não houve esforço nenhum, posso dizer assim aos senhores, do
506 jurídico que analisou toda a documentação, porque lá foi a documentação
507 que eu participada da diretoria, da entidade que estaria mantendo o
508 Comitê, depois de sete meses fizeram a denúncia do nosso convênio,

509 porque diz o jurídico do IGAM que eu não poderia estar participando da
510 ONG que mantém o Comitê e na Presidência do Comitê. E como o Doutor
511 Roberto falou aqui, nós somos todos voluntários, agora se os documentos
512 passaram pelo crivo do IGAM, o jurídico do IGAM analisou, o convênio foi
513 formalizado, o convênio houve gasto de despesa, depois de sete meses o
514 IGAM identificou um erro que veio lá deles? Porque o erro partiu de lá, se
515 toda a documentação hoje está dentro do órgão, se eu faço parte da
516 entidade delegatária que hoje mantém o Comitê, voluntariamente porque
517 há três anos o Comitê não tem secretário, e quem mantém a
518 secretariado do Comitê é o empregado da entidade, que
519 voluntariamente serve o Estado. Então ficou difícil, eu acho que o negócio
520 foi mais além de que eu pensava. Mas eu espero sim, depois da conversa
521 que eu estive com o secretário no domingo, repito, no domingo, vou
522 voltar a conversar com o secretário e se preciso for a gente via até o
523 governador, sabe, Doutor Roberto, porque no início do ano quando nós
524 estivemos com o Governador da Cidade Administrativa, ele colocou toda a
525 disponibilidade do Estado para a gente resolver essas questões ambientais
526 do Estado. Se aqui também na SUPRAM, nós estamos como voluntário eu
527 assento nessa cadeira desde o início dessa superintendência, e se eu não
528 acreditasse nesse sistema aqui hoje, eu não estaria aqui, eu já teria pedido
529 demissão, porque eu não ganho nada para estar aqui. Eu tenho que pagar
530 um pedágio ali de dez reais e tenho que pagar meu almoço. Então eu
531 gostaria encarecidamente, sabe, Doutor Roberto, nesse momento, aos
532 Conselheiros amigos aqui, tentar esse diálogo aberto com o secretário e
533 com o próprio governador. Não só esse caso que acontece nesse
534 momento, mas em outros momentos também, porque acho que o diálogo
535 é a melhor saída para todos os problemas que nós estamos vivendo na
536 sociedade. Porque se o governo nos escutar, se o governo que é nós,
537 governos somos nós, resolver a situação da sociedade eu acho que todo
538 mundo vai ter um ganho. Acredito sim, senão estaria aqui sentado nessa
539 cadeira desde o início da implantação dessa superintendência. Acredito
540 sim, porque dessa superintendência saiu um superintendente que hoje é o
541 Subsecretário de Estado Nalton, e todos nós vimos em primeiro momento
542 quando ele passou por essa casa, o desempenho dele em nos ajudar.
543 Então nós estaremos levando todas essas dificuldades, não só do Comitê,
544 mas essas dificuldades que esbarra, Silvestre, nas questões da lei, a gente
545 sabe que a lei é uma exigência que não foi vocês que criaram, mas que a
546 gente possa levar isso em um diálogo aberto para onde que a gente possa
547 mudar essa lei, se é na Assembleia Legislativa, se é no próprio Estado,
548 entendeu? Na própria SEMAD, que a gente possa mudar, porque

549 realmente se a situação dos produtores rurais no Estado de Minas Gerais
550 continuar do jeito que está eu acho que nós vamos estar partindo para um
551 suicídio. A situação é muito mais grave que nós pensamos, e realmente a
552 sociedade está todo mundo calado. Eu vou citar aqui a COPASA, que
553 bonitinho, coloca a água na mesa para a gente aqui, que no início quando
554 começou aquela crise hídrica lá em Pará de Minas eu até culpei a COPASA,
555 mas de lá para cá não vi muita coisa sendo feita não. Eu até gostaria de
556 fazer um desafio de que a COPASA pudesse trazer para a gente aqui
557 alguns dados de algumas melhoras do ano passado até esse ano, do que
558 foi feito para poder a gente amenizar essa questão da seca na região. A
559 gente sabe que vai mais além de Deus, por enquanto não começar a chuva
560 nós estaremos todos em uma redoma sufocado por uma falta d'água". –
561 Francisco de Assis Braga, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária –
562 ABES – "Só aproveitando aqui. Talvez não o momento certo, talvez no final
563 da reunião, mas já que foi tratada a questão de alteração de legislação, eu
564 vi pela TV, pela televisão que o Governo do Estado de Minas Gerais entrou
565 com uma proposta de alteração da legislação, em caráter de urgência na
566 Assembleia Legislativa do Estado, sem debater adequadamente com quem
567 atua nisso já há alguns anos. E eu pude perceber, eu estou dizendo coisa
568 que eu vi na televisão porque nós não tivemos acesso. Uma revolta muito
569 grande do pessoal que atual realmente na questão ambiental no Estado já
570 há anos, do Projeto Manuelzão, dentre outros, dizendo do cerceamento e
571 talvez do atalhamento para se resolver questões. Nós temos que tomar
572 cuidado com atalhos, porque atalhos podem levar a situações piores do
573 que as vigentes. Muitas vezes não se resolvem problemas buscando
574 atalhos e imediatistas e que cerceiam de repente uma questão que
575 realmente foi posta para ser decidida coletivamente, e não voltarmos ao
576 momento cartorial de bater carimbo no escritório do Poder Executivo". –
577 Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
578 Justiça – PGJ – "Tendo esse contexto nós também gostaríamos de externar
579 preocupação da instituição, o projeto de lei já vem sendo estudado,
580 sobretudo em algumas questões. Mas uma delas traz uma preocupação
581 talvez mais evidente, embora outras também não sejam menos
582 importantes, que é uma eventual retirada da Polícia Militar Ambiental dos
583 quadros do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Nós sabemos da
584 dificuldade com a qual trabalha os órgãos de fiscalização, hoje integrantes
585 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, salvo engano não sei se tem
586 alguém do núcleo de fiscalização aqui, mas parece que são dois ou três
587 fiscais para atender uma região inteira. Nesse sentido é evidente, patente
588 que o apoio da Polícia Militar se mostra essencial, porque é um órgão que

589 também trabalha com as suas dificuldades, tem contingente insuficiente,
590 mas que tem maior capilaridade. É uma instituição que tanto nos orgulha
591 a nós mineiros, e que subitamente está diante aí de um eminente
592 cerceamento nas suas atribuições. Então nós enquanto Conselho, de fato
593 não podemos coadunar com isso, não sei como que está sendo tratado,
594 não sei se a Polícia Militar Ambiental simplesmente se incorporaria ao
595 policiamento ostensivo, essa é a proposta, Tenente Faria”. – Luís Carlos de
596 Faria, Segundo Tenente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – “A
597 proposta para que a Polícia do Meio Ambiente ficasse só com a
598 fiscalização rural, é o caso dessa patrulha rural que tem aí, do pessoal do
599 policiamento ostensivo geral. Então tiraria aí no caso o poder de polícia
600 administrativa da Polícia do Meio Ambiente, e que a gente ficaria só com a
601 parte de registro de crimes ambientais. No caso com o boletim de
602 ocorrência REDS, encaminhado à delegacia e Ministério Público”. –
603 Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
604 Justiça – PGJ – “Então percebo a gravidade da questão em uma estrutura
605 já bastante enxuta para citar aqui o exemplo da nossa região, dois ou três
606 fiscais para atender uma região inteira, imaginem quantas denúncias
607 aportam no órgão diariamente para serem verificadas, que hoje contam
608 com o apoio da polícia, porque até onde eu sei o núcleo de fiscalização
609 aciona primeiramente a Polícia Militar para que identifique o fato e
610 formalize oficialmente a ocorrência em uma estrutura já enxuta que vai
611 ficar ainda mais deficitária. Isso precisa ser acompanhado de perto, e nós
612 estamos acompanhando, mas fica desde já o registro da preocupação, não
613 sei em que termos isso vem sendo tratado especificamente, mas o tenente
614 já confirmou que parece que essa é a intenção do projeto de lei. Não
615 tenho dúvidas de que como, eu sempre digo isso, Ministério Público e
616 polícia são instituições coirmãs, tudo que a polícia faz vai para a mesa de
617 um promotor e nós também não trabalhamos sem o auxílio tanto da
618 Polícia Militar quanto da Civil. Então não tenho dúvidas de que nós vamos
619 tentar fazer valer esse nosso parentesco, essa nossa familiaridade e
620 contem com o apoio da instituição para evitar que esse mal maior
621 aconteça no Estado”. – Luís Carlos de Faria, Segundo Tenente da Polícia
622 Militar de Minas Gerais – PMMG – “Até mesmo porque todos os tipos de
623 atos autorizativos e DAES tudo é repassado através de convênio para a
624 Polícia Militar e nós temos lá uma grande quantidade de atos autorizativos
625 como meta até dezembro. Para vocês terem uma ideia nós já fizemos mais
626 da metade e nós temos ainda mais de mil para atender. É o caso que se a
627 Polícia do Meio Ambiente continuar, ficar só por conta de patrulhamento
628 rural e registro de ocorrência e de crime ambiental, eu acho que os órgãos

629 eles vão ter um trabalhão para poder fazer esse tipo de serviço aí”. –
630 Anaximandro Lourenço Azevedo Feres, representante da Pontifícia
631 Universidade Católica – PUC/Arcos – “Bom dia a todos, peço desculpas
632 pelo meu pequeno atraso, mas estava em outro compromisso da
633 instituição. Quero fazer coro com o que o Lessandro falou, a gente vem
634 observando um sucateamento dos Comitês de Bacia desde a época em
635 que eu estive na presidência, isso foi extremamente frustrante, tem sido
636 extremamente frustrante para todos aqueles que militam na área de
637 gestão de recursos hídricos. E infelizmente, aí isso está gravado, a gente
638 não está sendo profeta do acontecido, parece que o governador não está
639 dando azo à política que ele anunciou no seu discurso de posse, que seria
640 governar com as pessoas, governar com as comunidades. A gente está
641 assistindo aí um sistema de centralização administrativo, mas nos órgãos
642 que já existe centralização nós estamos vendo às vezes um sucateamento.
643 Não sei se é, faz parte de uma polícia de realinhamento do estado, de
644 recondução, obviamente o primeiro ano é muito mais um ano de
645 diagnóstico e planejamento de execução, esperamos que seja isso, não
646 vamos aqui condenar, ainda temos só dez meses de governo, mas Isso
647 muito nos preocupa, especialmente por representar uma entidade que
648 está em todas as regiões do estado e que vem verificando isso também
649 em outras regiões em que atuamos. E também para não ser profeta do
650 acontecido, nós estamos discutindo falta d’água, isso já era falado a
651 questão das barraginhas, a questão de gestão da plantaçao de água
652 mesmo e fiquei estarecido com o procedimento burocrático que nos foi
653 trazido aqui pelo Silvestre, o custo que gera para você fazer, desassorear
654 uma barraginha. A gente está o tempo todo aqui estimulando construção
655 de barraginha para captação de água, para assegurar assoreamento de rio,
656 e sem impingir um custo e cinco, seis mil reais para um pequeno produtor
657 rural, é algo inimaginável uma burocracia desse tamanho. Então a gente
658 faz coro com a possibilidade de minimização dessas exigências, de talvez
659 tornar isso cadastro de Uso Insignificante, ou algo similar. E o que é pior, a
660 gente que conhece um pouquinho, tem um pouquinho de experiência, nós
661 estamos vivendo falta d’água, em breve nós vamos ter chuva, talvez daqui
662 a um ano, daqui a dois anos, e essas barraginhas que deveriam estar bem,
663 digamos assim, com a sua manutenção em dia, ou mesmo os corpos
664 hídricos com a sua manutenção em dia, a gente não está vendo trabalho
665 para desassoreamento, vamos ser responsáveis pelas enchentes que
666 certamente virão. Então isso eu quero deixar claro, isso aqui, esse
667 também o coro com o que vem falado pelos meus antecessores quanto à
668 questão da gestão dos recursos hídricos. Obrigado”. Camilo de Lélis André

669 Melo, representante da Federação das Associações Comerciais,
670 Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
671 FEDERAMINAS – “Bom dia a todos, cumprimentar a Doutora Flávia, nova
672 integrante, e lamentar a saída da Sílvia que também era uma Conselheira
673 atuante. A senhora está de parabéns e nós confiamos na sua atuação.
674 Quando o colega aqui fala a respeito barraginha, em uma dessas reuniões
675 passadas eu disse: implantar barraginha é fácil, faz o projeto, implantar,
676 eu quero saber é da manutenção dela, porque nenhuma o órgão que
677 implantou ou a ONG que implantou as barraginhas hora nenhuma teve
678 preocupação com a manutenção. Então isso eu já registrei em ata, estou
679 tornando a falar, essas barraginhas quando faz o projeto de implantação
680 tem de ter um projeto de limpeza delas, porque chega às fazendas, entra,
681 faz as barraginhas e o produtor rural, que em princípio seria beneficiado,
682 agora é que fica no passivo. Porque fizeram o projeto para fazer, mas para
683 dar manutenção não fizeram, então isso eu já cobrei aqui. Agora quando o
684 Lessandro fala da revisão sete meses depois de um ato lá do IGAM, nós já
685 encontramos isso aqui sempre, Lessandro, infelizmente chama autotutela,
686 eles fazem as coisas erradas, lá a carruagem já está andando, aí vê que
687 fizeram errado, aí fala: “Nós temos autotutela para corrigir.” E a respeito
688 das obras da transposição do São Francisco, pelo volume de dinheiro, nós
689 vendo essa apuração petróleo aí nós já podemos imaginar no fundo no
690 fundo qual a razão dessa transposição do São Francisco. Quando fizer uma
691 apuração nela, no valor que já gastou e tudo, nós vamos chegar a outro
692 escândalo com certeza. Agora uma coisa que me preocupou, pequena, eu
693 vi um loteamento em que ao fazer o inventário florestal fizeram, tinha
694 muita aroeira, então não colocou as aroeiras no inventário não, classificou
695 a aroeira como Gonçalo, e as aroeiras foram todas cortadas. Agora o meu
696 questionamento é o seguinte, eu também já havia alertado, nós não
697 temos, está acabando, quem conhecer a árvore, se o engenheiro florestal
698 que fez esse levantamento errou, acho que o órgão ambiental que
699 autorizou o corte tinha que ter ido lá e fiscalizado. E isso foi dentro de um
700 loteamento, então a minha preocupação é essa, é preocupação mais
701 pequena, como é que está sendo feito isso dentro do órgão. Agora outra
702 coisa que eu gostaria de saber do Silvestre é o seguinte, o licenciamento
703 daquela linha de transmissão, não sei se vou falar o nome certo, Bengoa,
704 eu já estou tendo notícia que ela já está contratando, já está fazendo, já
705 está contratando os empregados para trabalhar na obra. Esse
706 licenciamento era nosso, eu não sei como é que está andando. E da MG 50
707 que também não passou e nós não estamos tendo conhecimento dele,
708 então são essas duas questões, obrigado”. – Silvestre, SUPRAM – Alto São

709 Francisco – “Antes de responder eu só queria fazer uma correção que está
710 havendo, quando eu falo de barraginhas eu me expressei mal, a
711 barraginha ou cacimba, aquela que é feita para captar água de chuva em
712 drenagem seca, ela pode ser limpa a hora que for a qualquer momento
713 que isso não precisa de outorga nem para construir nem para fazer. O que
714 realmente precisa de outorga é aquele pequeno barramento, pequena
715 lagoa no curso d’água, essa sim que precisa de outorga. Então podem
716 continuar construindo cacimbas, barraginhas aí para conter a água de
717 chuva porque o resultado delas é bom. Com relação a Bengoa, eles
718 entraram com um processo de licença de instalação e a SEMAD nos pediu
719 que encaminhasse o processo para ser analisado no âmbito de Belo
720 Horizonte. Porque é um empreendimento linear que se não me engano
721 passa em três regionais. Provavelmente vai ser analisado por lá, mas a
722 gente acha que deve ir para o COPAM aqui ser julgado. Então esse
723 processo foi encaminhado para Belo Horizonte, então está sendo
724 analisado lá. Com relação à MG 050, a Vilma eu acho que pode falar
725 melhor do que eu, parecer que eles estão trabalhando por liminar
726 judicial, não é isso, Vilma?” – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto
727 São Francisco – “A última informação que eu tive que foi essa semana, que
728 em sede de recurso eles mantiveram aquela decisão liminar, então apesar
729 de não concordar, o judiciário deferiu, manteve a decisão liminar para eles
730 poderem continuar operando. Mesmo o processo de licenciamento tendo
731 sido julgado pelo indeferimento aqui. Existe um pedido de TAC também
732 por parte da empresa, mas que a SUPRAM provavelmente irá manifestar
733 no sentido de indeferir”. – Francisco Chaves Generoso, representante da
734 Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Me perdoem, vou precisar estender
735 um pouco mais em razão dos fatos levantados, bem levantados pelo
736 Conselheiro Camilo. Um parêntese, em relação a esse loteamento em que
737 houve o corte de árvore de espécies protegidas, se o senhor pudesse
738 especificar melhor para que a gente possa acionar a Polícia Militar para
739 que faça o levantamento e as responsabilizações tanto de quem efetivou
740 o corte tanto do Poder Público que eventualmente foi omissivo em relação
741 a isso, sejam apuradas. Eu não sei em qual Comarca, se o senhor puder
742 passar para a Polícia Militar para que, e aí fica desde já a solicitação,
743 tenente, para que a fiscalização aconteça. Segunda questão bem rápida,
744 eu estava conversando com o professor Francisco, a gente fala muito
745 dessa questão dos barramentos, das lagoas e etc., e como leigo, mas eu já
746 consultei aqui quem entende do assunto, quer dizer, essa ocorrência de
747 taboas decorre de assoreamento. E o que causa, uma das coisas que
748 contribuem para o assoreamento é a falta de vegetação ciliar, então não

749 adianta também a gente falar só da limpeza sem que haja área de
750 preservação permanente devidamente existente no local. Terceiro ponto,
751 e aí eu estou assim estarecido com a informação formal que foi passada,
752 do deslocamento de um processo de licenciamento para Belo Horizonte.
753 Não sei se apenas a análise está acontecendo na SUPRAM, e se estiver
754 acontecendo eu acho que cabe a nós do Conselho indagarmos à SEMAD as
755 razões jurídicas e técnicas para que isso tenha acontecido, mas sobretudo
756 o julgamento, não sei se o julgamento vai acontecer na URC do Velhas ou
757 do Paraopeba ou se vai acontecer no Alto São Francisco. Já existe essa
758 informação a respeito do órgão colegiado que vai julgar essa licença de
759 instalação?" – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto São Francisco –
760 "Nós ainda não temos essa informação, a única coisa, o único pedido foi
761 que encaminhasse o processo para a SEMAD, esse processo foi
762 encaminhado já deve ter mais ou menos uns dois meses." – Francisco
763 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
764 "Sim, porque penso o seguinte: não questiono o fato de o processo estar
765 tramitando em Belo Horizonte, desde que ele tivesse tramitado em Belo
766 Horizonte desde o início. Porque então nós estamos falando que ou nós
767 somos incompetentes ou Belo Horizonte é órgão incompetente para
768 analisar a questão. E se nós formos considerados incompetentes a licença
769 prévia é nula, daí para mais. Dentre outros fatores que enfim, que não
770 merecem ser aqui abordados. Aí eu acho que nós enquanto Conselheiros
771 merecemos uma explicação formal e aí nós vamos ver se a gente concorda
772 ou não com essa explicação e adotar as providências, mas pelo menos
773 saber porque o processo foi deslocado acho que é direito de qualquer
774 Conselheiro, porque salvo engano nós passamos algumas reuniões
775 tratando desse processo aqui. E eu não me recordo desde quando eu
776 integro este colegiado, e é desde novembro ou dezembro de 2012, da
777 gente ter debatido tanto um processo quanto esse, talvez tenha sido
778 processo que voltou mais vezes à pauta depois de diversas baixas em
779 diligência, reunião extraordinária, etc. então acho que essa, pelo menos
780 essa explicação é formal, acho que nós merecemos, não é?" – Camilo de
781 Lélis André Melo, representante da Federação das Associações
782 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
783 Gerais – FEDERAMINAS – "E além dessas explicações, Doutor Francisco, se
784 tem outros processos indo para Belo Horizonte também ou se esse é o
785 primeiro, se essa é exceção, porque senão depois vira prática, como é que
786 faz? Nós pelejamos no processo aqui, não consegue passar, transfere para
787 Belo Horizonte? Aí é que tem que ver". – Silvestre, SUPRAM – Alto São
788 Francisco – "Um dos motivos desse processo ter ido para Belo Horizonte é

789 porque a SUPRAM está com oito analistas, então a gente tem geralmente
790 um de férias, então efetivamente a gente tem sete analistas na SUPRAM.
791 E um processo dessa magnitude ele demanda no mínimo quatro analistas
792 para poder trabalhar nele e para trazer um processo bem feito. Então
793 quatro analistas é mais de 50% do quadro técnico que a gente tem na
794 SUPRAM, então como é uma obra que cobre de atividade pública, o que
795 nos foi passado é isso, foi para Belo Horizonte por causa da falta de
796 técnicos que tem aqui e a gente não estava dando conta de analisar esse
797 processo na celeridade que eles queriam". – Francisco Chaves Generoso,
798 representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Até aí uma
799 justificativa razoável, Silvestre, agora a questão é qual o órgão colegiado
800 vai ser responsável, porque nós aqui temos o mesmo número de
801 Conselheiros que tem lá em Belo Horizonte no Velhas e Paraopeba, então
802 para julgar nós estamos aptos para julgar, da mesma forma que lá. A
803 questão da análise eu entendo, é uma explicação razoável, agora quem vai
804 ser o responsável por analisar os estudos e o parecer único é que, essa
805 que talvez seja a indagação maior". – Silvestre, SUPRAM – Alto São
806 Francisco – "A gente já até discutiu isso lá dentro, a gente entende que
807 teria que ser julgado aqui, que o maior trecho está na regional Alto São
808 Francisco, esse é o nosso entendimento, do Silvestre, da Vilma, de quem
809 está lá dentro, a gente não sabe como isso vai caminhar". – Anderson
810 Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de
811 Minas – "Dando continuidade à reunião, gostaria de dar posse ao
812 representante da sociedade civil, a Federação das Indústrias do Estado de
813 Minas Gerais, FIEMG, Átila Alves da Costa, seja bem-vindo, Átila. Não
814 havendo mais comunicados, vamos dar início então aos processos que
815 estão pautados. Não farei a leitura do item 5.1, em razão da necessidade
816 de discussão do mesmo, todos os processos serão lidos em bloco, perdão,
817 já me falaram aqui para fazer a aprovação do item 04, exame da ata da
818 122ª reunião ordinária, de 17/09/2015". **4. Exame da Ata da 122ª RO de**
819 **17/09/2015.** "Se todos estiverem de acordo com a ata que foi publicada,
820 permaneçam como estão". – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia
821 Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "Na linha 48 e
822 na linha 49 tem uma palavra minha aqui que realmente eu não proferi, eu
823 queria que fosse retirada, no fim da linha 48 'lá em coisa', eu
824 sinceramente não falei isso, mas pode ser que o som tenha enganado
825 quem estava, então o melhor é retirar porque a frase já estava completa
826 naquele processo de retirada de vegetação. Então eu peço para retirar 'lá
827 em coisa'." – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
828 Geral de Justiça – PGJ – "Só registrar a abstenção do Ministério Público, a

829 minha abstenção porque não fui eu que participei da última reunião”. –
830 Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
831 Sul de Minas – “Nada mais havendo, com as correções aqui traçadas e a
832 abstenção, ata aprovada. Então vamos para o item 06 da pauta, todos
833 aqueles que pretenderem destaque gentileza fazerem no momento
834 oportuno, para poder fazer a votação em bloco ao final. Prezado Roberto,
835 ata aprovada com as correções e abstenção ora aqui traçada”. **6. Processo**
836 **Administrativo para exame da Licença de Operação:** 6.1 MML - Metais
837 Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido - minério
838 de ferro; lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco -
839 minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais
840 e de revestimento; estradas para transporte de minério/estéril; obras de
841 infraestrutura (pátios de resíduos, produtos e oficinas); pilha de
842 rejeito/estéril - Passa Tempo/MG - PA/Nº 27576/2011/002/2014 DNPM
843 833.108/2004 – Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Francisco Chaves
844 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
845 “Destaque Ministério Público”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê de
846 Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco–
847 “Destaque Comitê de bacia”. **7. Processos Administrativos para exame de**
848 **Revalidação da Licença de Operação:** 7.1 Companhia Fiação e Tecelagem
849 Divinópolis - FITEDI - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras
850 naturais e sintéticas, com acabamento; base de armazenamento e
851 distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo,
852 álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Divinópolis/MG -
853 PA/Nº 00068/1985/014/2013 - Classe 6.
854 Apresentação: Supram ASF. – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto
855 São Francisco – “Destaque SUPRAM”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê
856 de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco –
857 “Destaque Comitê de Bacia”. – Francisco Chaves Generoso, representante
858 da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Destaque Ministério Público”. –
859 Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
860 Sul de Minas – “O item 7.2 será retirado de pauta, porém farei a leitura
861 para seu registro”. 7.2 Fundação Atlanta Ltda. - Produção de fundidos de
862 metais não ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento químico superficial
863 e/ou galvanotécnico, inclusive a partir de reciclagem; base de
864 armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP; base de
865 armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos
866 derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis
867 automotivos - Cláudio/MG - PA/Nº 00691/2003/002/2013 - Classe 3.

868 Apresentação: Supram ASF. Processo retirado de pauta. 7.3 Indústria e
869 Comércio de Pólvora Cascavel Ltda. / Fazenda Cachoeira Grande -
870 Fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos - Santo Antônio do
871 Monte/MG - PA/Nº 00069/2003/002/2013 - Classe 1. Apresentação:
872 Supram ASF. – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
873 Geral de Justiça – PGJ – Destaque Ministério Público. – Roberto Soares
874 Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São
875 Francisco – “Destaque Comitê de Bacia”. – Lessandro Gabriel da Costa,
876 Associação Ambientalista do Alto São Francisco – “Destaque Associação
877 Ambientalista”. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle
878 Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Processo 7.4 também será
879 retirado de pauta, farei a leitura para seu registro”. 7.4 Kandido Calçados
880 Ltda. - Fabricação de calçados em geral; moldagem de termoplástico sem
881 utilização de matéria prima reciclada ou com utilização de matéria prima
882 reciclada a seco; serigrafia - Nova Serrana/MG - PA/Nº
883 01340/2005/003/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. **8. Processo**
884 **Administrativo para exame de Exclusão de Condicionantes da Licença de**
885 **Operação:** 8.1 Carrocérias Jardel Ltda. - Fabricação de outros artigos de
886 plástico, borracha, madeira ou outros materiais (exclusive metais), não
887 especificados ou não classificados; fabricação de outros artigos de metal
888 não especificados ou não classificados, com tratamento químico
889 superficial, exclusive móveis - Divinópolis/MG - PA/Nº
890 19029/2008/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Anderson
891 Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de
892 Minas – “Bom, não havendo destaque, então iremos fazer a votação
893 somente do processo 8.1, se aqueles que estiverem de acordo com o
894 parecer da equipe técnica permaneçam como estão”. – Francisco Chaves
895 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Eu vou
896 me manifestar pelo indeferimento pela inexistência de AVCB e por ter o
897 empreendedor descumprido condicionantes e causando degradação
898 ambiental por efluente fora dos parâmetros”. – Anderson Ramiro Siqueira,
899 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Sem mais
900 manifestação processo aprovado com um voto contrário”. Item 5.1 **5.**
901 **Processo Administrativo para exame de Reconsideração de Revalidação**
902 **da Licença de Operação:** 5.1 Fogos Confiança Ltda. - Fabricação de pólvora

903 e artigos pirotécnicos - Santo Antônio do Monte/MG - PA/Nº
904 00357/2003/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. **RETORNO**
905 **DE VISTAS pelos Conselheiros Túlio Pereira de Sá representante da**
906 **FIEMG, Camilo de Lelis André Melo representante da FEDERAMINAS e**
907 **Edélcio Caçado Ferreira, representante da FAEMG.** Com a palavra os
908 Conselheiros. – Edélcio José Caçado Ferreira, representante da
909 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG –
910 “Como todos os Conselheiros já tiveram conhecimento prévio do
911 relatório, eu vou me abster de ler o relatório na íntegra, fazer breves
912 comentários sobre apenas algumas condicionantes aqui que foram muito
913 bem colocadas no relatório técnico. A condicionantes cinco os técnicos
914 informam que foram cumpridas com atraso e constatamos que de fato
915 houve um atraso, mas a condicionantes foi cumprida. Da mesma forma a
916 condicionante seis ela não teve atraso porque o órgão ambiental estava a
917 manifestar-se e deixou de fazê-lo no tempo oportuno, então entendemos
918 como cumprida. A condicionante 08, constatamos as folhas 222 dos autos,
919 que ela foi considerada cumprida em documento que recebeu número
920 0423674/2002, firmado pelos servidores José Antônio, Luana e Sônia
921 Melo. O que ocorreu no fato lá foi que o protocolo com a informação do
922 cumprimento da condicionante foi intempestivo. O próprio relatório
923 informa que as condicionantes 17, 18 e 27, não houve a responsabilidade
924 do empreendedor que no descumprimento dessas condicionantes, pois
925 houve a omissão, lá está claro dessa forma, omissão do órgão ambiental
926 responsável, então entendemos como cumprida também. A condicionante
927 dez que lá consta como não cumprida, foi nos apresentada e segundo eles
928 juntado aos autos, à averbação do cartório em 08/04/2010. Condicionante
929 12 foi totalmente, foi cumprida também integralmente, mas, porém com
930 atraso. E condicionante 14 o próprio relato fala que foi cumprida com seis
931 dias de atraso, que foi constatado. A 15 cumprida de forma intempestiva
932 também e comunicado intempestivamente. A 19 não há efluentes líquidos
933 originados dessa vala, pois a vala não possui saída, isso nós fomos lá e
934 constatamos, a vala é fechada, ela não tem qualquer saída a não ser por
935 cima, pela grade, só se houver inundação da vala, mas ela tem uma tampa
936 que protege de águas pluviais. A condicionante 20 foi considerada
937 parcialmente cumprida no prazo, no próprio relatório técnico, e com

938 relação às valas volta à mesma informação, as valas são fechadas e os
939 efluentes que são gerados ali são recolhidos e adicionados a bombonas.
940 Condicionante 24, essa condicionante não foi cumprida porque o Corpo de
941 Bombeiro aqui de Divinópolis demorou dois anos na análise do projeto,
942 devolvendo ao empreendedor com pedido de adequações que estão
943 sendo procedidas. Ressalta-se que lá no local está implantado um sistema
944 de combate a incêndio, dentro daquilo que é preconizado pelo exército,
945 com implantação de extintores, hidrantes, e também colocaram trator
946 com equipamento que chamamos lá na roça de Mapel 4.000, que ele tem
947 a capacidade de 4.000 litros de água e tem potencial para atingir cerca de
948 quarenta metros. Eu coloquei vinte no relatório porque quarenta metros
949 ele chega fraco, e com vinte metros chega com alta pressão, então com
950 combate de longa distância. E combate a incêndio em fábrica de foguete
951 ninguém chega perto, porque senão voa pelos ares. A condicionante 25 foi
952 cumprida também com atraso nos termos que constam no relatório
953 técnico. A 28 nós concordamos plenamente com aquilo que foi estampado
954 do relatório dos técnicos da SUPRAM. E concluímos, que apesar de toda a
955 clareza e a apreço e o respeito que a equipe técnica da SUPRAM merece,
956 nós vamos discordar deles, que sugeriu o indeferimento, e pedir a esse
957 conselho o deferimento do recurso dentro daquela tese que sempre foi
958 apregoada aqui pelo Doutor Roberto, com a redução do período de
959 validade da licença; porque isso geraria uma economia processual muito
960 grande, e um benefício ao meio ambiente, entendemos que gera um
961 benefício ao meio ambiente. Porque o que foi constatado *in loco* lá, lá não
962 tem hoje qualquer tipo de degradação, é uma empresa antiga, muito
963 antiga em Santo Antônio do Monte, e que acredito que seja merecedora
964 não de prêmio, mas da gente renovar a licença com a punição aí de
965 reduzir o período da licença, da mesma forma que dão bônus de dois
966 anos, de reduzir em dois anos esse bônus. É o relatório, e se algum dos
967 meus companheiros que participaram lá quiserem manifestar fiquem à
968 vontade. Então nós sugerimos o deferimento com redução do prazo de
969 validade da licença”. – Lessandro Gabriel da Costa, Associação
970 Ambientalista do Alto São Francisco – “Eu vou aproveitar esse momento e
971 fazer minhas palavras as palavras do meu amigo Edécio, e só gostaria de
972 fazer uma colocação de entendimento de região e indústrias, é o que

973 acontece geralmente com o nosso licenciamento. Tanto esse processo
974 como o outro processo que nós temos no Cascavel, eu tenho
975 acompanhado de perto aqueles processos ali por que a gente está
976 basicamente ali naquele entorno do município de Santo Antônio dos
977 Monte. O Município de Santo Antônio do Monte hoje ele emprega uma
978 população de mais ou menos 80% da população, 70, 80% da população
979 nas fábricas de fogos de artifício ali no município. E ao longo dos anos eu
980 tenho visto essa dificuldade desse licenciamento ambiental dessas
981 empresas, como em outros setores. A gente pega a região de Pains lá que
982 é mineração, Cláudio que é ferragistas e calçadistas em Nova Serrana, às
983 vezes essas condicionantes para serem cumpridas elas esbarram em
984 algumas dificuldades. É o mesmo que você for fazer uma viagem de cem
985 quilômetros, chegar na metade do caminho você encontrar um acidente
986 você vai ter que ficar ali um prazo determinado preso, até que
987 desobstruída a via para você transitar. E lá naquele licenciamento dessas
988 indústrias do município de Santo Antônio do Monte, algumas
989 condicionantes esbarraram. Por exemplo, na questão do tratamento de
990 efluentes, dos efluentes lá das empresas no Brasil só tinha uma empresa
991 para fornecer as caixas que ia fazer o sistema da condicionante da
992 empresa, do afluente da própria empresa ali no momento, uma empresa
993 só para atender todo o Brasil e isso dificultou muito. E o que eu vi de
994 regeneração para o município de Santo Antônio do Monte foi a questão
995 de outras fontes virem para o Brasil, como é o caso da China, e trazer
996 foguetes, às vezes, de repente até sem pagar imposto para o próprio
997 estado ou para o próprio Brasil e prejudicar os municípios, prejudicar os
998 empreendedores, prejudicar as pessoas que estão ali trabalhando
999 honestamente. Então acho que esse momento é um momento que a
1000 gente possa pensar realmente de que forma que nós vamos tentar
1001 qualificar essa questão ambiental de alguns municípios que dependem
1002 diretamente do emprego, igual eu disse aqui, 70% do município que
1003 emprega nessa área eu acho que nós estar também criando um
1004 transtorno muito grande de desemprego. A questão ambiental é
1005 primordial, a questão ambiental ela tem que andar dentro das formas que
1006 pede a lei, mas eu acho que a gente tem que ter consideração também
1007 com os fatos do dia a dia porque vai acontecer o que está acontecendo

1008 hoje no Brasil. Hoje o Brasil está trazendo material de China, material que
1009 chega talvez até mais barato, às vezes, mas não cobre as expectativas do
1010 governo, que de repente vai trazer algum transtorno grande, trazer um
1011 transtorno grande para uma comunidade, uma sociedade que ali vive.
1012 Então assim, eu gostaria só de ter essa consideração, que acho que o
1013 município de Santo Antônio do Monte é um município específico nessa
1014 área, igual eu falei que hoje vive dessa base da economia, como outros
1015 municípios vivem de outras bases de economia, e que a gente tem que ter
1016 muito cuidado para que eles não tenham um regresso dentro da
1017 sociedade. Só gostaria de encerrar as minhas palavras pedindo essa
1018 reconsideração realmente como nosso Conselheiro amigo aqui, o nosso
1019 Edécio disse aqui antes, e confio muito nesse relatório técnico e essa
1020 visita técnica que os Conselheiros fazem, por que acho que esse é o
1021 momento da gente poder tentar junto com a SUPRAM buscar uma solução
1022 para que realmente a gente não possa parar o Brasil, não possa parar
1023 nosso estado e não possa parar as nossas cidades”. – Marcelo Ferreira
1024 Guimarães, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
1025 Renováveis – IBAMA – “Eu gostaria de saber de juridicamente essa
1026 proposta do Conselheiro Edécio ela é viável”. – Fernanda, SUPRAM – Alto
1027 São Francisco – “Eu vou responder um a um, pode ser? Com relação só
1028 observação do Lessandro”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia
1029 Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – “Fernanda, por
1030 favor, eu posso me manifestar antes? Essa revalidação foi indeferida em
1031 28 de junho de 2012, baseado em informações que estavam no relatório
1032 técnico que não levavam em conta os prazos que foram acertados no
1033 acordo setorial. Então quer dizer, tem várias dessas condicionantes aqui
1034 que o empreendedor ficou perdido porque não havia retorno, ele
1035 reclamando a observação do acordo setorial, e o sistema caladinho. Então
1036 eu particularmente acho que uma proposta desse tipo aí, porque a
1037 CONAMA permite que a gente trabalhe com redução de prazo, eu acho
1038 que muitos desses atrasos aqui considerados, por exemplo, tem a
1039 condicionante 10 aqui que eu fiz uma defesa aqui na reunião passada aqui
1040 que realmente esperar que o IEF cumpra prazos de vistoria de reserva
1041 legal pode esquecer, não cumpre e se colocar um prazo está colocando o
1042 empreendedor em má situação. Tem um outro aqui também que é do

1043 AVCB, que a gente já discutiu aqui assim à exaustão, não é, e vem cá um
1044 representante do Corpo de Bombeiros e fala que está cumprindo e tal, e a
1045 gente sabe que na prática isto não existe, há atrasos muito grandes, eles
1046 não têm uma equipe suficiente para fazer a análise desses projeto e tal.
1047 Então eu particularmente acho que a empresa realmente cumpriu coisas
1048 com atraso, mas nesse clima aqui, dentro desta visão de que a empresa foi
1049 prejudicada pelo relatório técnico que nós analisamos quando
1050 indeferimos essa revalidação, eu acho que a proposta do Conselheiro
1051 Edécio é bastante razoável. E inclusive em termos de processo, em
1052 termos de economia e de retrabalho para o pessoal da SUPRAM, que a
1053 gente sabe que está passando muito aperto para cumprir suas obrigações
1054 aí devido a essa equipe reduzida, então eu acho que eu até ia votar pela
1055 abstenção desse processo, mas agora eu pensando bem estou achando
1056 que essa proposta da redução de prazo ela vem trazer benefícios para
1057 todas as partes". – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – “Roberto, só
1058 uma questão, quando ele veio a julgamento pela primeira vez, em 2012,
1059 se não me engano, realmente não havia sido observado o acordo setorial,
1060 os prazos das condicionantes. Quando o empreendedor ingressou com o
1061 recurso e nós trouxemos novamente o processo para julgamento, para o
1062 pedido de reconsideração, nós observamos o acordo setorial, então os
1063 prazos já estavam prorrogados. Com relação à pergunta do Lessandro,
1064 para esses percalços, Lessandro, ele não conseguiu cumprir condicionante,
1065 não vai conseguir cumprir no prazo. Existe o pedido de prorrogação de
1066 condicionante, e teve o acordo setorial que já havia prorrogado. Então o
1067 empreendedor ele pode pedir uma exclusão de uma condicionante se ele
1068 ver que ele não consegue cumprir, ele pode pedir a prorrogação se ele ver
1069 que ele não vai cumprir no tempo hábil. E com relação ao Edécio, só para
1070 avaliar, o Edécio disse que hoje não tem desempenho, não foi verificado
1071 nenhum desempenho ambiental, nenhuma degradação no
1072 empreendimento, exatamente. Só que a revalidação ela é uma análise do
1073 desempenho ambiental durante a vigência da LO anterior, e durante a
1074 vigência da LO anterior, nós entendemos que o desempenho não foi
1075 satisfatório. Eu e a Eugênia fizemos um relatório analisando esse parecer
1076 de vista, falando condicionante uma a uma. – Eugênia, SUPRAM – Alto São
1077 Francisco – A gente exibiu ali, se vocês quiserem acompanhar, as

1078 condicionantes que os Conselheiros levantaram no parecer de vistas.
1079 Primeiramente eu queria esclarecer que a validade da licença ela era de
1080 11/04/2006 à 11/06/2012, seis anos. Então vamos às condicionantes: a
1081 condicionante número cinco, ele cumpriu essa condicionante em
1082 13/01/2012, ou seja, apenas cinco meses antes do vencimento da licença,
1083 com três anos e sete meses de atraso. Vocês querem que eu leio a
1084 condicionante, tem necessidade? A condicionante 06 ela também
1085 dependia sim da condicionante cinco, a condicionante cinco, era
1086 apresentação do projeto e a condicionante seis é implantação desse
1087 projeto. Só que nós entendemos que o empreendedor ao atrasar três
1088 anos e sete meses na apresentação do projeto para o órgão ambiental na
1089 época à FEAM, ele tem responsabilidade sim no descumprimento da
1090 condicionante seis. Apesar de que ela dependia da aprovação do órgão, se
1091 o empreendedor tivesse apresentado esse projeto anteriormente, talvez o
1092 órgão pudesse sim ter emitido uma resposta, e ele seria então capaz de
1093 cumprir a condicionante seis. Então apesar do órgão não ter emitido essa
1094 resposta, deixando claro, três anos e sete meses após o vencimento do
1095 prazo para cumprimento da condicionante, o empreendedor também não
1096 pode se eximir totalmente da sua responsabilidade no cumprimento da
1097 condicionante seis". – Edécio José Cançado Ferreira, representante da
1098 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG –
1099 "O órgão já manifestou?" – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – "A
1100 partir do momento que a licença foi indeferida eu entendo". – Edécio
1101 José Cançado Ferreira, representante da Federação da Agricultura e
1102 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG – "Mas houve um recurso, o
1103 órgão já se manifestou? A minha pergunta é essa, o órgão manifestou ou
1104 não?" – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – "Não, mas a partir do
1105 momento que a licença dele foi indeferida, eu acredito que não tenha
1106 motivo para que o órgão se manifeste em um projeto que nem deverá
1107 mais ser implantado". – Edécio José Cançado Ferreira, representante da
1108 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG –
1109 "Se tem um recurso aguardando julgamento, a licença ainda está passível,
1110 ela não está homologada ainda o indeferimento dela, ela não pode ser
1111 considerada transitada e julgada, então o órgão deveria ter manifestado".
1112 – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – "Então vamos à condicionante

1113 oito, a condicionante oito se refere ao sistema de drenagem pluvial, foi
1114 levantado no parecer de vistas que conforme a análise lá dos técnicos à
1115 época, o sistema estava implantado. Ele realmente foi implantado, eu citei
1116 isso no parecer do recurso, e ele foi implantado, o parecer técnico,
1117 parecer único que foi levado a julgamento anteriormente era datado de
1118 2012. O protocolo feito no órgão pelo empreendedor também é datado
1119 de 2012, ou seja, apesar de ter sido verificado isso em vistoria, isso foi
1120 verificado com quatro anos e quatro meses de atraso, e o protocolo do
1121 cumprimento dessa condicionante no órgão foi realizado com quatro
1122 meses, quatro anos e quatro meses de atraso. Eu quero deixar claro que
1123 para nenhuma dessas condicionantes foi solicitada a exclusão ou a
1124 prorrogação do prazo". – Edécio José Cançado Ferreira, representante da
1125 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG –
1126 "Vamos só aproveitando a questão, questão por questão aí. O órgão só foi
1127 verificar o cumprimento de condicionante na época da revalidação?" –
1128 Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – "Edécio, infelizmente é o que a
1129 gente faz hoje, a gente não tem como acompanhar o cumprimento de
1130 condicionante durante a vigência da LO". – Edécio José Cançado Ferreira,
1131 representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
1132 Gerais – FAEMG – "Entendo perfeitamente a carência de mão de obra que
1133 a SUPRAM sofre, mas se a gente tempestivamente tivesse cobrado o
1134 cumprimento da condicionante talvez nós não estivéssemos enfrentando
1135 não só nesse como em diversos outros processos esse tipo de
1136 questionamento. Entendo perfeitamente, eu sei que vocês estão se
1137 superando, aplaudo vocês, meu aplauso a todos vocês, sei que vocês
1138 estão indo muito além do que a gente pode esperar, mas nós não
1139 podemos ficar penalizando empreendimentos porque o estado não
1140 cumpre a parte dele. Eu acho que o estado tem obrigação de cumprir a
1141 parte dele, o cumprimento da condicionante deveria ser exigido no
1142 momento do vencimento dela, venceu, trinta dias depois estava lá
1143 cobrando alguma coisa, para a gente inclusive punir, inclusive aplicar
1144 punições". – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – "Edécio, eu
1145 discordo de você por que eu acho que no momento que ele recebe o
1146 certificado da licença ambiental ele sabe as condicionantes que ele tem
1147 que cumprir e ele sabe o prazo das condicionantes. Eu entendo que nós

1148 não temos que ficar cobrando de empreendedor cumprimento, não temos
1149 pessoal para isso e nem como fazer isso de todas as empresas que nós
1150 licenciamos". – Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação
1151 das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
1152 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – "Eu quero ressaltar o seguinte,
1153 esse ponto está sempre vindo em discussão. Uma vez eu disse vocês
1154 riram, será que nós vamos ter que colocar uma condicionante no processo
1155 para vocês fiscalizarem a condicionante que está no processo? Não é
1156 razoável. Agora tem processo, sei do excesso de serviço, sei disso tudo,
1157 mas eu acho que vocês têm que ter um bom senso também que vocês
1158 têm processo que vocês têm que vistoriar, isso não pode ser regra porque
1159 não tem pessoal não vai vistoriar nenhuma não, não existe isso não. Então
1160 vocês têm que concordar com isso, tem uma parte que tem um erro, por
1161 exemplo, o processo que foi retirado de pauta, espero que vocês corrijam
1162 isso, está escrito aqui: entretanto baseado no princípio da razoabilidade a
1163 equipe técnica chegou à conclusão de que o atraso no cumprimento das
1164 condicionantes e o cumprimento parcial de uma não ensejaria o
1165 indeferimento da presente revalidação. Vocês estão com dois pesos e
1166 duas medidas, eu acho que não pode, espero que vocês tenham tirado
1167 esse processo de pauta para corrigir isso, porque nós estamos brigando
1168 aqui, não cumpriu não cumpriu, agora no interesse de vocês falar que uma
1169 pode passar batido e as outras não acho que isso é que está errado, então
1170 acho que isso é que tem que ser criteriosamente avaliado". – Silvestre,
1171 SUPRAM – Alto São Francisco – "Mais uma vez eu vou repetir aqui, vamos
1172 dividir as responsabilidades, empresa tem contrato com uma consultoria,
1173 compulsória é para isso. Esse processo, Camilo, respondendo à sua
1174 pergunta, ele foi retirado de pauta por que Lucian não constava nos
1175 protocolos dos documentos e a consultoria nos levou todos os protocolos
1176 que a empresa tinha. Então a consultoria conseguiu corrigir uma falha de
1177 nosso sistema, por isso que ele foi retirado de pauta para ser revisto.
1178 Agora onde que está o papel da consultoria nesses empreendimentos? É
1179 acompanhar cumprimento de condicionante, ou a empresa se ela contrata
1180 uma consultoria ou ela contrata um técnico ambiental para ficar dentro da
1181 sua empresa para poder acompanhar isso. Porque se ficar jogando a falha
1182 nas nossas costas, daqui a cinco anos nós vamos estar discutindo as

1183 revalidações desses empreendimentos, então consultoria, eu repito, é
1184 para isso, para acompanhar, dar assistência”. – Francisco de Assis Braga,
1185 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – “Só para contribuir
1186 nessa discussão, Silvestre comentou é plenamente pertinente porque a
1187 responsabilidade é do órgão que fiscaliza, ou deveria fiscalizar, então
1188 talvez em um aprimoramento pudesse haver no sistema que um cadastro
1189 do empreendimento X na data Y deverá surgir o documento Z. Se isso não
1190 aconteceu acende uma luzinha vermelha lá dizendo: esse aqui o prazo foi
1191 vencido e a coisa não foi protocolizada, e poderia ser avisado ou coisa
1192 dessa natureza. Com relação ao empreendedor a mesma coisa. Então não
1193 basta obter-se uma licença, ou seja, quando se fala em avaliação de
1194 impacto ambiental, *lato sensu*, isso envolve todo o processo de estudo
1195 ambiental identificação de possíveis impactos e a sua mitigação. A sua
1196 mitigação é a gestão ambiental do empreendimento a partir das
1197 condicionantes que foram propostas que permitem que ele funcione
1198 ambientalmente atendendo aos padrões legais. Se para aí o processo e o
1199 empreendedor não cumpre o que foi previsto ele também rompeu, hoje
1200 está rompendo com as condições para poder operar. Isso chama gestão
1201 ambiental da atividade. Então não basta obter a licença e ser guardada na
1202 gaveta sem que se observem prazos e padrões ambientais para
1203 cumprimento do que foi previsto. Então realmente aqui a gente tem um
1204 problema, talvez no órgão responsável pelo licenciamento e gestão do
1205 empreendimento, e do empreendedor também, que tem uma obrigação
1206 de realmente cumprir ou se não conseguiu cumprir, informar, comunicar
1207 solicitar prazos de dilação por que não conseguiu cumprir; e não
1208 simplesmente omitir-se e ao chegar o momento de apresentar o RADA o
1209 Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, não tem desempenho
1210 ambiental para comprovar. Ao final de quatro anos ele não cumpriu a
1211 licença, como que o COPAM pode referendar o empreendedor que você
1212 desconhece o desempenho ambiental dele porque ele não foi feito”. –
1213 Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – “Dando continuidade então às
1214 condicionantes. As condicionantes 17, 18 e 27, a gente constou no
1215 relatório e os Conselheiros concordaram, perdão, no parecer e os
1216 Conselheiros concordaram. Como dependia da liberação da FEAM, nós
1217 não imputamos essa penalidade, penalidade alguma ao empreendedor,

1218 visto que dependia do órgão ambiental para o efetivo cumprimento das
1219 condicionantes”. – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – “Com
1220 relação à reserva legal, inclusive o Roberto levantou um questionamento
1221 acerca do cumprimento dessa condicionante, o prazo concedido foi de
1222 seis meses para que ele protocolasse a APEF no órgão ambiental para que
1223 fosse regularizado a reserva legal. O empreendedor protocolou o processo
1224 de APEF três anos depois da concessão da licença, sendo que ele tinha seis
1225 meses, e o órgão ambiental ele demorou três meses para analisar essa
1226 APEF. Portanto, se o empreendedor tivesse apresentado, formalizado a
1227 APEF na data da licença, ele tinha seis meses, o órgão ambiental analisou
1228 e deu, entregou o termo de compromisso, de averbação da reserva legal
1229 em três meses, ele teria cumprido ela no prazo solicitado na licença de
1230 operação, roberto. Ok?” – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – “Em
1231 relação à condicionante 12 que era para apresentar laudo de sondagem
1232 da área de queima. A gente considerou descumprida porque o
1233 empreendedor ele não apresentou esse laudo, e como justificativa ele
1234 argumentou que esse laudo deveria ser apresentado conjuntamente com
1235 uma outra condicionante, condicionante 17. A equipe técnica entende que
1236 se essa condicionante foi colocada de forma desvinculada, o cumprimento
1237 dela também seria possível e a gente verificou que realmente seria
1238 possível o empreendedor comprovar a condicionante 12 de forma
1239 independente à condicionante 17, a qual ele dependia da FEAM. Então a
1240 justificativa dele não cabe nesse sentido. Quanto à condicionante 14
1241 realmente ele teve o atraso somente de seis dias o que a gente deixou
1242 claro no parecer. Novamente frisar que não foi solicitado a prorrogação de
1243 prazo, nem a exclusão de nenhuma das condicionantes da licença. Quando
1244 à condicionante 15, era apresentar forma de disposição das cinzas, ela foi
1245 cumprida sim com atraso, deixar claro que o atraso do cumprimento
1246 dessas condicionantes foi de três anos e dois meses, o empreendedor
1247 apresentou cumprimento da condicionante sete meses antes do
1248 vencimento da sua licença. Quanto à condicionante 19, era apresentar
1249 projeto detalhado do tratamento de efluente líquido, o empreendedor
1250 justifica que não houve o cumprimento porque desde 2007 ele instalou
1251 uma cobertura na área de queima e então não geraria mais esses
1252 efluentes, não necessitando então do tratamento. Cabe aqui esclarecer

1253 que essa informação ela só foi apresentada ao órgão no RADA, ou seja, o
1254 empreendedor não solicitou a exclusão dessa condicionante, que não
1255 caberia mais posteriormente a essa alteração do processo produtivo dele,
1256 e mesmo porque a licença foi concedida no ano de 2006, e ele indica no
1257 RADA que desde o ano de 2007. Então durante esse ano de 2006 para
1258 2007 o quê que foi feito com esse afluyente? Nós não temos como, não
1259 temos condições de afirmar. Quanto à condicionante 20, que era relativo
1260 a implantar área de queima, também não houve a instalação que
1261 implantar área de queima conforme projeto, incluindo sistema de
1262 tratamento dos efluentes líquidos. Ele implantou a área de queima, porém
1263 não instalou o tratamento, o sistema de tratamento de afluentes líquidos.
1264 Nós frisamos novamente que não houve comunicação ao órgão,
1265 solicitando alteração dessa condicionante. Em relação à condicionante 24
1266 a Fernanda vai esclarecer". – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – "A
1267 única coisa que eu tenho a esclarecer com relação à AVCB é que o
1268 empreendedor não pediu a prorrogação do prazo do cumprimento de
1269 condicionante". – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – "Em relação à
1270 condicionante do AVCB também é importante frisar que o protocolo da
1271 solicitação no Corpo de Bombeiros ele foi feito somente em 13/01/2012, a
1272 licença dele vencia em 11/06/2012, ou seja, aproximadamente com cinco
1273 anos de atraso, o protocolo no Corpo de Bombeiros. Em relação à
1274 condicionante vinte e cinco, que era apresentar as licenças ambientais de
1275 transporte dos resíduos perigosos, foi verificado a e o próprio
1276 empreendedor ele constata isso e confirma isso nos estudos dele, essas
1277 licenças foram apresentadas com atraso superior de quatro anos. Em
1278 relação à condicionante 28 que é o programa de auto monitoramento do
1279 empreendimento, de resíduos sólidos e de efluentes líquidos, o primeiro
1280 relatório apresentado pelo empreendedor é datado de março de 2012.
1281 Como eu disse anteriormente, a licença dele vencia em junho de 2012, ou
1282 seja, três meses antes do vencimento da licença, o primeiro protocolo,
1283 isso relativo a efluentes líquidos. E já relativo aos resíduos sólidos, o
1284 primeiro protocolo foi feito em 10/02/12, e novamente friso que a licença
1285 dele tinha data de validade 11/06/12". – Camilo de Lélis André Melo,
1286 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
1287 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS –

1288 “Quando eu estou questionando com vocês a respeito é o seguinte, desse
1289 não cumprimento de condicionante, tem alguma que era passível de
1290 multa? Todas? Vocês multaram na época oportuna ou vocês esperaram
1291 juntar tudo para multar por atacado?” – Fernanda, SUPRAM – Alto São
1292 Francisco – “Na época que o processo veio pela primeira vez a julgamento
1293 e foi indeferido, não foi feita autuação, nós fizemos quando veio o recurso
1294 e a Eugênia constatou que não havia sido autuado”. – Camilo de Lélis
1295 André Melo, representante da Federação das Associações Comerciais,
1296 Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
1297 FEDERAMINAS – “Quer dizer então que ele vem degradando e vocês não
1298 tomaram conhecimento? Vocês acham certo dar uma licença à firma vem
1299 degradando esse tempo todo e não toma nenhuma providência? Para quê
1300 que tem o licenciamento?” – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco –
1301 “Camilo, infelizmente isso não foi feito à época, se fosse hoje nós
1302 faríamos, fecharíamos o empreendimento imediatamente e autuaríamos,
1303 então isso não foi feito à época, e hoje nós estamos corrigindo nosso erro.
1304 Tanto é que estamos trazendo pelo indeferimento novamente, autuamos
1305 e fechamos o empreendimento, ele está com as atividades suspensas”. –
1306 Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das Associações
1307 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
1308 Gerais – FEDERAMINAS – “Aí, Lessandro, é que venho, já é autotutela, e a
1309 empresa também não vê corrigindo o erro dela não? Isso o senhor acho
1310 que não deve ser levado em conta não? Eu acho que deve, agora acho que
1311 tem que ter um bom senso e ver como é que fica o meio ambiente”. –
1312 Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos
1313 Afluentes do Alto São Francisco – “Doutora Fernanda, aqui diz que as
1314 condicionantes 5, 6, 17, 18 e 27 não tiveram uma resposta do sistema, e
1315 você falou aí um monte de vezes que o empreendedor não pediu retirada,
1316 não pediu prorrogação, quer dizer, se o sistema não dá retorno, você quer
1317 que o empreendedor descubra? Eu não estou dizendo que o desempenho
1318 dessa empresa é legal não, eu acho que não foi bom não, mas o sistema
1319 prejudicou muito o desempenho dessa empresa, você pode estar certa. E
1320 isso aí eu acho que nós podemos corrigir, vou tornar a repetir, eu defendo
1321 essa tese há muito tempo, a CONAMA existe é para isso, está certo? A
1322 resolução CONAMA, é que no caso específico nós temos o fator

1323 dificultador, não foi levado em conta os prazos do acordo setorial. Não
1324 houve uma resposta do sistema em vários itens, você quer que o
1325 empreendedor descubra e ache que isso aí é normal e que está tudo
1326 legal? Eu acho que não, não pode ser dessa forma. Agora, nós podemos
1327 corrigir inclusive punindo o empreendedor, que é a redução de prazo. A lei
1328 nos faculta isso, e nós poderíamos fazer isso a bem até do andamento dos
1329 processos na SUPRAM, vocês vão ter um retrabalho disso aqui sem ter
1330 tempo, sem ter gente para fazer isso. Então eu acho que o sistema devia
1331 reconhecer que ele prejudicou tremendamente o andamento desse
1332 processo, está certo? Não é vergonha nenhuma não, eu já vi isso
1333 acontecer um monte de vez, esses acordos setoriais parece que eram
1334 feitos por uma elite lá na capital e que não era transmitido, não era
1335 passado, está certo? Não é a primeira vez que nós temos isso aqui". –
1336 Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – "Mais uma vez eu repito, nós
1337 avaliamos o acordo, o empreendimento ele tinha 28 condicionantes,
1338 dessas 28, 15 ou ele não cumpriu ou ele cumpriu com atraso. E dessas 15,
1339 apenas 03 ele solicitou uma resposta do órgão, que foi a 17, a 18 e a 27". –
1340 Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – "Na verdade ele não solicitou a
1341 resposta do órgão, o prazo da condicionante estava vinculado à resposta
1342 do órgão". – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto São Francisco – "Só
1343 para poder complementar, Roberto, a questão da redução do prazo, se o
1344 empreendimento tivesse tido um desempenho razoável, não satisfatório a
1345 ponto de receber benefício, mas também não tão insatisfatório a ponto de
1346 indeferir, nesse caso sim o Conselho tinha plena liberdade de reduzir o
1347 prazo, porque ele teve um desempenho razoável; não a ponto de
1348 indeferir, mas de reduzir o prazo, só nesse sentido que nós discutimos nas
1349 últimas reuniões". – Camilo de Lélis André Melo, representante da
1350 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
1351 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – "Se o Conselho não
1352 pode mudar a votação, conforme a proposta do Doutor Roberto, então
1353 para quê que coloca em votação? Não tem necessidade não, se o
1354 Conselho não pode tomar uma posição divergente de vocês, então para
1355 que o conselho? Então faz igual o da Bengoa, manda para Belo Horizonte".
1356 – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
1357 Sul de Minas – "Prezado Conselheiro, sem dúvida que a autonomia do

1358 Conselho essa possui. Será sim deliberado, nós estamos ouvindo todos
1359 aqui que estão presentes, tem até dois inscritos também que a gente vai
1360 poder oportunizar a fala, e assim que exauridas as discussões, nós iremos
1361 fazer as votações. E obviamente que a decisão desse Conselho ela vai
1362 preponderar independentemente de ser conjuntamente com o parecer da
1363 equipe técnica da SUPRAM ou não. Mais alguém quer manifestar do
1364 conselho? Tem dois inscritos, os inscritos eles pretendem fazer uso da
1365 palavra?" – Michele, Fogos Confiança – "Considerando tudo que foi
1366 exposto pelos Conselheiros, pela equipe técnica da SUPRAM, eu queria só
1367 fazer algumas ponderações com relação à análise do processo em si. O
1368 processo parece que a análise foi encerrada em 2012, de 2012 em diante,
1369 o empreendimento continuou com seu programa de monitoramento,
1370 continuou com a realização das análises dos efluentes sanitárias,
1371 industrial, corpo receptor e dentre essas análises foi constatada que não
1372 houve poluição ou degradação ambiental. Quanto às condicionantes onde
1373 se refere à questão de sondagem, principalmente da sondagem que foi
1374 considerada como não cumprida, essa condicionante foi cumprida, porém
1375 com atraso, o protocolo dela foi ocorrer agora em 2005. Questão da vala
1376 também, foi feita a protocolização do cumprimento da condicionante.
1377 Quando se falou em questão da responsabilidade da consultoria, só queria
1378 deixar claro, a gente entende sim a consultoria é corresponsável, mas
1379 quando nós assumimos o empreendimento em 2011, parte das
1380 condicionantes já estavam atrasadas. E para condicionante em atraso não
1381 se pede prorrogação. A partir desse momento o que a gente foi fazer foi
1382 cumprindo as condicionantes. Hoje o empreendimento ele é fiscalizado
1383 por mis de 20 órgãos, então assim, em função da atual situação
1384 econômica e fogos hoje se a gente for pensar bem é um produto
1385 supérfluo, então compra fogos hoje a minoria. Com isso o
1386 empreendimento limitou-se ao investimento para cumprir condicionantes,
1387 aliás, cumprir em atraso, na verdade. No mais era isso mesmo, mostrar
1388 que mesmo com a licença assim em processo em pedido de
1389 reconsideração em análise, ele me momento nenhum falou assim: "Vou
1390 parar de dar prosseguimento no meu programa de monitoramento" e se o
1391 intuito, eu acredito que o intuito do órgão é zelar pela parte ambiental. Na
1392 fiscalização feita pelos técnicos da SUPRAM foi deixado bem claro: não

1393 constatado a existência de poluição ou degradação ambiental. Então o
1394 que está acontecendo aqui é uma questão administrativa, poluição em si,
1395 a questão o intuito maior do órgão que era zelar pelo maio ambiente, eu
1396 acredito que foi cumprido. É isto”. – Átila Alves da Costa, Federação das
1397 Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG – “O que a gente observa por
1398 tudo que já foi falado, é que nós estamos, o COPAM é um órgão de
1399 política ambiental, a empresa está hoje praticamente com todas essas
1400 condicionantes cumpridas, pelo que foi demonstrado, apta a poder
1401 continuar funcionando, nós estamos barrando essa empresa de funcionar.
1402 No momento de dificuldade econômica do país, principalmente de Santo
1403 Antônio do Monte que tem uma concorrência bastante desleal de fogos
1404 de artifício oriundos da China, que não tem nenhum controle com relação
1405 ao processo produtivo e questões ambientais também que isso acontece
1406 do outro lado do continente, e nós estamos aqui punindo uma empresa
1407 que hoje cumpriu as suas condicionantes e que está apta a funcionar
1408 daqui doravante. E é uma questão administrativa como bem disse a
1409 construtora, quer dizer, e a maneira talvez mais adequada de nós
1410 fazermos aqui uma justiça pela intemperividade da empresa e algumas
1411 condicionantes seria aplicar o que o Conselheiro Roberto disse de punir na
1412 forma de que reduzir o prazo da licença da empresa”. – Edélcio José
1413 Cançado Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária
1414 do Estado de Minas Gerais – FAEMG – “Eu só deixei de frisar aqui, acredito
1415 também que as meninas já tenham colocado, as técnicas tenham colocado
1416 nos relatórios delas. É que a área de APP está totalmente preservada,
1417 assim como a reserva legal que nós tivemos oportunidade de visitar eu e o
1418 Túlio. Então é só uma informação adicional”. – Francisco Chaves
1419 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
1420 “Embora me pareça óbvio, vou ter que reforçar o óbvio, já dizia o filósofo,
1421 uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Durante o prazo de seis
1422 anos, salvo engano, de vigência da licença, ela demonstrou o desempenho
1423 ambiental insatisfatório conforme bem demonstrado na apresentação que
1424 foi feita, inclusive gostaria de parabenizar pela apresentação que foi feita.
1425 Se ela hoje tem condições de operar ela pode buscar administrativamente
1426 as duas formas de doravante operar. Isso não significa que nesse processo
1427 de revalidação ela precisa ter a o indeferimento reconsiderado. Porque

1428 como já bem dito, reafirmado, comprovado cabalmente, no período de
1429 vigência da licença ela teve um desempenho ambiental insatisfatório.
1430 Reconsiderar essa licença nesse momento, já que segundo alegado ela
1431 posteriormente veio a se adequar e a implementar medida de controle,
1432 significará transformar esse julgamento em uma precedente que
1433 estimulará as empresas a não cumprir condicionantes. Porque bastará a
1434 elas cumprir as condicionantes posteriormente ao indeferimento da
1435 licença, e interpor um recurso do indeferimento. Então o funcionamento
1436 da empresa daqui para frente me parece que não é questão que nós
1437 precisamos debater agora isso é uma questão aí sim, administrativa que a
1438 empresa pode tratar com a SUPRAM, demonstrando eventualmente o
1439 cumprimento das medidas de controle, assinatura, existem instrumentos
1440 jurídicos para permitir que se ela tiver condições ela opere e que isso não
1441 gere as repercussões sociais negativas que forma aqui ventiladas,
1442 desemprego, momento de crise e etc. Agora, nesse período de seis anos é
1443 inarredável que ela teve um desempenho ambiental insatisfatório, isso
1444 ficou muito comprovado. Como eu disse, nós temos que pensar nos
1445 precedentes, vejam a importância disso, se ela cumpriu posteriormente,
1446 ótimo, que bom que cumpriu, ainda que tardiamente cumpriu, agora isso
1447 não significa que nós precisamos reconsiderar o indeferimento de uma
1448 licença". – Átila Alves da Costa, Federação das Indústrias do Estado de
1449 Minas Gerais, FIEMG – "A de se considerar também, que muitas das
1450 condicionantes, não foi cumprido foi por ineficiência do estado ou
1451 incapacidade, melhor dizendo, do estado, de poder acompanhar
1452 corretamente os processos. A gente sabe do esforço que o estado, que a
1453 SUPRAM Alto São Francisco desempenha, o trabalho que desempenha,
1454 entende a deficiência de quadros de funcionários, mas a empresa também
1455 foi prejudicada por questões de atendimento do próprio órgão
1456 ambiental". – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
1457 Geral de Justiça – PGJ – "Conselheiro, eu disse que uma coisa é uma coisa,
1458 outra coisa é outra coisa justamente por isso, a outra coisa é justamente
1459 essa necessidade realmente de aprimoramento de acompanhamento das
1460 condicionantes por parte do órgão ambiental. O que não exige o
1461 empreendedor de cumprir obviamente suas obrigações porque a partir do
1462 momento que ele recebe o certificado ele está obrigado a isso. Mas a

1463 pergunta que eu preciso fazer, salvo engano foram três condicionantes
1464 que não forma observadas e que podem sem imputadas ao órgão
1465 ambiental, são três?" – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco – "A
1466 condicionante 06, do que a gente considera que ele poderia sim ter
1467 cumprido. A condicionante 17, 18, 27, três condicionantes". – Não se
1468 identificou– "Três ou quatro, vamos na pior das hipóteses considerar
1469 quatro. Se essas condicionantes fossem consideradas nesse momento
1470 cumpridas, isso alteraria em alguma coisa o quadro de insatisfatoriedade
1471 do desempenho ambiental?" – Eugênia, SUPRAM – Alto São Francisco –
1472 "Eu acredito que não, visto que ele tinha outras tantas condicionantes, no
1473 total eram 28. A gente queria deixar claro também a importância do
1474 programa de auto monitoramento que ele não cumpriu durante a licença,
1475 apresentou somente dois protocolos, então eu acredito que não". –
1476 Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
1477 Justiça – PGJ – "Essa questão do auto monitoramento é outra questão que
1478 precisa ser debatida, mas vejo, o sistema já permite que o próprio
1479 empreendedor faça as suas próprias análises e apresente os resultados. Se
1480 ele não cumpre nem isso, o que ele está fazendo é suprimir do órgão
1481 ambiental a possibilidade de verificar o seu desempenho ambiental. Ele
1482 não permite ao órgão ambiental que verifique se ele se desempenhou de
1483 forma positiva ou negativa. Então me parece não haver qualquer dúvida a
1484 respeito do caso diante da apresentação que foi feita é a minha opinião".
1485 – Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do Alto São
1486 Francisco – "Primeiramente eu acho que eu não discordaria das palavras
1487 do senhor, Doutor Francisco, mas eu queria incitar aqui uma questão, que
1488 dentro desse andamento de processo de licenciamento das fábricas de
1489 foguetes que eu tenho acompanhado por estar do lado, morando do lado
1490 do município, seria mais fácil eu colocar para o senhor o que acontece. Lá
1491 no início das primeiras fábricas de Santo Antônio do Monte tecnicamente
1492 o estado chegava lá e colocava três condicionantes. Aí ao longo do
1493 período que foi se passando a dificuldade que os empreendedores tinham
1494 para licenciar na SUPRAM nós tivemos várias mudanças de técnicos aqui
1495 dentro que cada um que chegava na empresa acharia que teria que criar
1496 uma ou mais duas, ou mais 10 condicionantes como hoje nós vemos 28
1497 condicionantes para uma fábrica de foguete, acho justo dentro da

1498 legalidade ter as condicionantes como reserva legal, APP, tratamento de
1499 efluentes e outros mais, não é? Corpo de Bombeiro. Mas só que a cada
1500 momento, dentro de um outro processo que chegar aqui daqui a um ano,
1501 dois anos, nós vamos estar com 50, 60, cem condicionantes que leva o que
1502 aconteceu, que eu falei que uma questão que eu queria frisar muito, com
1503 essa questão do tratamento de efluentes. Chegava um técnico lá falava:
1504 “Não, a empresa precisa de uma caixinha d’água desse tamanhinho
1505 para tratar o efluente da empresa.” Aí depois por última chegou um
1506 técnico e falou que a empresa teria que procurar uma empresa
1507 especializada, que é o que ocorreu com os empreendedores lá, que
1508 tiveram que recorrer a um fabricante das caixas d’água aonde faz o
1509 tratamento das empresas, para atender aos Brasil inteiro, e que isso
1510 dificultou o andamento do dia a dia das empresas, buscando esse
1511 licenciamento. E creio eu que daqui a um ano, dois anos ou três anos que
1512 a gente vai chegar aqui, a gente vai chegar com condicionantes aqui para
1513 as fábricas de foguete que eles não vão dar conta de cumprir, vai ser
1514 impossível cumprir, por algum motivo talvez de fiscalização, fabricação,
1515 efetivação de novas condicionantes impostas pelos técnicos aqui da
1516 SUPRAM. Que eu acho válido, não estou desmerecendo, querendo que
1517 corte nenhuma condicionante, que deixe de cumprir nenhuma
1518 condicionante, mas eu acho que a consideração pelo fato da decorrência
1519 do licenciamento ambiental das empresas pirotécnicas do município de
1520 Santo Antônio do Monte, ao longo do período que eles vêm tentando
1521 licenciar que não é de hoje, por que inclusive eu até gostaria de citar isso
1522 aqui naquelas reuniões nossas que eram itinerantes, que a gente fazia elas
1523 nos municípios da bacia da regional, que era muito mais produtiva para
1524 nós Conselheiros, porque a gente estava na sociedade ouvindo a
1525 sociedade e seus anseios, Santo Antônio do Monte nós conseguimos levar
1526 uma reunião do COPAM lá, não me lembro que data, deve ter mais ou
1527 menos oito ou dez anos, porque essa dificuldade dos empreendedores de
1528 fogos de artifício do município, vem de longas datas, por essa falta de
1529 apoio que às vezes o órgão tem dado para os empreendedores. Agora sim,
1530 naquela questão do empreendedor receber um certificado que ele tem
1531 que cumprir todas as condicionantes, ele sabe que ele está ciente de que
1532 ele tem que cumprir aquelas condicionantes, mas às vezes não estou

1533 falando agora, nesse momento, mas a dificuldade até para o próprio
1534 empreendedor chegar na SUPRAM e protocolar um pedido de
1535 prorrogação de prazo é muito grande, é muito grande. O empreendedor
1536 tem que enfrentar fila, enfrentar senha, enfrentar várias dificuldades que
1537 não vem de agora, a gente sabe disse, vem lá de trás. E que algumas
1538 melhoras a gente tem sentido sim, mas eu só gostaria de frisar que eu
1539 acho que essa discussão nossa, essa soberania nossa do Conselho ela tem
1540 que ser levada em consideração pelos fatos históricos desse
1541 acontecimento de um processo que a gente tem acompanhado, que não
1542 vem de hoje. Eu até gostaria depois se possível a SUPRAM pudesse depois
1543 levantar essa data, que inclusive foi a Federação das Indústrias de Fogos
1544 de Artifício também que solicitou lá em Santo Antônio do Monte, nós
1545 tivemos uma reunião maravilhosa lá no Glória Clube que eu pedi para que
1546 fosse lá, não defendendo fábrica de foguete, não defendendo
1547 empreendedores, porque o meu lado aqui eu tenho que defender a parte
1548 ambiental. Eu estou aqui representando uma entidade que tem um nome
1549 regional e no quadro nacional e mundial que foi a Associação
1550 Ambientalista que há vinte anos atrás, está fazendo agora em 97, há vinte
1551 anos atrás plantou 116.000 mudas nativas já quase que calculando o que
1552 estaria acontecendo hoje que é essa questão hídrica na nossa região. Há
1553 vinte anos atrás a gente já tinha essa preocupação. E agora a mais ou
1554 menos um mês nós estivemos com a AMDA, Associação Mineira de Defesa
1555 do Ambiente em Lagoa da Prata, fazendo um levantamento que a gente
1556 quer levar para a sociedade não o recorde que Lagoa da Prata bateu, mas
1557 sim mostrar os 70% das 116.000 mudas plantadas há vinte anos no
1558 município de Lagoa da Prata". – Silvestre, SUPRAM – Alto São Francisco –
1559 "Conselheiro Lessandro, do mesmo modo que o conselho é soberano para
1560 votar a inclusão de uma condicionante, ele também pode ser soberano
1561 para votar uma exclusão de uma condicionante se ele achar que não
1562 convém no parecer. O que muitas vezes acontece é que a empresa ela não
1563 concorda com a condicionante, e ela prefere que o processo dela seja
1564 julgado aqui do que chegar aqui no momento e manifestar: "Olha, eu
1565 gostaria que tirasse essa condicionante por que por causa disso e isso.", e
1566 explicar, dar a explicação eles. Então o quê que eles fazem? Eles preferem
1567 que o processo deles passe sem discussão e assim que eles não

1568 concordem com a condicionante no outro dia eles já estão lá na SUPRAM
1569 pedindo exclusão da condicionante. Então acho que as empresas que aqui
1570 estão, com suas respectivas consultorias, acho que o momento é agora, o
1571 momento é esse, olha, não concordo com essa condicionante por causa
1572 disso, por causa desse prazo, e o conselho é soberano, tanto para incluir
1573 quanto para excluir. Aí talvez até facilita para eles e para a gente levar
1574 esse retrabalho para o escritório". – Camilo de Lélis André Melo,
1575 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
1576 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS –
1577 "Silvestre, eu concordo com você plenamente, já falei em reuniões
1578 passadas o seguinte, eu acho que não tem necessidade dessa quantidade
1579 de condicionante, a gente vê a condicionante prazo dois meses, será que
1580 durante o processo do licenciamento vocês não têm a oportunidade de
1581 conversar com o técnico, falar: "Olha, nós queremos isso aqui, pronto.",
1582 atrasa o licenciamento dois meses, atrasa três meses, para não vir com
1583 condicionante, para quer condicionante com sessenta dias, para que
1584 condicionante com noventa dias se o prazo que vocês estudam o processo
1585 é muito maior do que isso. Então eu acho assim que o órgão também
1586 pode trabalhar nesse sentido, chegou o processo, vocês vão fazer a
1587 primeira análise, olha o quê que vocês vão querer, chama a equipe do
1588 gestor, vê o quê que pode ser feito para não ter esse tanto de
1589 condicionante, porque eu acho que se você entrou com processo de
1590 licenciamento você tem que estar em dia, não tem que estar
1591 condicionando não. Você só vai ter a licença depois que você tenha
1592 condicionante. O que eu observo é o seguinte, é que as condicionantes
1593 estão aumentando, você pega o processo de dez anos atrás o número de
1594 condicionante era muito menor. Então se tivesse jeito de trabalhar nesse
1595 sentido eu gostaria que isso fosse observado". – Silvestre, SUPRAM – Alto
1596 São Francisco – "As exigências também aumentaram, não é, Conselheiro,
1597 por exemplo, a anuência do IFAM, anuência do IEFA. Então antigamente
1598 não se cobrava a anuência do IFAM, do IEFA, então as exigências também
1599 estão aumentando, então uma coisa é reflexo da outra". – Anderson
1600 Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de
1601 Minas – "Bom, Senhores Conselheiros, acreditamos que exaurida a
1602 discussão alguém tem mais alguma opinião para se manifestar nesse

1603 processo? Não havendo nenhuma discussão rememoro a todos que se
1604 trata de um pedido de reconsideração ora aqui analisado. Ou seja, se caso
1605 mantida a decisão da URC anteriormente pelo indeferimento da licença
1606 ainda o processo será encaminhado para a CNR em Belo Horizonte para
1607 julgamento efetivo do recurso. Trata-se de um procedimento estabelecido
1608 na DN 77, onde é obrigatória a reconsideração, então o processo está aqui
1609 para reconsideração do conselho, foi esse conselho quem indeferiu na
1610 época de 2002 a licença em questão. Então coloco em votação o parecer
1611 técnico da SUPRAM Alto São Francisco, que é pela manutenção do
1612 indeferimento na licença de operação para o empreendimento 5.1, Fogos
1613 Confiança Ltda. Se todos de acordo com a manutenção do indeferimento
1614 da licença permaneçam como estão". – Roberto Soares Nogueira, Comitê
1615 de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "Eu
1616 quero me abster". – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle
1617 Processual da SUPRAM – Sul de Minas – "Permaneçam com as mãos
1618 levantadas que eu estou contando, são sete votos contra, uma abstenção,
1619 quantos favoráveis? Quem for contra permaneça com os braços
1620 levantados". – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
1621 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "Eu estou votando, estou
1622 abstendo, se colocar a minha proposta em votação". – Anderson Ramiro
1623 Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas –
1624 "Depois nós colocamos ela". – Não se identificou – "Não, se for". – Não se
1625 identificou – "Presidente, lá na SUPRAM Sul de Minas quando é contrário
1626 eles levantam, fica até mais fácil para a gente contar, então todo mundo
1627 levanta da cadeira, fica até bem mais fácil". – Anderson Ramiro Siqueira,
1628 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – "Obrigado,
1629 mas já foi feito a conta, são sete votos contras e seis a favores, com
1630 abstenção. Então o pedido foi reconsiderado, a licença foi concedida. Tem
1631 uma abstenção então são sete a seis, então a licença foi reconsiderada". –
1632 Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das Associações
1633 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
1634 Gerais – FEDERAMINAS – "Concordo com a contagem, o senhor está certo,
1635 mas depois dessa votação eu acho que tem de ser colocado em votação a
1636 proposta do Doutor Roberto de baixar o prazo". – Roberto Soares
1637 Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São

1638 Francisco – “Essa aí já tirou a possibilidade, já tirou, Camilo. Eu me abstive
1639 por causa disso. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle
1640 Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Então licença concedida,
1641 conforme pedido pelo Conselheiro, iremos colocar em votação também a
1642 questão do prazo de validade da licença, está sendo colocado em votação
1643 que o prazo médio da licença e razão de seu empreendimento classe 3,
1644 me ajuda aqui, seria de seis anos. Então a intenção é que seja reduzida em
1645 dois anos, essa foi a proposta?” – Não se identificou – “Deixa votar essa,
1646 tem que votar essa”. – Não se identificou – “Não, não deixa não, já foi
1647 votado”. – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
1648 Geral de Justiça – PGJ – “Senhor Presidente, eu só gostaria que fosse, os
1649 votos fossem nominais, por gentileza”. – Anderson Ramiro Siqueira,
1650 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Perfeito, eu
1651 gostaria que justificasse conforme regimento, aqueles que votaram
1652 contra, que fosse feito a justificativa junto ao microfone até para que
1653 conste o registro e efetiva contagem do prazo posterior”. – Anaximandro
1654 Lourenço Azevedo Feres, representante da Pontifícia Universidade
1655 Católica – PUC/Arcos – “Como não me manifestei durante a discussão,
1656 justifico meu voto pela celeridade e eficácia processual, a empresa vai
1657 entrar com licença de operação corretiva, vai solicitar um TAC e vai
1658 continuar operando, isso vai aumentar o custo dela. Pensando em uma
1659 licença, uma revalidação de licença como uma licença de controle, eu
1660 entendo que o fato dela ter cumprido com atraso, mas já estar desde
1661 2012 com as condicionantes cumpridas em operação, ganho ambiental já
1662 foi, já compensou o eventual prejuízo que ela eventualmente tenha
1663 causado”. – Edécio José Cançado Ferreira, representante da Federação da
1664 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG – “Faço do
1665 voto do Conselheiro Anaximandro o meu voto, acrescentando que tive a
1666 oportunidade de estar no local e constatar em vistoria juntamente com a
1667 Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais, que as condições lá
1668 encontradas em nada caracterizam a degradação ou uma poluição. Então
1669 meu voto vai nesse sentido”. – Camilo de Lélis André Melo, representante
1670 da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
1671 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – “Eu quero fazer um
1672 questionamento, primeira vez que eu vejo pedir votação nominal, mas eu

1673 concordo com o Doutor Francisco. Se é do regimento se justificar toda
1674 vida nós justificamos, então não é voto nominal não, é justificar o voto. Eu
1675 concordo plenamente com o que disseram os dois Conselheiros
1676 anteriores”. – Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do
1677 Alto São Francisco – “Também concordo com meus nobres colegas aqui,
1678 decorrente ao histórico do licenciamento das empresas pirotécnicas do
1679 Município de Santo Antônio do Monte. Que é um fato que vem há anos
1680 com essa dificuldade desse licenciamento, não é de agora, se fosse um
1681 licenciamento novo, uma questão nova eu estaria talvez de repente
1682 colocando aqui minha colocação diferente, diferenciada. Mas vou me
1683 colocar essa disponibilidade de estar defendendo um histórico antigo pela
1684 morosidade que houve no passado na SUPRAM. Não estou culpando este
1685 momento nosso hoje, mas que no passado realmente essa morosidade no
1686 órgão ambiental para o licenciamento foi de grande expressão para os
1687 empreendedores”. – Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do
1688 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas
1689 Gerais – CREA-MG – “O meu voto foi contrário à decisão da SUPRAM
1690 tendo em vista que eu considero que hoje a empresa tem um
1691 desempenho ambiental correto, e considerando que no passado ela foi
1692 bastante prejudicada pela inoperância dos órgãos públicos”. – Átila Alves
1693 da Costa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG –
1694 “Meu voto está de acordo com o relatório apresentado pelo Edélcio, pelo
1695 Camilo e pela FIEMG o colega Túlio Pereira de Sá”. – Valério Mendes
1696 Rezende, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –
1697 SEAPA – “Voto contrário. De acordo com o retorno de vistas que foi feito
1698 pelos Conselheiros”. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle
1699 Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Ok, justificados os votos nós
1700 iremos colocar em votação o prazo de validade, o prazo de validade da
1701 licença de operação por ser um empreendimento Classe 3, tem a praxe de
1702 ser três anos”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
1703 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – “Quando não se aceitou o
1704 indeferimento já está votado, eu não acho que haja possibilidade
1705 regimental de fazer esse voto. Eu não acho que regimentalmente nós
1706 tenhamos possibilidade de votar esse prazo, ele poderia ter sido colocado
1707 para ser votado antes de colocar o deferimento ou indeferimento”. –

1708 Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
1709 Sul de Minas – “Conselheiro, eu concordo com o senhor, então o que foi
1710 votado foi o parecer do retorno de vistas, e o parecer do retorno de vista
1711 propõe a redução do prazo de validade da licença. Nem um terceiro, está
1712 votado quatro anos, concordo com o Conselheiro que ele está votado
1713 quatro anos. Um detalhe importante que é uma omissão que existe na DN
1714 177 nesses casos relativos a condicionantes presentes do processo. Como
1715 a SUPRAM elaborou um voto pelo indeferimento, ou seja, pela
1716 manutenção do indeferimento da licença, quais seriam as condicionantes
1717 que o empreendedor deverão cumprir com essa nova licença aqui
1718 concedida de quatro anos? Trago aqui uma praxe em um único caso
1719 ocorrido na SUPRAM Sul de Minas, em que foram repetidas as
1720 condicionantes da LO. Obviamente há várias condicionantes de LO que
1721 foram cumpridas, auto monitoramento é uma que é induzida em todos os
1722 processos, e que ela é contínua. Há algum impedimento de nós votarmos
1723 a repetição essas condicionantes, obviamente as que cumpridas são
1724 desnecessárias de serem novamente apresentadas, porém as
1725 condicionantes de auto monitoramento são aquelas que são pendentes à
1726 execução durante a validade de todo e qualquer empreendimento, elas
1727 serão repetidas junto ao processo de licenciamento”. – Fernanda,
1728 SUPRAM – Alto São Francisco – “Anderson, eu discordo uma vez que são
1729 condicionantes de uma LO. Eu acho que a gente poderia trazer as
1730 condicionantes para serem votadas na próxima reunião. A Eugênia faz a
1731 vistoria antes da reunião, a gente elabora as condicionantes e traz para
1732 julgamento do COPAM”. – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto São
1733 Francisco – “Como o conselho aprovou, reconsiderou, eu entendo que
1734 cabe a eles também verificar a questão dessas condicionantes, eles vão
1735 votar para que traga na próxima reunião ou eles vão votar para que
1736 mantenha as condicionantes da licença anterior. Visto até como que vai
1737 ficar o empreendimento até voltar esse processo para julgamento, as
1738 condicionantes. E nós não temos nem previsão de votação de
1739 condicionante”. – Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do
1740 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas
1741 Gerais – CREA-MG – “Eu concordo com a sugestão da representante aqui
1742 da SUPRAM, tendo em vista de que nós aqui vamos aprovar as

1743 condicionantes propostas e não vamos criar condicionantes, estabelecer o
1744 que já fez e o que não fez. Está corretíssima a decisão da técnica”. –
1745 Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – “Até por que, Vilma, o parecer é
1746 votado o parecer e as condicionantes, como nós não temos
1747 condicionantes para serem votadas, eu entendo que não há problema
1748 nenhum elas serem votadas mês que vem”. – Anderson Ramiro Siqueira,
1749 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Eu confesso
1750 que eu estou com uma certa lacuna aqui em tentar entender o
1751 procedimento e o que está na DN 177, por que o processo seria retirado
1752 de pauta então para votação posterior?” – Fernanda, SUPRAM – Alto São
1753 Francisco – “Porque também é um caso atípico, nunca aconteceu. Eu acho
1754 que talvez seria o mais razoável, a gente traz o parecer com as
1755 condicionantes e vocês votam na reunião que vem”. – Silvestre, SUPRAM
1756 – Alto São Francisco – “Posso dar uma sugestão? Vota conforme o
1757 Anderson falou, as condicionantes da licença passada, e na próxima
1758 reunião a gente traz, vota a alteração das condicionantes”. – Edécio José
1759 Cançado Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária
1760 do Estado de Minas Gerais – FAEMG – “Entendo que deveríamos nos ater
1761 apenas àquela condicionante ou àquelas condicionantes que constam não
1762 cumpridas, que as que estão cumpridas com atraso já foram cumpridas,
1763 essas já estão ultrapassadas. Então é uma condicionante que ficou
1764 pendente aqui, salvo engano, que é a condicionante vinte e quatro, então
1765 é só essa condicionante que nós deveríamos dar um prazo para o
1766 cumprimento dela”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia
1767 Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – “Eu já toquei
1768 nesse assunto aqui que os processos mesmo para indeferimento teriam
1769 que vir já com as propostas de condicionantes, e isso não foi levado em
1770 conta. Então eu acho que a proposta da Doutora Fernanda é
1771 razoabilíssima, certo? Que venham essas 28 condicionantes que estão
1772 aqui no processo de revalidação, no processo anterior, sinceramente eu
1773 acho que elas não têm nada a ver com o processo atual. Então não vai
1774 causar prejuízo nenhum que essas condicionantes venham para a votação
1775 na próxima reunião da SUPRAM”. – Silvestre, SUPRAM – Alto São
1776 Francisco – “Eu vou fazer uma provocação aqui, a gente quando faz um
1777 parecer para o indeferimento é porque a gente acredita no nosso

1778 trabalho, então da mesma maneira que o Conselheiro acha que ele vai
1779 fazer uma proposta de deferimento, ele pode trazer também as
1780 condicionantes”. – Anaximandro Lourenço Azevedo Feres, representante
1781 da Pontifícia Universidade Católica – PUC/Arcos – “Acho que isso
1782 procedimentalmente já está resolvido, a partir do momento que nós
1783 derrubamos o parecer da SUPRAM pelo indeferimento, necessário se faz
1784 que o órgão técnico atenda o que o Conselho fez e elabore um parecer do
1785 licenciamento. Ou seja, a empresa tem a licença, o Conselho acabou de
1786 votar e deu a licença para a empresa nesse momento, então eu
1787 atendendo que a partir do fim da reunião ela pode inclusive voltar a
1788 operar. Bom, aí a gente regride ao tempo em que ela solicitou a
1789 revalidação de licença e essa revalidação só foi apreciada hoje, correto?
1790 Prorrogam-se as condicionantes da licença de operação para que ela não
1791 opere de qualquer forma, e obviamente teremos um novo parecer na
1792 próxima reunião de licenciamento com as propostas de condicionante
1793 para serem votadas. Então a partir daí eu entendo que a proposta da
1794 Fernanda é a mais cabível ao caso porque administrativamente a empresa
1795 passa a ser autorizada a votar, inclusive com prazo para cumprimento,
1796 prazo de validade de licença, dentre outras obrigações que lhe serão
1797 impostas. Então assim, a gente retroage a uma perspectiva de revalidação,
1798 ela teve a revalidação, mas o pronunciamento final, e aí a provocação está
1799 mais que correta, se eles acreditam no trabalho eles não têm que trazer
1800 uma eventual proposta de condicionante para o eventual deferimento da
1801 licença, cabe ao órgão técnico fazer essa análise. Obrigado”. – Fernanda,
1802 SUPRAM – Alto São Francisco – “É o seguinte, votamos uma licença,
1803 reconsiderou uma revalidação, tinha condicionantes. Eu acho que o
1804 razoável, considerando que o nosso regimento não tem previsões
1805 diferentes, não tem previsão para baixar um processo em diligência
1806 depois que o processo foi votado, não tem previsão para retirar o
1807 processo de pauta depois que o processo foi votado. Precisa ter
1808 condicionante por que o empreendimento vai voltar a operar a partir
1809 desse segundo, porque que é razoável o procedimento que o Sul de Minas
1810 adota, porque já existem as condicionantes, as condicionantes que já
1811 foram cumpridas, desconsideram por que já foi cumprida, porque nós
1812 temos o auto monitoramento, que o empreendimento é que tem que

1813 auto monitorar a partir desse segundo. E na próxima reunião a gente volta
1814 com exclusão de condicionante ou inclusão de outras condicionantes, eu
1815 acho que é o razoável considerando que nós temos o nosso regimento,
1816 que ele tem essa lacuna, realmente, a gente tem que tentar adequar no
1817 que nós temos". – Anaximandro Lourenço Azevedo Feres, representante
1818 da Pontifícia Universidade Católica – PUC/Arcos – "Exatamente isso,
1819 Vilma, a prorrogação da condicionante que ele recebeu anteriormente, se
1820 ele já cumpriu ele não vai ter que cumprir de novo, obviamente. Então eu
1821 acho que é o mais plausível você prorrogar a licença que já havia sido
1822 dada, nós estamos revalidando no aguardo do parecer para esse novo
1823 período que será tratado a partir de agora". – Francisco de Assis Braga,
1824 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – "Eu acho que a
1825 gente abriu um precedente aqui, um precedente complicado, e gostaria
1826 de deixar isso registrado que fica até difícil encontrar a solução para o
1827 precedente que foi aberto. Ou seja, abrimos a possibilidade de que o
1828 empreendimento opere na vigência descumprindo as condicionantes e
1829 mesmo assim tenha aprovado a sua licença ou a sua revalidação". –
1830 Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
1831 Sul de Minas – "Prezados Conselheiros, até o processo ele está votado
1832 com a licença revista. O importante do processo é não baixar em diligência
1833 para outra oportunidade até para não ser novamente rediscutido o mérito
1834 que foi discutido aqui nesse momento, ou seja, da concessão da licença.
1835 Essa presidência propõe então que já que foi feito a reconsideração em
1836 que o empreendimento está apto a operar a partir de hoje com a licença
1837 concedida, que sejam repetidas sim, as condicionantes impostas no
1838 processo primitivo. Obviamente, as que já foram cumpridas são
1839 desnecessárias de qualquer informação, e que se caso o empreendedor
1840 entenda que alguma condicionante imposta ela tenha que ser alterada,
1841 que promova a petição correspondente para que seja feita alteração da
1842 condicionante, e a própria SUPRAM, se entender que alguma
1843 condicionante está em descontexto com o empreendimento que também
1844 promova a revisão dessa condicionante e retorne o processo para essa
1845 casa aqui para a discussão das condicionantes, para que a gente não entre
1846 nessa eterna discussão do mérito, ok? Então vamos passar para o item
1847 6.1, assim ficou decidido o processo 5.1, o processo está deferido, a

1848 reconsideração foi feita, licença concedida com prazo de quatro anos,
1849 rememorando, e com as condicionantes repetidas do processo primitivo
1850 de licença de operação". **6. Processo Administrativo para exame da**
1851 **Licença de Operação:** 6.1 MML - Metais Mineração Ltda. Há destaque do
1852 Ministério Público e do Comitê de Bacia Hidrográfica, com a palavra. –
1853 Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos
1854 Afluentes do Alto São Francisco – “Onde se fala na condicionante 22, o
1855 texto está muito complexo, ele não está inteligível não. Eu gostaria que
1856 vocês revissem. Além disso, no 7.9 tem uma afirmativa que os materiais
1857 contaminados com óleos e graxas podem ser reaproveitados. Eu
1858 sinceramente não vejo como fazer isso em mineração, então eu gostaria
1859 de uma explicação também, são dois pontos aqui. E queria parabenizar a
1860 proposta de monitoramento de efluentes líquidos que está muito bem
1861 feita”. – Silvestre, SUPRAM – Alto São Francisco – “Realmente, com
1862 relação aqui ao item 7.9 os materiais contaminados com óleos e graxas
1863 tem que ser coletados por empresas terceirizadas, e reaproveitados
1864 somente aqueles que não estiverem contaminados, então realmente ficou
1865 mal explicado aí. Com relação à condicionante 22, qual que...”. – Roberto
1866 Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do
1867 Alto São Francisco – “Eu acho que é equívoco aí, onde devia dizer não, não
1868 apareceu o não, lê, por favor”. – Silvestre, SUPRAM – Alto São Francisco –
1869 “Os materiais contaminados com óleos e graxas serão coletados por
1870 empresas terceirizadas licenciada, ou serão reaproveitadas na
1871 mineração”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
1872 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – “Não, não, esse aí não é
1873 condicionante 22 não, esse é o 7.9. Eu estou me referindo esse aí você já
1874 explicou ele vai ser adequado, vai ser corrigido, a condicionante 22 onde
1875 comenta ela, tem alguma coisa aí que não está legal”. – Silvestre, SUPRAM
1876 – Alto São Francisco – “Ela está apresentar plano de gerenciamento de
1877 resíduos sólidos, de acordo com a lei número 12.305, de 02 de agosto de
1878 2010”. – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno
1879 dos Afluentes do Alto São Francisco “Não, não, é avaliação da
1880 condicionante anterior, aquela que foi colocada na licença anterior, é lá no
1881 texto. Por favor, leia aí, doutora”. – Fernanda, SUPRAM – Alto São
1882 Francisco – “Condicionante 22, apresentar relatório fotográfico sob a

1883 manutenção das estradas de acesso ao empreendimento, prazo
1884 semestralmente, cumprida parcialmente. Até a data da vistoria
1885 fiscalização foram protocolizados dois relatórios fotográfico em
1886 atendimento a essa condicionante sobre os registros reais. Considerando
1887 que no primeiro semestre de 2015 não houve comprovação do relatório,
1888 consideramos essa condicionante cumprida, na verdade é consideramos
1889 essa condicionante parcialmente cumprida". – Não se identificou – "Ou
1890 não cumprida". – Francisco Chaves Generoso, representante da
1891 Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Conselheiro, o senhor está
1892 satisfeito?" – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
1893 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco "Muito". – Francisco Chaves
1894 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Eu
1895 tenho algumas questões, vou começar da mais simples. No código que foi
1896 lançado no parecer único, em relação à extração porque me parece que
1897 licenciamento para lavra de minério de ferro e cascalho, o código que foi
1898 lançado no parecer único para extração de cascalho foi o A02070, lavra a
1899 céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco, minerais não
1900 metálicos exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de
1901 revestimento. Quando na verdade a DN 74 possui um código específico
1902 para extração de cascalho, que é o A03, extração de areia, cascalho e
1903 argila para utilização na construção civil, existe alguma?" – Silvestre,
1904 SUPRAM – Alto São Francisco – "Esse cascalho na realidade não é um
1905 cascalho, é o magnetitito, é muito característico lá no morro do ferro esse
1906 minério de ferro solto na topografia do terreno, então esse cascalho que a
1907 gente se refere, ficou mal explicado, é o magnetitito, que ele vai ser
1908 aproveitado, blindado, porque ele é até muito rico em ferro, dentro do
1909 processo produtivo, então não é o cascalho comum mesmo, aquele
1910 cascalho de leito de rio, é o magnetitito que é rolhável e é o minério de
1911 ferro também, por isso que ficou enquadrado nesse código". – Francisco
1912 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
1913 "Então seguindo o raciocínio, isso tem uma importância singular porque
1914 nós resgatamos junto ao SIAM o ofício do DNPM, relativo à aprovação da
1915 portaria de lavra, e ele diz expressamente no final o seguinte: Valemos
1916 desse ofício também para comunicar-lhes que o relatório final de pesquisa
1917 aprovou reserva de minério de ferro e cascalho. O pai elaborado tratou da

1918 lavra apenas do minério de ferro, assim, a pretensa portaria de lavra
1919 estará sendo outorgada apenas, em negrito, para as reservas de minério
1920 de ferro, está aqui a foto do documento, o *print*". – Silvestre, SUPRAM –
1921 Alto São Francisco – "Realmente se a gente for considerar o magnetitito
1922 ele é um minério de ferro". – Francisco Chaves Generoso, representante
1923 da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Eu acho que a todo instante,
1924 desculpe, Silvestre, a todo instante no parecer se fala em cascalho, é aí
1925 então não sei se é o caso de corrigir o parecer todo para que essa questão
1926 porque até para quem lê realmente a impressão que dá é de que é
1927 minério de ferro e cascalho, tanto é que tem dois códigos, se for minério
1928 de ferro então não precisa dos dois códigos". – Silvestre, SUPRAM – Alto
1929 São Francisco – "Porque um é tratamento a seco e o outro é a úmido, por
1930 isso que são os dois códigos". – Francisco Chaves Generoso, representante
1931 da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Entendi. Essa é uma questão que
1932 eu queria, porque o parecer único a todo instante ele fala minério de ferro
1933 e cascalho, minério de ferro e cascalho, então essa é uma questão que eu
1934 quero ver como que a gente pode solucionar". – Silvestre, SUPRAM – Alto
1935 São Francisco – "Até agradeço, Conselheiro, porque os demais
1936 empreendimentos de minério de ferro que estão lá nessa região eles
1937 estão com a mesma terminologia, então já é uma para a gente já fazer
1938 essa correção nos outros, não mencionar cascalho, por que o cascalho que
1939 ele fala é o magnetitito que está solto no terreno lá por causa da erosão,
1940 chuva, por isso". – Francisco Chaves Generoso, representante da
1941 Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Qual que é? Por que aqui a algum
1942 tempo alguém vai pegar, por exemplo, um eventual certificado, ler o
1943 parecer único e pode interpretar isso". – Não se identificou –
1944 "Conselheiro, acreditamos nós que a correção da palavra cascalho foi feita
1945 de maneira expressa e importante registrar que os itens 6.1 não tem a
1946 tipologia de extração de cascalho, ela se refere somente ao minério de
1947 ferro ora tratado a seco ou a úmido". – Francisco Chaves Generoso,
1948 representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Então para
1949 documentar essa questão, extração de cascalho não está sendo licenciada
1950 nesse processo?" – Não se identificou – "O empreendedor está querendo,
1951 o representante". – Não se identificou – "Pois não". – "Luiz Fernando –
1952 GEOMIL – "Eu sou o geólogo da Geomil, sou responsável técnico pelo

1953 trabalho de pesquisa dessa área e eu gostaria de fazer um esclarecimento
1954 sobre a fala do geólogo também, o Doutor Silvestre. O cascalho, na
1955 verdade, o Silvestre disse é uma realidade, existe um cascalho que é
1956 minério de ferro, mas existe um outro tipo de cascalho que é um cascalho
1957 quartzoso, em que na região associado a esse minério de ferro ele é
1958 abundante, ele vai se constitui no rejeito do minério de ferro. E na época
1959 que foram feitos esses trabalhos de pesquisa eles tinham uma demanda
1960 muito grande de cascalho na reunião, especialmente o pessoal que obra
1961 para o DER, então isso foi considerado, esse cascalho como um bem
1962 mineral passível de ser comercializado pela empresa. Daí então no
1963 relatório de pesquisa forma avaliadas as reservas de minério de ferro, e eu
1964 considerei, achei por bem, junto com os empreendedores na época, de
1965 considerar também aquele cascalho que seria gerado como rejeito, que
1966 fosse também uma substância mineral a ser comercializada. Ela faz parte
1967 das reservas que foram aprovadas pelo DNPM, e já se constitui na
1968 concessão de lavra já considera o cascalho além do minério de ferro. Esse
1969 esclarecimento que eu gostaria de dar porque amanhã se houver
1970 demanda desse bem mineral, a empresa ela estaria apta a fazer a
1971 comercialização ele, por isso que nas licenças ambientais sempre foi
1972 considerado minério de ferro e cascalho. Obrigado". – Francisco Chaves
1973 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Eu
1974 estou com a dúvida porque realmente o ofício do DNPM ele deixa muito
1975 expresso, ele até teve essa atenção de excluir o cascalho expressamente,
1976 até inclusive em negrito. Sendo outorgada apenas para as reservas de
1977 minério de ferro". – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto São
1978 Francisco – "Silvestre, pelo que o representante do empreendimento
1979 falou, eu entendi que realmente existe um cascalho. Qual que é a minha
1980 sugestão para não, considerando que na nossa pauta não consta o
1981 cascalho, consta o cascalho só no corpo do nosso parecer, ou retiraria
1982 tudo que se refere ao cascalho do parecer ou teríamos realmente que
1983 baixar o processo em diligência, porque realmente pelo que eu entendi
1984 que ele falou, não sei se eu estou errada, se eu estou certa ou errada,
1985 realmente cascalho é uma substância diferente". – Silvestre, SUPRAM –
1986 Alto São Francisco – "Realmente a gente, eu me equivoquei aqui, gerou
1987 essa dúvida, a gente estava conversando ali, Fernanda, que é da equipe e

1988 o ideal seria realmente, o ideal não, a intenção é baixar o processo em
1989 diligência, mas aí a gente queria até escutar as demais”. – Francisco
1990 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
1991 “Isso, exatamente, eu ia até pedir para poder solucionar tudo se for o
1992 caso, exato. Eu ia até pedir para poder me manifestar para se for baixar
1993 em diligência e puder resolver. Obrigado. A segunda questão se puder
1994 projetar a imagem, foi feito uma análise pelo núcleo de
1995 geoprocessamento do Ministério Público e nós obtivemos as imagens que
1996 consta do EIA/RIMA em relação à área diretamente afetada, essa é uma
1997 imagem que consta do EIA/RIMA. Tem um quadro que também consta do
1998 EIA/RIMA, esse é a imagem que interessa. Segundo o que foi percebido
1999 pelas imagens, vejam os senhores que a área diretamente afetada e que
2000 consta do EIA/RIMA é a área em contorno preto. Dá para perceber
2001 nitidamente que houve um avanço do empreendimento na fase de
2002 instalação para além da área diretamente afetada. Segundo o que foi
2003 informado aqui, foram feitos os ajustes necessários, ajustes de *datum* e
2004 transformação de coordenadas para evitar erros. Se quiser pegar a
2005 imagem de baixo ela mostra o empreendimento antes da instalação,
2006 perceba que a área diretamente afetada continua circunscrita em preto,
2007 subindo novamente e agora o avanço, esse estrapolamento para além dos
2008 limites da área diretamente afetada. Então isso me parece que se
2009 confirmado poderá inclusive descaracterizar a modalidade de licença que
2010 está sendo submetida a julgamento. Não sei se a dúvida a respeito disso,
2011 pode ser tirada só em campo, não é, com a medição das coordenadas,
2012 enfim, mas nós conseguimos identificar isso e quem fez isso foi o núcleo
2013 especializado em geoprocessamento do Ministério Público. Então essa era
2014 mais uma questão que eu gostaria de levantar. A outra questão, nós já
2015 temos duas a serem solucionadas. A outra questão é mencionado que
2016 existe uma aprovação, uma anuência do IEFA a respeito do
2017 empreendimento. A pergunta é se essa anuência do IEFA levou em
2018 consideração uma aprovação de estudo prévio de impacto cultural ou não,
2019 essa é uma outra questão que eu gostaria que fosse esclarecida. Também
2020 não foi informado se o empreendimento possui AVCB”. – Não se
2021 identificou – “Não possui AVCB”. – Francisco Chaves Generoso,
2022 representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “E por fim, a última

2023 questão é se o empreendimento possui autorização do exército para
2024 estocagem e manuseio de explosivos. São essas questões que no nosso
2025 ponto de vista precisam ser equacionadas já que me parecem que está
2026 caminhando para baixa em diligência para que elas já sejam devidamente
2027 equacionadas de uma só vez". – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de
2028 Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – "Item 6.1 será baixado
2029 em diligência, prezado Conselheiro. É possível que deixe esse documento
2030 que foi lido". – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
2031 Geral de Justiça – PGJ – "Esse documento parece que já consta aí, já
2032 salvou, esse computador é da SUPRAM, não é? Já está nos arquivos, esse
2033 arquivo que foi projetado já a no computador". – Anderson Ramiro
2034 Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – "Ok,
2035 6.1 baixado em diligência". – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco –
2036 "Só fazer uma correção, Anderson, aproveitar. No controle processual, no
2037 oitavo parágrafo, informa que 12,44 hectares da reserva legal estão fora
2038 de APP, na verdade o que está fora de APP é 10,1, 20%". – Anderson
2039 Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de
2040 Minas – "Ok, quando do retorno do processo na reunião provavelmente
2041 deverá ser feito um adendo corrigindo tais informações, inclusive
2042 prestando as informações que o Conselheiro agora levantou". **7.**
2043 **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de**
2044 **Operação:** 7.1 Companhia Fiação e Tecelagem Divinópolis – FITEDI.
2045 Destaque SUPRAM, Comitê e MP também. – Lorena, SUPRAM – Alto São
2046 Francisco – "Querida fazer uma correção na condicionante número 13 que
2047 cita o item 14, na verdade é 12, e a condicionante número 15 que cita o
2048 item 16, na verdade é 14". – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia
2049 Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "Eu tenho
2050 algumas observações. Primeiro na condicionante 9 não foi pedido
2051 horímetro na captação superficial, eu peço que isso seja efetivado.
2052 Condicionante 9, ok? Acrescentar horímetro para a captação superficial.
2053 Tenho uma dúvida aqui o seguinte: está sendo exigido relacionamento da
2054 empresa comunidade na condicionante 15, gostaria de perguntar à
2055 Doutora Vilma se há uma previsão legal para isso". – Vilma Aparecida
2056 Messias, SUPRAM – Alto São Francisco – "Não, nós não temos uma
2057 previsão legal para esse tipo de empreendimento, mas a Fernanda que fez

2058 a parte jurídica do processo ela tem a fundamentação pelo qual eles
2059 pediram essa". – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – "A
2060 fundamentação na verdade é técnica por que diante da análise do
2061 relacionamento da empresa com a comunidade, que é um item do
2062 parecer, foi constatado que há problemas nessa relação, que tipo de
2063 problema? A comunidade tem se manifestado com uma certa frequência,
2064 durante a vigência da licença, tanto procurando a SUPRAM quanto o
2065 Ministério Público, a Polícia, fazendo denúncias a respeito da empresa. E
2066 tendo em vista que o meio socioeconômico também é parte do meio
2067 ambiente e a gente está avaliando o desempenho ambiental da empresa
2068 nesse parecer, essa foi uma questão que suscitou que a SUPRAM tomasse
2069 alguma providência, uma vez que a empresa embora esteja regular do
2070 ponto de vista ambiental, tem até sistema de gestão ambiental
2071 implantado, certificação, a comunidade se sente de alguma forma, talvez
2072 o diálogo esteja falho entre ela e a empresa, a comunicação, ela tem
2073 dúvidas se a empresa, dúvidas frequentes se a empresa cumpriu ou não as
2074 condicionantes, se os parâmetros de lançamentos dos efluentes estão ok,
2075 se os níveis de odores estão ok, então foi uma alternativa técnica para que
2076 esse problema junto ao meio sócio econômico fosse de certa forma
2077 sanado". – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica
2078 Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "A minha grande
2079 preocupação é o seguinte, se não há base legal, o empreendedor pode
2080 entrar com um pedido de anulação dessa condicionante, a não ser que ele
2081 dê anuência disso. Então é imposição de condicionante sem base legal
2082 sinceramente sem aprovação do empreendedor eu acho que é uma perda
2083 de tempo. Então eu acho que o empreendedor está aí, depois nós
2084 podemos ouvi-lo, está certo? Uma outra coisa, aí fala no item 7 de caixa
2085 de gordura que vai para o aterro sanitário devidamente licenciado. Eu não
2086 conheço aterro sanitário devidamente licenciado aqui em Divinópolis,
2087 então eu acho que há um equívoco aqui, está certo? Isso aí deve estar
2088 indo para o aterro controlado de Divinópolis, não pode ser aterro sanitário
2089 devidamente licenciado porque não existe isso aqui, está no item 7. Outra
2090 coisa que me chamou atenção também é que eles têm uma geração de
2091 energia nos horários de pico com um equipamento que consome diesel, e
2092 aí fala que o consumo de diesel varia de 219 a 206m³ por hora. Eu pensei

2093 nisso assim em termos de volume, eu acho que isso deve ser dia ou deve
2094 ser, isso aqui não pode ser por hora de jeito nenhum porque eles não têm
2095 nem onde armazenar isso aqui, está certo? Então é preciso corrigir
2096 também, está certo? Está no item 4. E uma outra coisa também que me
2097 chamou atenção aqui é o seguinte: o projeto 7.1, projeto de recirculação,
2098 eu acho que esse projeto de recirculação ele também tinha que ter uma
2099 palavrinha na frente, que é caso viável. Quer dizer, simplesmente exigir
2100 que a empresa monte o projeto de recirculação e se os estudos para esse
2101 projeto não trouxerem uma viabilidade? Eu acho que então a imposição
2102 aqui está nas condicionantes 10 e 11, devia ser o seguinte: caso viável, eu
2103 acho que não custava nada botar essa palavrinha a mais, mas eu tenho
2104 mais. A condicionante 12 e 13 dá prazos aí muito folgado aí, eu gostaria de
2105 apertar esses prazos, não precisa de 180 dias e 210 dias para cumprir essa
2106 obrigação aí não, eu acho que 90 e 180 seria de bom tamanho, é uma
2107 proposta minha aqui que seja analisada aí na hora da votação, certo? Eu
2108 acho que vocês estão sendo muito, não é permissivo, é muito assim
2109 condescendente, talvez. Então eu acho que 90 e 180 dias estaria ótimo
2110 para tratar dos dois assuntos das condicionantes 10 e 11 e eu estou
2111 satisfeito”. – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – “Quanto aos prazos
2112 nenhuma objeção. Em relação ao item 11 que é a implantação de projeto
2113 de recirculação de água, esse item, a origem da exigência dele foi com
2114 uma informação prestada pelo empreendedor no ato da vistoria, no ato
2115 da fiscalização, ela está até registrada no auto de fiscalização que foi
2116 quando ele informou que havia em curso, já em estudo um projeto para
2117 que fosse recirculada em uma etapa produtiva uma quantidade de água.
2118 Então visto que essa informação própria já deu a mim como técnica um
2119 respaldo pela viabilidade desse projeto, eu optei por”. – Roberto Soares
2120 Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São
2121 Francisco – “Você fez muito bem, acho que o empreendedor deve
2122 procurar a recirculação, mas exigir isso antes do projeto estar pronto e
2123 verificar a viabilidade dele, eu não acho que isso está adequado, está
2124 certo? Depois ele vai mandar um pedido aqui de cancelamento dessa
2125 condicionante porque não foi viável e tal. Então porque a gente não pode
2126 já colocar aqui, ou caso aprovado pela SUPRAM, ou caso viável, não é? Eu
2127 acho que seria adequado, está certo? Não estou culpando você não, eu

2128 estou dando sugestões para a gente colocar o processo certinho,
2129 bonitinho e sem ir para judicialização depois, entrar aí com recurso, com
2130 não sei o que e tal". – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – "Sim, eu
2131 acho que a viabilidade do projeto pode ser expressa aqui, contribui para a
2132 clareza da condicionante, e pensando nisso foi que eu coloquei o item 11,
2133 segundo proposto pelo cronograma do projeto, e o cronograma ficaria a
2134 cargo da empresa na apresentação do projeto. Ou seja, ela mesma". –
2135 Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos
2136 Afluentes do Alto São Francisco – "Seria também interessante que o
2137 projeto antes de executado seja apresentado à SUPRAM, está certo? Eu
2138 acho que vocês têm competência inclusive para ajudar a empresa a fazer
2139 melhor. Não custa nada isso. Bom, essa questão eu tento evitar na
2140 redação do parecer, porque nós sabemos da situação da SUPRAM de
2141 chegar protocolo e a gente não dar conta, não ter equipe suficiente de
2142 analisar. E também pensando que um projeto desse ele diz respeito muito
2143 mais à capacidade econômica, técnica, da empresa do que uma questão
2144 que a gente possa interferir". – Vilma Aparecida Messias, SUPRAM – Alto
2145 São Francisco – "Lorena, na condicionante 10 já não fala apresentar o
2146 projeto?" – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – "O projeto estará com
2147 a gente, só não vai ser aprovado ou não, mas se o Conselho entender que
2148 isso é uma necessidade eu já argumentei o ponto de vista da SUPRAM. Só
2149 voltando a um questionamento feito pelo Conselheiro, a respeito do óleo,
2150 eu não consegui encontrar, você pode citar a página, por favor?" – Roberto
2151 Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do
2152 Alto São Francisco – "Item 4, mas o empreendedor está aí, ele já fez assim
2153 com a cabeça, eu tenho certeza que os números estão equivocados". –
2154 Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
2155 Sul de Minas – "Conselheiro, o empreendedor vai manifestar também". –
2156 Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das Associações
2157 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
2158 Gerais – FEDERAMINAS – "Doutor Roberto, eu acho que aí foi um erro de
2159 digitação". – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da
2160 SUPRAM – Sul de Minas – "Conselheiro, até eu fiz algumas anotações aqui
2161 para depois a gente poder deliberar, estaremos ouvindo também o
2162 Conselheiro do Ministério Público, os representantes da empresa, mas há

2163 proposta de alteração de condicionantes na condicionante 9, 12, 13, 10 e
2164 11, é isso que é a proposta?" – Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia
2165 Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco – "É". –
2166 Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM –
2167 Sul de Minas – "Aí no momento oportuno, quando da deliberação a gente
2168 vai fazer a votação da alteração de cada condicionante. Sem dúvida,
2169 quando ouvirmos os empreendedores automaticamente a gente vai estar
2170 ciente das informações com precisão, fazendo a retificação dos pareceres
2171 únicos. Ministério Público". – Francisco Chaves Generoso, representante
2172 da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – "Nós começamos essa reunião de
2173 hoje estabelecendo um debate inclusive muito profícuo a respeito das
2174 condições ambientais do estado e tal, e muito se falou a respeito de
2175 estiagem prolongada, de escassez de água, de segurança hídrica, etc. E eu
2176 inclusive reafirmei que nós enquanto Conselho temos responsabilidade,
2177 ainda que limitada em relação a isso. Muito bem, eu analisei com calma o
2178 parecer, e nós aqui também falando de desempenho ambiental do
2179 empreendimento, e eu percebi que o parecer de forma muito honesta,
2180 mencionou nas folhas 19, 20 e 21 alguns relatórios de lançamento de
2181 efluentes líquidos, que extrapolaram os limites estabelecidos na
2182 legislação. Ocorre que, esses relatórios somam 38 amostras, são 38
2183 relatórios apresentados no decorrer do tempo, que demonstraram
2184 lançamento de efluentes acima dos limites permitidos. 38, foram os que
2185 eu contei. Desses trinta e oito nós temos vários em 2008, vários em 2009,
2186 alguns em 2012, um em 2011, nenhum em 2012, alguns em 2013 e alguns
2187 em 2014, e 15 em 2015. Inclusive alguns relativos ao segundo
2188 quadrimestre de 2015. Portanto são 38 relatórios comprovando que
2189 houve lançamento de efluentes foram dos padrões causando degradação
2190 ambiental que motivou inclusive a autuação por parte do órgão
2191 ambiental. Então aí a gente tem que primeira coisa tentar verificar nossa
2192 autoridade para poder falar então de segurança hídrica de qualidade das
2193 águas, etc. Nós sabemos a situação do Rio Itapecerica, e sabemos,
2194 obviamente que um empreendimento não é isoladamente o responsável
2195 para o causar, mas comprovadamente pelos relatórios de auto
2196 monitoramento apresentados pelo próprio empreendedor, ele vem
2197 contribuindo para a diminuição da qualidade da saúde do Rio Itapecerica,

2198 da qualidade das águas do Rio Itapecerica. Eu pergunto: trinta e oito
2199 relatórios, em uma indústria têxtil apontando desconformidade no
2200 lançamento de efluentes não é suficiente para mostrar um desempenho
2201 ambiental insatisfatório? Desses trinta e oito relatórios, 15 no ano de
2202 2015. De 2009 a 2015 o empreendimento não poderia e deveria ter
2203 adotado medidas, já que ele tinha conhecimento do lançamento fora dos
2204 parâmetros, que buscasse solucionar essas questões. Bom, mas foi
2205 condicionado, o Conselheiro Roberto até mencionou a questão do prazo
2206 de 180 dias, condicionante 12, e 210 dias condicionante 7. Foi
2207 condicionada a resolução de um problema, cuja ciência já se tinha desde
2208 2009. Quer dizer, nós vamos permitir mais degradação ambiental a partir
2209 de amanhã no leito do Rio Itapecerica? São trinta e oito relatórios, não são
2210 dois ou três. Em minha opinião, os senhores sabem que eu sou inflexível
2211 em relação a isso, na minha opinião o descumpriu condicionante, uma
2212 condicionante ou cumpriu fora do prazo em minha opinião, a não ser que
2213 haja uma justificativa muito pertinente, é motivo para indeferimento. Mas
2214 nesse caso são 38 relatórios apresentados em desconformidade. Desses
2215 trinta e oito relatórios eu posso citar alguns aqui, alguns parâmetros que
2216 constaram como fora dos limites estabelecidos, FENOIS, esse pelo que eu
2217 vi aqui da trajetória parece que foi solucionado, mas nós temos, vamos
2218 falar só dos de 2015, parâmetro eficiência, remoção cor, eficiência
2219 remoção cor, eficiência remoção cor, eficiência remoção cor, isso tudo é
2220 insatisfação para a sociedade, porque até onde eu sei remoção, sou leigo,
2221 leigo no assunto, mas remoção cor dá para a gente perceber lá que estava
2222 sendo lançado fora do parâmetro, não é? Então o cidadão que reclama na
2223 SUPRAM ele vê que tem alguma coisa errada, ele vê, e ele pode estar
2224 sentado aqui hoje nessa cadeira esperando o julgamento dessa licença
2225 para saber qual que é o resultado, não é? Qual que vai ser o
2226 posicionamento do órgão em relação a isso. Remoção cor, remoção cor,
2227 todos em 2015, remoção cor fora dos limites, remoção cor, remoção cor
2228 IDQO, remoção cor IDQO, remoção cor, remoção cor IDQO, remoção cor e
2229 toxicidade aguda. Tem um nome científico, é Dafne? Símilies fora dos
2230 parâmetros normativos. Eu até nem precisaria fazer isso porque os
2231 senhores inclusive tem muito mais competência na matéria que eu. Mas
2232 eu trouxe também um trecho de alguns laudos, enfim, técnicos, que

2233 retratam quais são os efeitos desse tipo de efluente lançado fora do
2234 parâmetro no rio. E aí eu não preciso nem dizer do tanto que isso altera a
2235 dinâmica ou contribui para a alteração da dinâmica do Rio Itapecerica.
2236 Não adianta nós sairmos daqui e olharmos o Rio Itapecerica e falarmos:
2237 'Que absurdo, situação de degradação no Brasil, mundial, etc.', mas se nós
2238 não tomarmos as providências sabendo que isso está acontecendo. Eu
2239 particularmente acho que 38 relatórios e nesse ponto eu quero chamar a
2240 atenção para a honestidade dos relatórios e do próprio parecer único, mas
2241 eu não posso fechar os olhos para uma questão dessa importância.
2242 Sobretudo quando essa questão foi discutida longamente no início da
2243 reunião. Então dentre outros fatores eu queria colocar esse em discussão,
2244 com os Conselheiros, dentre outros fatores que eu teria para alegar, mas
2245 eu acho que realmente o desempenho ambiental não foi comprovado
2246 satisfatoriamente. E acho que essa questão da eficiência da estação de
2247 tratamento de esgoto não pode mais ser postergada. Isso não pode ser
2248 mais condicionado porque nós estaríamos realmente coadunando com a
2249 degradação ambiental que já vem acontecendo há alguns tempo e que já
2250 poderia ter sido corrigido". – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – "A
2251 respeito da avaliação do desempenho ambiental desse empreendimento
2252 durante a vigência da licença. A gente acabou, o Conselho acabou de
2253 julgar, todo mundo está ciente, um empreendimento que descumpriu
2254 mais da metade das condicionantes. Esse empreendimento ele teve
2255 condicionantes 100% cumpridas dentro do prazo, e não eram
2256 condicionantes simples. A respeito das análises citadas, por exemplo,
2257 havia uma das condicionantes do auto monitoramento dos efluentes
2258 líquidos, ela previu uma periodicidade quinzenal, isso dá mais ou menos
2259 duas análises por mês, 24 ao ano, no período de vigência da licença de
2260 quatro anos. Ou seja, essas 38 que deram fora, em matemática eu não sou
2261 boa mas elas são talvez um pouco mais de um quarto do período de
2262 vigência da licença. Sendo que foram apresentadas todas as análises
2263 dentro do prazo, e os parâmetros a maioria sempre deu dentro. Então
2264 diante disso, a maior parte das análises apresentadas com todos os
2265 parâmetros atendidos, algumas delas fora, mas todas apresentadas, estou
2266 há pouco tempo aqui acompanhando o julgamento das licenças, o que é
2267 uma exceção nos licenciamentos já julgados aqui. Então isso traz um

2268 respaldo para julgar o licenciamento dessa empresa, um respaldo integral
2269 do seu desempenho, ela cumpriu integralmente”. – Camilo de Lélis André
2270 Melo, representante da Federação das Associações Comerciais,
2271 Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
2272 FEDERAMINAS – “Só dando uma opinião. Essa questão de análise, o que
2273 eu acho mais importante é que apresentou resultado mesmo ele sendo
2274 contrário. Porque nós estamos sabendo que toda estação de tratamento
2275 dessas indústrias elas são problemáticas, você não consegue acertar do
2276 primeiro, não consegue acertar do segundo e isso vai por erro e acerto.
2277 Então essas falhas têm e essas falhas vão continuar existindo. E eu acho
2278 que isso deve ser levado em conta também porque essa estação de
2279 tratamento não tem jeito de acertar da primeira vez, quem dera se
2280 tivesse. Agora só da empresa está mostrando os laudos verdadeiros eu
2281 acho que ela já merece um crédito muito grande nesse sentido, razão que
2282 eu concordo com o parecer”. – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – “Só
2283 mais um detalhe a respeito da impossibilidade que se continue sendo
2284 lançados, fazendo lançamentos fora do parâmetros, não é, isso está
2285 previsto na condicionante proposta aqui no anexo três, a condicionante
2286 um, auto monitoramento, tem um texto que diz o seguinte: Na ocorrência
2287 de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante
2288 o quadrimestre em curso, o órgão ambiental deverá ser imediatamente
2289 informado e as análises apresentadas juntamente com o estudo de
2290 diagnóstico de falhas técnicas operacionais na ETE, que podem ter geado a
2291 inconformidade e comprovação de soluções implementadas com
2292 apresentação de novas análises dentro dos parâmetros exigidos. Ou seja,
2293 isso está previsto nesse parecer”. – Edécio José Cançado Ferreira,
2294 representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
2295 Gerais – FAEMG – “Doutora Lorena, eu para poder sanar aqui a minha
2296 dúvida é o seguinte, mesmo fora dos parâmetros isso não está causando a
2297 degradação ambiental, que a gente pode ficar tranquilo quanto a isso”. –
2298 Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – “Não, isso está causando, tanto
2299 que o empreendimento foi autuado. Está não, causou no momento em
2300 que houveram os lançamentos”. – Edécio José Cançado Ferreira,
2301 representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
2302 Gerais – FAEMG – “Foi questionado aí, que aprovamos no momento

2303 anterior um empreendimento que não cumpriu no prazo as suas
2304 obrigações. Porém em tal empreendimento não constatou qualquer tipo
2305 de degradação, pelo menos no momento que nós lá estivemos. Minha
2306 preocupação é com isso, se está causando degradação, que nível de
2307 degradação que está causando, se é coisa sanável no curto prazo, porque
2308 nós não queremos inviabilizar qualquer tipo de empreendimento, mas nós
2309 temos que ter uma garantia que isso não vai persistir ao longo do tempo.
2310 Então a palavra do técnico para mim ela é decisiva para sanar essa
2311 questão". – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – "Bom, a garantia é o
2312 que eu acabei de ler, o texto ficou um pouco longo, talvez, mas assim,
2313 traduzindo o que está escrito aqui, previsto no anexo três da
2314 condicionante um que é o auto monitoramento, na ocorrência de
2315 qualquer anormalidade, ou seja, qualquer parâmetro que esteja
2316 extrapolado em uma análise, isso vai ter que ser comunicado para o
2317 órgão, sanado, justificado e reapresentadas novas análises com os
2318 parâmetros dentro. claro que se constatado isso também o
2319 empreendimento será autuado. Então essa que é a medida que dá a
2320 tranquilidade que o senhor Conselheiro procura". – Átila Alves da Costa,
2321 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG – "O que a
2322 gente observa ao longo dos anos e quem é de Divinópolis sabe muito bem,
2323 a empresa é uma empresa séria, uma empresa que vem trabalhando,
2324 procurando sempre acertar. Eu acho que a apresentação do Promotor
2325 com relação aos relatórios significa inclusive que ela tem apresentado,
2326 tem essa preocupação mesmo estando muitas vezes em algumas
2327 situações fora. E que pela observação da equipe da SUPRAM coloca
2328 condicionante e que ela possa a tempo e a hora apresentar os resultados
2329 e corrigir aquilo que tiver fora dos parâmetros. Eu acho que a gente tem
2330 que considerar o relatório da técnica". – Francisco de Assis Braga,
2331 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – "O que chama
2332 atenção é a reincidência do mesmo parâmetro fora. Então quando a gente
2333 tem algum problema, fazendo uma analogia simples, eu estou com uma
2334 dor no braço e a dor no braço não melhora, eu faço o quê? Convivo com
2335 ela ou procuro um médico, procuro um farmacêutico? Então o que chama
2336 atenção é que durante um período longo há uma certa reincidência então
2337 eu acho que essa reincidência suscitaria ou deveria suscitar, alguma

2338 iniciativa no sentido da sua correção, esse é o ponto que me chama
2339 atenção. Tem um outro aspecto que eu gostaria de fazer só uma pequena
2340 reflexão, que é, que diz aqui relacionamento empresa comunidade no
2341 contexto ambiental. Aí o parecer diz o seguinte: ressalta-se que em
2342 vistoria o empreendedor menciona como ponto negativo a localização do
2343 empreendimento, quem mencionou foi o empreendedor. Em área central
2344 do núcleo urbano do município de Divinópolis, sendo a vizinhança
2345 composta por habitações residenciais que foram criadas após a
2346 implantação da empresa em 1937. Então eu também conheço Divinópolis,
2347 já morei aqui, então aqui a gente tem alguns problemas de planejamento
2348 e ocupação de espaços, que muitas vezes são de competência do Poder
2349 Público, inoperante, ou conivente com abertura de empreendimentos
2350 imobiliários, e que podem gerar esta situação. Então isso existe com
2351 siderurgias, eu moro aqui já sei, risco, siderurgia e tudo mais. É uma coisa
2352 que precisa ser pensada, e o empreendedor em um dado momento,
2353 dentro da minha reflexão, ele talvez possa vislumbrar que a mudança de
2354 local, tendo em vista até a valorização imobiliária do imóvel que ele
2355 ocupa, que é quase 3,7 hectares, não é isso? No centro da cidade, então
2356 talvez ceder essa área para um empreendimento qualquer imobiliário,
2357 permitiria o seu deslocamento em um outro lugar, talvez com menos
2358 problemas em termos de relacionamento com a comunidade, não que vai
2359 se desrespeitar a exigência ambiental, mas essas são situações que se
2360 criam pela falta de planejamento e ocupação dos espaços urbanos, que de
2361 alguma maneira, entre aspas, força um empreendimento já existente a
2362 talvez se deslocar. Mas talvez já é até financeiramente viável esse
2363 deslocamento tendo em vista o valor que o imóvel teria". – Átila Alves da
2364 Costa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG – "A
2365 gente poderia passar a palavra par ao representante do empreendedor?"
2366 – Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do Alto São
2367 Francisco – "Presidente, só pela ordem. Eu gostaria de pedir a minha
2368 retirada ao decorrer do evento que eu tenho em Iguatama, então
2369 desculpa aí eu vou estar me ausentando aqui da reunião". – Anderson
2370 Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de
2371 Minas – "Obrigado, Conselheiro, pela presente, e afastamento então
2372 registrado. Podemos passar a palavra então para o representante que está

2373 devidamente inscrito. O senhor tem cinco minutos em função do
2374 regimento, obviamente poderá ser prorrogado com mais um minuto ou a
2375 critério do Conselho caso exista necessidade de outros esclarecimentos e
2376 também novamente prorrogado”. – Flávio Greco, FITEDI – “Eu fiz uma
2377 apresentação que o Promotor foi muito bem o Ministério Público foi
2378 muito bem nessa situação que o grande descumprimento que tem aqui é
2379 168 análises no período, 168. As que o Promotor chamou atenção, que o
2380 Ministério público chamou atenção, as últimas 2015, 2014, 2013, existe
2381 um parâmetro chamado cor, o quê que é a cor? Um, ela não tem
2382 parâmetro na legislação vigente. Na renovação anterior o SUPRAM e os
2383 Conselheiros resolveram que para ter uma garantia que o lançamento
2384 seria controlado, que as coisas seriam corretas, fizeram um fator de
2385 eficiência de remoção de cor. O quê que é o negócio? Isso aí é a
2386 condicionante cor, se vocês repararem, eu estou 2012, 2013 e 2014, a
2387 referência que a gente tem é o vermelho é a entrada e a média de saída
2388 da estação. Então a remoção ela é muito grande, o quê que aconteceu
2389 começou no parâmetro, em 2014 para 2015 a empresa investiu uma
2390 quantidade de dinheiro suficiente, boa, não vem ao caso, para resolver o
2391 problema cor, justamente porque era o sistema onde que o Roberto
2392 colocou onde que tem uma condicionante. O sistema em gestão
2393 ambiental da empresa verificou que a reclamação cor era pertinente para
2394 o causa de um determinado grupo em Divinópolis, então resolveu se
2395 investir dinheiro para acabar com a cor, diminuir ela muito. Se vocês
2396 repararem, isso é da primeira quinzena, tá? Olha como que ela cai
2397 bastante em relação, está em processo de implantação, a média do ano de
2398 2015 a saída, a entrada está muito perto da saída, se vocês pensarem no
2399 azul aqui e no vermelho, o vermelho na saída aqui na média em 2015, nós
2400 podemos perceber que houve uma consciência. Esse aí é da segunda
2401 quinzena, a gente faz isso quinzenalmente, a análise quinzenalmente. Se
2402 vocês repararem, na segunda quinzena por motivos diretos a gente tem
2403 altos índices de 2.000, 2.200, e caímos para 400, 600, aí agora em 2015
2404 nós estamos entrada e saída muito parecida, que é muito claro isso aí,
2405 300, 500, 400, 200, olha como é que melhorou a eficiência de
2406 investimento, responsabilidade ambiental da empresa. O que é que
2407 acontece, a eficiência de cor da retirada de cor, que é o nosso parâmetro,

2408 ele era 80, 70, 74, nas quinzenas, a menor sessenta e tantos por cento.
2409 Nossa eficiência, aqui que entra o motivo de estar aqui, é extremamente
2410 honesto mesmo, o senhor foi perfeito, é nesse estudo que nós estamos
2411 fazendo, só que o RADA foi feito em 2013 para trás, o estudo foi feito em
2412 2013. Nós estamos em 2015, em 2014 investiu dinheiro, 2015 nós
2413 estamos colhendo as situações. Só que quando, se vocês observem o mês
2414 de janeiro a eficiência é zero, porque conseguimos as saídas serem muito
2415 baixas perto de 500, 400, então não tinha como remover. A atual
2416 tecnologia removeu o que a gente estava removendo, onde que eu quero
2417 mostrar a eficiência da cor, que eu ia pedir justamente a mudança da
2418 condicionante para ser uma coisa mais justa, que ela não existe na
2419 legislação, é muito importante salientar isso. A cor, neste caso, quando a
2420 gente retira, agora que nós estamos retirando muito na entrada com os
2421 processos de fabricação sendo mais fácil, meu tempo não vai dar, gente,
2422 vou precisar que vocês me ajudem. Mas aí o quê que era a intenção?
2423 Manter a condicionante que é o 60% de remoção ou eu lançar abaixo de
2424 500. Se eu lançar abaixo de 500 significa que no meu momento histórico
2425 eu pegaria todos os meus lançamentos de saída no histórico até 2005, eu
2426 teria esse lançamento, eu teria ele abaixo, o 500 significa meu histórico,
2427 eu estou abaixo do meu histórico de lançamento. Então eu estaria com
2428 dois eficientes porque no mês de janeiro eu não cumpriria, no mês de
2429 fevereiro eu não cumpriria, porque que eu não cumpriria? Porque eu
2430 entrei com 500 e saí com 500, eu entrei com 300 que é muito abaixo e sai
2431 com 200. Então eu estou lançando hoje cor muito abaixo, eu estou tendo
2432 a cor o parâmetro de entrada muito abaixo pela minha saída histórica.
2433 Então isso era uma solicitação e um motivo que nós temos esse monte de
2434 relações que são cor. Esse aí é o Flecha Catalão, esse aí é um esgoto a céu
2435 aberto, é um córrego importante em Divinópolis, ele corta Divinópolis
2436 inteiro, isso aí está pertinho do lançamento dele no Rio Itapecerica. Essas
2437 são as condições que ele está, observem que na luz a cor do rio do Flecha
2438 Catalão, isso foi depois de chuva, se alguém passar lá agora ele está
2439 pretinho. Esse é o nosso lançamento, a nossa técnica esteve lá, a técnica
2440 da SUPRAM esteve lá e verificou o local. Aí é o nosso com o eles, lá no sol
2441 se a gente olhar lá onde que está o sol olha a nossa cor e a cor do córrego.
2442 O quê que a gente faz? Esse parâmetro que nós estamos lançando, a

2443 gente faz isso aí e quinze em quinze dias, essa análise de quinze em quinze
2444 dias como é que nós estamos lançando, não é enviado a SUPRAM, nossa
2445 de gestão ambiental fazer esse controle de olhar como é que está esse
2446 lançamento. Além de ter o controle de retirada lá para fazer a análise vai
2447 lá. Eu precisava de mais um pouquinho. Algum Conselheiro pode me dar a
2448 palavra". – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da
2449 SUPRAM – Sul de Minas – "Compete ao Conselho definir a possibilidade
2450 de ser exaurido a explanação do interessado, caso todos estejam de
2451 acordo, permaneçam como estão. Pode continuar. Mais cinco minutos é
2452 suficiente?" – Flávio Greco, FITEDI – "Mais ou menos, rapidinho, aqui é
2453 para discutir sobre os parâmetros, por favor. Esse aí é nossa eficiência de
2454 DBO, chama eficiência, então eu vou chover no molhado, todos sabem
2455 que o DBO e o DQO são ou o parâmetro ou a eficiência. E se a eficiência
2456 no ano for acima mesmo que de fora, no ano for acima de 70 ou for acima
2457 de 60 ela está ok. Então é uma solução legal que eu estou falando que
2458 todos os DBOs e DQOs que estão inscritos no parecer eu só vou,
2459 infelizmente eu vou descaracterizar. Se vocês repararam, não é do nosso
2460 negócio a média da primeira quinzena 2015, 16 e 17, desculpa, 2005, 06, e
2461 07, a média qual que dá 80%. A de 2008 que nós estamos trabalhando
2462 nela que tem um lá no laudo eu estou com 80% de média em nenhuma
2463 deu menor, eficiência. Na segunda quinzena idem, se os senhores
2464 repararem exatamente o que eu coloquei, a eficiência em 2008 está
2465 perfeita. A igualzinho determina a norma. 2009 que tem também ainda no
2466 relatório DQO, os anteriores todos ok, que não faz parte desse negócio,
2467 2008 todos estão ok, olha que interessante, e deu a média de 2009 de
2468 89%, em uma quinzena em 91, na outra quinze, obedeceu a lei em 2009.
2469 2010 que também é citado, a eficiência minha média deu superior,
2470 eficiência minha média deu superior, toda a eficiência está superior. 2014,
2471 que está lá o DQO também, a minha eficiência 2014 foi 91%, nenhuma
2472 está abaixo, está cumprindo cabalmente a legislação, porque é um ou o
2473 outro, o relatório só se ateve ao parâmetro que é uma visão técnica, eu
2474 não vou entrar no mérito. O DBO que está em 2015, que é o parâmetro
2475 que saiu em 2015 que é o da gradação está aí. Eu estou com a média em
2476 2015 de 90% de eficiência em uma estação de tratamento industrial, e
2477 95% na outra quinzena. Minha média, a única baixa que deu março desse

2478 ano, deu 64% de eficiência. Isso é uma estação de tratamento que
2479 funciona nesse parâmetro. O quê que acontece, onde que eu queria
2480 chegar, nos parâmetros dos trinta e oito que o promotor falou, somente
2481 os Fenóis tem motivo, o sistema de gestão ambiental descobriu o quê que
2482 era, era um fornecedor que tinha determinado químico, produto químico
2483 dentro dele, custou achar onde que estava, não era na ETE, o tratamento
2484 não estava, achou que era o fornecedor, tirou o fornecedor. Aí em um
2485 experimento de preço, é uma empresa, a gente trabalha com o preço, o
2486 sulfeto, tem um sulfeto aqui que está fora, a gente tinha experimentado
2487 uma determinado, naquela quinzena, naquele momento um determinado
2488 produto novo, troca de marca, valor agregado, etc., saiu, imediatamente
2489 cortou e fez. A empresa, ela é uma empresa, gente, ela é grande, ela
2490 trabalha e ela foi trabalhando as duas coisas. O último só para ter o
2491 negócio, dentro do parâmetro o último parâmetro que nós temos lá está
2492 falando que a gente está fora da toxidade. Para vocês entenderem como é
2493 que é feita a toxidade, ela tem que ser enviada para o laboratório em uma
2494 temperatura A, são cinco amostrar, quatro amostras estão ok, essa última
2495 que teve, nunca teve uma fora, gente, nunca teve uma fora e nunca foi
2496 repetido, nós te mandamos repetir. A que saiu tem uma observação no
2497 laudo falando que recebeu fora da temperatura, fora da temperatura o
2498 laudo deveria ter sido descaracterizado lá por eles mesmos, se eles tem
2499 ISO lá eles deveriam caracterizado, nós estamos pagando o preço para
2500 isso. Ligamos para o laboratório, conversamos, falamos: Olha, nós temos
2501 de informar o que está escrito na norma, mas na teoria quatro de vocês
2502 estão acima, a que estava em temperatura errada pode ter possibilidade
2503 de ter saído. Neste contexto a empresa na sua ETE, então a condicionante
2504 doze e treze que o Doutor Roberto tinha questionado é interessante nesse
2505 sentido, a empresa tem seus controles, se vocês precisarem nó temos
2506 gráfico de todos os itens, de todos os parâmetros desde 2005. O controle
2507 é feito sistematicamente, eu mexo nisso em meio ambiente deve ter uns
2508 quinze para dezesseis anos ou mais, é a melhor empresa que eu já mexi.
2509 Projeto de reciclagem de água Doutor Roberto citou. O projeto de
2510 reciclagem de água não estava previsto eu falar esse pedaço não, tá gente?
2511 Eu ia solicita para tirar do conselho. Vou acabar meu tempo. A empresa
2512 quando a vistoria estava implantando a circulação de água, ela já está

2513 implantada a circulação de água. Então é importante a gente entender
2514 nesse sentido, a condicionante 12 e 13 é o que o Roberto falou, a empresa
2515 vai solicitar a retirada por motivo de ilegalidade. Para vocês entenderem
2516 como é que funciona a empresa. Água, Rio Itapecerica, responsabilidade
2517 ambiental e hídrica. A empresa pega a água do Rio Itapecerica, nosso Rio
2518 Itapecerica aqui que vocês conhecem, esse rio bonito, pega essa água,
2519 trata essa água, tem uma ETA dentro dessa empresa, 90%, 80% da água
2520 utilizada na empresa é do Rio Itapecerica, ela trata essa água, utiliza no
2521 seu processo industrial, trata esse efluente que virou efluente, ele pega o
2522 Rio Itapecerica, trata, usa, trata e lança melhor em todos os parâmetros
2523 possíveis que são da deliberação normativa 01/2008, todos os parâmetros
2524 melhores do que ele faz a captação. Só que ele não lança no Rio
2525 Itapecerica, ele lança no Código Flecha, então em referência ai código
2526 Flecha, ele lança milhões de vezes. Então a empresa tem o seu sistema de
2527 gestão ambiental muito bem estruturado, muito bem respondido. Mostrar
2528 que a empresa está poluindo, entender que a empresa está poluindo
2529 nenhuma empresa, e ela mandou os honestos, a empresa foi honesta
2530 quanto à técnica mandou par ao órgão e mostrou que resolveu, e está
2531 sendo punida por isso, está sendo punida por isso que auto de infração
2532 não é uma coisa barata que nós vamos receber, claro que nós vamos
2533 brigar para ele, e cumpriu o papel dela, imediatamente o sistema de
2534 gestão entrou e descobriu o quê que é. O Fenol demorou mais tempo
2535 porque era um produto químico que a gente não achava onde estava.
2536 Então eu queria que vocês entendessem que a empresa tem consciência,
2537 é uma empresa importante para a cidade no sentido sócio econômico,
2538 sobre o que o Doutor Francisco falou”. – Anderson Ramiro Siqueira,
2539 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Vamos
2540 concluir, por gentileza”. – Flávio Greco, FITEDI – “Vou concluir agora. A
2541 empresa está lá desde 1937, o Poder Público de Divinópolis deixou ter
2542 ocupação, a mesma coisa que aconteceu em todas as siderúrgicas na
2543 cidade, a gente não pode entrar nesse mérito. Mas, para vocês terem uma
2544 ideia, só um numerozinho que a gente levantou, que eu fiquei curioso, a
2545 empresa gasta meio milhão de reais, é meio milhão, não sei se fala
2546 milhões, é milhão em português, eu não sei, de reais em meio ambiente
2547 por ano, isso é muito dinheiro para ter uma empresa tão responsável.

2548 Então a gente descaracterizar a empresa, é uma empresa que está
2549 querendo fazer, toda empresa tem suas falhas. Era só isso, obrigado". –
2550 Não se identificou – “O que eu gostaria de saber do técnico só uma dúvida
2551 aqui que saiu, se ele tira a água do Rio Itapecerica, faz o tratamento dela,
2552 usa no processo produtivo, torna a tratar e torna a lançar no rio, eu acho
2553 que essa recirculação ela é obrigatória, porque você está lançando a água
2554 melhor do que ele está pegando no Rio Itapecerica, eu acho que ele tinha
2555 que estar aproveitando ela era 100%. Essa reutilização dela tinha que ser
2556 100% em função dessa informação que você deu, isso aí é”. – Lorena,
2557 SUPRAM – Alto São Francisco – “A empresa precisa de determinada
2558 qualidade da água, determinadas características físicas, físico-química da
2559 água para o processo produtivo dela. Aí é uma questão muito técnica, eu
2560 acredito que haja impedimentos em percentuais aí no uso, no reuso que a
2561 impeça de recircular 100%. Eu queria só responder, complementar o que
2562 foi falado pelo representante da empresa, primeiro com relação aos
2563 laudos, eu analisei os laudos que foram protocolados na SUPRAM e eles
2564 vêm com a conclusão técnica que não especifica essa projeção anual que é
2565 prevista pela DN conjunta COPAM 01/2008, COPAM/CERH. Então essa
2566 questão é importante, ele bem mencionou, acho que foi necessário para a
2567 gente avaliar o desempenho da empresa e a degradação ambiental como
2568 a lei prevê na sua totalidade. Mas, no entanto ainda que o DBO, DQO e o
2569 parâmetro cor tenha argumentação que ele defendeu aqui, e é pertinente
2570 em termos legais, os Fenóis já são suficientes para caracterizar a
2571 degradação. E foi corrigido, pelo que ele falou, e isso vai ser apresentado
2572 de acordo com a condicionante aqui 12, 13. Com relação à legalidade da
2573 condicionante número 15, esse é um questionamento que me também
2574 me traz dúvida, eu queria indagar aqui até ao conselho a legalidade
2575 expressa para qualquer condicionante que tenha que se exigir. porque se
2576 for assim a gente tem que rever. Não, é porque houve a argumentação de
2577 que a condicionante 15, esse programa de relacionamento entre o
2578 empreendimento e a população ele não tem previsão legal, eu estou me
2579 perguntando se todas as condicionantes precisam de previsão legal
2580 expressa. Porque nesse caso, embora não haja previsão legal, há subsídio
2581 técnico que caracteriza a necessidade dessa condicionante”. – Camilo de
2582 Lélis André Melo, representante da Federação das Associações

2583 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
2584 Gerais – FEDERAMINAS – “Essa condicionante não seria resolvida com a
2585 audiência pública não, da empresa? Não sei. Agora eu acho que as
2586 condicionantes vocês deviam colocar nas estações de tratamento de
2587 esgoto da COPASA, por favor, quando tiver estação de tratamento de
2588 esgoto, essa condicionante tem que ser a número um”. – Lorena, SUPRAM
2589 – Alto São Francisco – “A condicionante ela não define qual seria o
2590 conteúdo do programa, apenas que a empresa apresente e implemente,
2591 então o modelo como ela vai fazer ela vai diagnosticar e propor”. –
2592 Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos
2593 Afluentes do Alto São Francisco – “Lorena, Eu não quis tirar o mérito da
2594 sua proposta não, o que eu me preocupo é o seguinte, a gente coloca
2595 condicionantes que não tem a base legal para colocar, sem saber se o
2596 empreendedor, antigamente aqui no nosso COPAM nós tivemos casos em
2597 que tinha uma turma aí meio assim entusiasmada que colocava obrigação
2598 para as empresas de fazer arborização no bairro, fazer coisas, calçamento
2599 de rua e etc. E isso aí se mostrou na época totalmente ineficiente porque
2600 isso aí não é obrigação, a pessoa entrava com recurso e ganhava, e vocês
2601 pela autotutela tinham que tirar fora a condicionante. então é o seguinte,
2602 eu acho que não custa nada ter a anuência do empreendedor, porque aí
2603 você faz uma coisa sabendo que o empreendedor quer fazer, você
2604 entendeu? Você faz, ele entra com recurso, tira, nós vamos perder tempo,
2605 é burocracia, está certo? Eu até acho que uma empresa desse padrão, e
2606 aliás gostaria até de cumprimentar o consultor Flávio, você me
2607 surpreendeu, a apresentação sem nada a declarar então a minha
2608 preocupação é essa, é da gente jogar para um campo do recurso, para o
2609 campo, eu acho de judicialização, não vai para a justiça, mas aqui dentro
2610 da área administrativa pode vir, a gente depois vai ter que votar isso aqui
2611 ainda”. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da
2612 SUPRAM – Sul de Minas – “Conselheiro, até aproveitando a presença do
2613 empreendedor e até de uma possível proposta de exclusão dessa
2614 condicionante pelo próprio conselho neste momento, o empreendedor se
2615 opõe à condicionante número quinze? Tá, a intenção do Conselheiro no
2616 momento da votação do processo de se propor a exclusão da
2617 condicionante 15”. – Não se identificou – “Como?” – Anderson Ramiro

2618 Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Se
2619 o Conselheiro tem intenção de no momento da votação do processo
2620 propor a exclusão da condicionante número 15”. – Roberto Soares
2621 Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São
2622 Francisco – “Não, eu não propus retirada dessa, eu acho essa
2623 condicionante válida e tudo, o que eu disse é o seguinte, eu estou
2624 tentando ver se isso aí não vai ser inócuo, nós vamos perder tempo aqui
2625 votando uma condicionante que a empresa não pretende, ela entra com
2626 recurso e ganha, simples”. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de
2627 Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Então não há a
2628 intenção se solicitação de exclusão?” – Francisco Chaves Generoso,
2629 representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Só um
2630 esclarecimento, porque que ela ganharia isso no recurso?” – Roberto
2631 Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do
2632 Alto São Francisco – “Porque não tem base legal para exigir”. – Francisco
2633 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
2634 “Ok, Conselheiro, então me perdoe, existe base legal para exigir que
2635 condicionantes sejam observadas e cumpridas tempestivamente, hoje foi
2636 aprovado uma licença aqui com condicionante descumprida, então não
2637 estou entendendo a incoerência, sinceramente”. – Camilo de Lélis André
2638 Melo, representante da Federação das Associações Comerciais,
2639 Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
2640 FEDERAMINAS – “Eu acho que essa condicionante deve continuar até
2641 porque deve ser o interesse da empresa manter o bom relacionamento
2642 não só com a comunidade vizinha, mas ela deve ter um departamento de
2643 relações públicas e que ela faça algo nesse sentido. Por exemplo, um livro
2644 que anota a reclamação dos vizinhos, que ela dê uma resposta aos
2645 vizinhos, aos incomodados o quê que ela está fazendo para diminuir esse
2646 impacto. Que tem um impacto então tem que ser solucionado, eu acho
2647 que é interesse da empresa, até pelo produto que ela fabrica, de manter
2648 um bom relacionamento com a comunidade”. – Roberto Soares Nogueira,
2649 Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos Afluentes do Alto São Francisco
2650 – “Eu jamais pedi a retirada dessa condicionante, está bom? Eu
2651 simplesmente argumentei porque já vi acontecer aqui a gente lutar por
2652 uma coisa e depois ter a decepção de não ver aquilo cumprido. Agora

2653 quando você não tem uma base legal que sustente uma proposta, eu acho
2654 que não custa nada usar o bom senso e perguntar ao empreendedor se
2655 ele está de acordo para ver a aceitação sem problemas futuros, está
2656 certo? Agora eu em momento algum pedi retirada de nenhuma
2657 condicionante aqui". – Átila Alves da Costa, Federação das Indústrias do
2658 Estado de Minas Gerais, FIEMG – "Acho que a gente não pode confundir o
2659 que é obrigação legal e o que é o valor da empresa, o que ela considera
2660 como valor, relacionamento, etc. Então essa colocação do Roberto ela é
2661 pertinente sim, você não pode obrigar o, ter como obrigação ambiental
2662 um relacionamento com a comunidade, uma coisa é uma coisa, outra
2663 coisa é outra coisa". – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – "Eu disse
2664 isso aqui hoje já no microfone, que o meio socioeconômico, o
2665 relacionamento com a comunidade é sim uma questão ambiental que faz
2666 parte do desempenho ambiental da empresa, e por isso a gente como
2667 órgão tem que ter uma atenção para a tutela desse ponto de vista, não
2668 é?" – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
2669 Justiça – PGJ – "Além de tudo, existe previsão normativa nesse sentido,
2670 porque se não existisse não precisaria todo parecer de revalidação de
2671 licença de operação consignar que esse item está sendo avaliado.
2672 Relacionamento com a comunidade é um item que é avaliado em todos os
2673 processos de revalidação de licença de operação". – Lorena, SUPRAM –
2674 Alto São Francisco – "É um item padrão dos nossos pareceres". – Não se
2675 identificou – "Sim, é importante esclarecer o seguinte, ele é importante
2676 sim, não tenho a menor dúvida, o importante é confundir se isso é legal
2677 ou se não é legal, essa que é a questão". – Vilma Aparecida Messias,
2678 SUPRAM – Alto São Francisco – "Só para poder esclarecer o que eu disse,
2679 o Senhor Roberto no início perguntou se tinha alguma previsão legal para
2680 exigirmos essa condicionante, realmente não existe uma previsão legal
2681 para colocarmos essa condicionante. no entanto, a equipe técnica ao
2682 analisar o empreendimento ela sim tem competência para poder sugerir
2683 inclusões de condicionante, então se a equipe entendeu que esse
2684 empreendimento específico apesar de não ter a previsão legal, ele precisa
2685 se adequar nesse, nesse e nesse ponto. Então assim, a autonomia da
2686 equipe de sugerir isso existe". – Anaximandro Lourenço Azevedo Feres,
2687 representante da Pontifícia Universidade Católica – PUC/Arcos –

2688 “Consultando aquele ótimo funcionário que é o Google, resolução
2689 CONAMA 0186, para efeito dessa resolução considera-se impacto
2690 ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e
2691 biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou
2692 energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente
2693 afetam inciso um, a saúde e a segurança e o bem estar da população, eu
2694 acho que essa é a base legal que nós temos para colocar a condicionante”.

2695 – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
2696 Justiça – PGJ – “Exatamente. Até porque a levar essa interpretação de
2697 uma forma rigorosa da forma, enfim, que está sendo sugerida, não
2698 precisaria de conselho na, era só copiar dispositivo de lei nas
2699 condicionantes e estava encerrado. Eu tenho um outro esclarecimento,
2700 uma dúvida que eu gostaria de esclarecimento, houve um lapso temporal
2701 em que a empresa funcionou desacobertada de ato autorizativo, que é da
2702 data do vencimento da licença até a assinatura do TAC, confere?” –
2703 Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – “Confere, houve”. – Francisco
2704 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
2705 “Houve atuação por conta disso?” – Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco
2706 – “Houve sim”. – Francisco Chaves Generoso, representante da
2707 Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Quanto tempo isso durou?” –
2708 Lorena, SUPRAM – Alto São Francisco – “Vou conferir a data certinho, mas
2709 foram alguns meses. Eu não constei as análises que eles realizaram nesse
2710 período porque não era objeto”. – Francisco Chaves Generoso,
2711 representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Do ponto de vista
2712 jurídico, vou fazer a pergunta final, a pergunta final é: se ela operou sem
2713 licença e se ela foi autuada por degradação ambiental e isso está
2714 confirmado, não houve a interrupção das atividades nesse período por
2715 quê? Ou houve?” – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – “Não
2716 houve”. – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
2717 Geral de Justiça – PGJ – “E qual é a razão jurídica para que não tenha
2718 havido?” – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – “Porque foi
2719 verificado que não se tratava de revalidação automática na data que o
2720 parecer veio para o jurídico fazer a pré análise. Tem um trâmite no órgão,
2721 o processo ele é protocolado, digitalizado, vai para a distribuição e por aí
2722 vai. Quando chega no jurídico que a gente verifica essas informações,

2723 passa para o técnico para que seja feita a suspensão. – Flávio Greco,
2724 FITEDI – Sobre as duas condicionantes, as duas últimas, a 13 e a 14, o
2725 relacionamento com a comunidade funciona da seguinte forma, todas as
2726 reclamações que já teve tanto do Ministério Público como SUPRAM,
2727 automaticamente gerou lá dentro também quando a pessoa ligou, uma
2728 ROCA, que é um Relatório de Ocorrência Ambiental. O quê que a gente
2729 faz? Procura a pessoa, conversa com a pessoa, olha o quê que é o
2730 problema, vai na casa da pessoa, faz medições necessárias. Vou dar um
2731 exemplo simples: a cozinha industrial da empresa tinha um vidro que
2732 estava ficando aberto, aberto e estava tendo barulho, teve uma queixa no
2733 Ministério Público. Imediatamente foi procurada a pessoa, foi medido o
2734 decibelímetro o quê que era o problema, era no horário do jantar.
2735 Imediatamente percebeu-se que era aquela janela, ela foi fechada, foi
2736 travada a janela, foi feito uma janela extra, então faz o colchão de ar que
2737 não passa o negócio, e o resolvido. A empresa já tem um acesso liberado à
2738 comunidade, ela nunca negou nenhuma pessoa chegar na empresa,
2739 querer conhecer sabe. Então esse acesso já existe, é o telefone que é o
2740 mais simples, o e-mail também é um trem simples. Então gerar um
2741 sistema de a gente fazer alguma coisa com a comunidade, a comunidade
2742 pode vir à empresa, isso não é o ponto”. – Francisco Chaves Generoso,
2743 representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Só abrindo um
2744 parêntese em relação a esse ponto. Se a empresa já faz esse tipo de
2745 atividade, o que inclusive facilitaria caso isso fosse documentado e muito
2746 a vida de todos os órgãos fiscalizadores, do Ministério Público, da própria
2747 SUPRAM, da própria polícia ambiental, o que eu acho que o órgão
2748 ambiental tá querendo é que isso seja documentado, ou seja, recebeu
2749 telefonema, anota o que aconteceu e anota a providência que adotou”. –
2750 Flávio Greco, FITEDI – “O procedimento é esse, é aberto um relatório, ele
2751 é feito, eu estou cumprindo já isso, eu estou fazendo, a empresa já
2752 trabalha. Então é aberto, é respondido e ele é documentado para o
2753 sistema de gestão senão ela não teria controle”. – Francisco Chaves
2754 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Me
2755 parece que isso aí é muito interessante até para o próprio empreendedor
2756 mesmo, para poder depois apresentar seus argumentos de defesa, enfim,
2757 porque realmente são procedimentos instaurados rotineiramente, tanto

2758 do ponto de vista fiscalizatório quanto do ponto de vista civil, enfim, acho
2759 que é interessante para a empresa". – Flávio Greco, FITEDI – "Último
2760 ponto sobre o questionamento da entrada do processo. A DN 17, os
2761 senhores, os que eram mais antigos, votaram N processos que entraram
2762 em desacordo com a DN 117, é só pegar, está tudo no site, a gente votava
2763 que, votava não, funcionava assim se você entrasse antes do vencimento
2764 você não era punido por isso, você não precisava entrar aos noventa dias,
2765 só quando você tinha um problema você entrava noventa dias, e agora
2766 120 que é o atual. O quê que aconteceu, não era exigido isso naquele
2767 momento não foi exigido, e foi um lapso da empresa, ela está sendo
2768 punida por causa disso, mas naquele momento 2013, no SUPRAM Alto São
2769 Francisco no Sul de Minas não era cobrado isso, mas está sendo multado
2770 por isso. Então ela está sendo, foi um erro técnico meu, meu, vou pagar
2771 por isso até, então o sistema foi esse, não foi o dolo da empresa não
2772 querer fazer, ela funcionou perfeitamente, a estação funcionou
2773 perfeitamente, tudo estava perfeito. É só". – Anderson Ramiro Siqueira,
2774 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – "Algum
2775 Conselheiro gostaria de manifestar mais alguma informação nesse
2776 processo? Bom, a gente vai ter a seguinte ordem de julgamento, gente vai
2777 colocar em julgamento o parecer da equipe técnica da SUPRAM, depois há
2778 o pedido para que sejam alteradas as condicionantes 09, 10, 11, 12 e 13,
2779 ok? Então colocando em votação o item 7.1, Companhia Fiação e
2780 Tecelagem Divinópolis FITEDI, quem estiver de acordo com o parecer da
2781 equipe técnica da SUPRAM, com as correções feitas aqui nesse momento,
2782 ressaltadas as condicionantes 09, 12, 13, 10 e 11 que sofreram alterações,
2783 permaneçam como estão". – Francisco de Assis Braga, Associação
2784 Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – "Abstenção da ABES. –
2785 Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
2786 Justiça – PGJ – "Como já foi mencionado várias vezes no decorrer da
2787 reunião, existem investigações em relação à empresa por parte do
2788 Ministério Público, o que me põe o dever legal de me abster". – Anderson
2789 Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de
2790 Minas – "Então processo aprovado com duas abstenções. Colocamos em
2791 votação agora a alteração da condicionante número 09 que determina a
2792 proposta, o acréscimo do horímetro". – Lorena, SUPRAM – Alto São

2793 Francisco – “Só para esclarecer, o texto da condicionante ele já fala de
2794 horímetro e hidrômetro instalados nos postos tubulares, seria só para, a
2795 proposta do Conselheiro seria só para acrescentar e horímetro e medidor
2796 de vasão instalado na captação superficial, não é isso? Porque só está
2797 medidor de vasão, acrescentar o horímetro”. – Anderson Ramiro Siqueira,
2798 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Ok, em
2799 votação então a alteração da condicionante número nove conforme dita
2800 pela equipe técnica”. – Francisco – “Vou me abster novamente, nessa e
2801 em todas as outras, que já fique registrado”. – Anderson Ramiro Siqueira,
2802 Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Ok,
2803 alteração feita com abstenção, alteração da condicionante número 10,
2804 que seja incluído ao seu final para aprovação da equipe técnica da
2805 SUPRAM. Todos estão de acordo com essa alteração, junto à
2806 condicionante número 10?” – Camilo de Lélis André Melo, representante
2807 da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
2808 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – “Até porque a
2809 empresa não pode fazer nenhuma modificação se não for com
2810 autorização, levar ao conhecimento da SUPRAM não”. – Anderson Ramiro
2811 Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Ok,
2812 condicionante alterada com uma abstenção. Condicionante número 11,
2813 seja incluído ao seu final a expressão: caso aprovado”. – Não se identificou
2814 – “Caso viável”. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle
2815 Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Viável, perdão, caso viável.
2816 Condicionante alterada com uma abstenção. Alteração da condicionante
2817 número 12 relativo ao prazo de seu cumprimento”. – Não se identificou –
2818 “Senhor presidente, só, eu também me abstenho de toda essa votação aí,
2819 tá? seguindo que eu também me abstive do parecer”. – Anderson Ramiro
2820 Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas – “Ok,
2821 corrigindo o caso das abstenções, todas as condicionantes ora lidas com
2822 duas abstenções. Alteração do prazo para o cumprimento da
2823 condicionante número 12, reduzindo para noventa dias, tudo de acordo
2824 com essa alteração proposta, alteração deferida com duas abstenções.
2825 Condicionante número 13, redução do prazo para 180 dias, todos de
2826 acordo com essa alteração? Ok, condicionante número 13 reduzido para
2827 180 dias com duas abstenções. Item 7.3, Indústria e Comércio de Pólvora

2828 Cascavel Ltda., destaque MP, Comitê de Bacia Hidrográfica e Associação”.
2829 – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de
2830 Justiça – PGJ – “Então já vou adiantando. Chamo atenção por se tratar de
2831 uma fábrica de pólvora e artigos pirotécnicos, e que não possui AVCB. Se o
2832 empreendimento dessa tipologia não precisar de AVCB eu não sei qual
2833 outro precisa”. – Helena, SUPRAM – Alto São Francisco – “A fábrica ela
2834 produz somente pólvora, não produz artigos pirotécnicos”. – Francisco
2835 Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ –
2836 “Não muda muito, aliás, não muda nada o posicionamento, mas enfim, é
2837 aquilo que eu venho sempre advertindo, condicionar isso é assumir o risco
2838 de que nesse período que ela tem para cumprir, eventualmente ocorra
2839 algum acidente e aí realmente da parte do Ministério Público nós não
2840 queremos ser minimamente responsáveis por isso. Além disso, o que
2841 consta do parecer é que a empresa foi autuada por descumprir
2842 condicionante, causando degradação ambiental também porque afluentes
2843 estavam fora dos parâmetros, os relatórios acusando efluentes líquidos
2844 fora dos padrões que constam das folhas 13 e 14. Só uma contribuição
2845 agora não diz respeito especificamente a esse processo, o item 7.4 foi
2846 retirado de pauta, mas é só para fazer uma conferência porque eu acho
2847 que houve uma interpretação divergente no que se refere ao prazo das
2848 licenças do item 7.3 e 7.4, explico: em uma das duas foi considerado a
2849 autuação que ocorreu no âmbito da análise como motivo suficiente para
2850 não estabelecer o prazo, e parece que na outra não. Então é só conferir se
2851 o 7.3 ou o 7.4 nesse particular estão sendo analisados da mesma forma,
2852 porque senão fica um posicionamento divergente dentro do próprio
2853 órgão. Mas como o 7.4 foi retirado de pauta, no caso do 7.3, salvo engano,
2854 não está havendo benefício de prorrogação de prazo, não é? No 7.3 em
2855 razão da autuação?” – Helena, SUPRAM – Alto São Francisco – “Não está
2856 havendo benefício”. – Francisco Chaves Generoso, representante da
2857 Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “Não está havendo?” – Vilma
2858 Aparecida Messias, SUPRAM – Alto São Francisco – “Mas só para
2859 esclarecer, Doutor Francisco, não é por causa da autuação não, é todo um
2860 conjunto que eles estão avaliando para poder dar o benefício ou não. Ele
2861 pode até ter utilizado a atuação aqui para fundamentar, não é só por isso
2862 não”. – Não se identificou – “Mas não tem benefício”. – Francisco Chaves

2863 Generoso, representante da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ – “De
2864 toda sorte, é, não tem”. – Não se identificou – “O oito é porque é classe
2865 um, ok?” – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria
2866 Geral de Justiça – PGJ – “Ok. de toda forma o principal fundamento que o
2867 Ministério Público tem para poder votar pelo indeferem-no da licença é o
2868 fato de um empreendimento dessa tipologia não contar com AVCB, o que
2869 no nosso ponto de vista realmente não tem qualquer justificativa”. –
2870 Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica Entorno dos
2871 Afluentes do Alto São Francisco – “Eu gostaria de propor, eu não gosto de
2872 fazer nada para uma empresa e deixar de fazer para outra, está certo?
2873 Aqui na condicionante 10 e 11, foram concedidos aqueles prazos que eu
2874 achei assim um pouco extensos, e eu gostaria de propor aqui reduzir, do
2875 mesmo jeito que nós fizemos para a FITEDI, reduzir de 180 para 90 na 10 e
2876 de 210 para 180 na 11”. – Helena, SUPRAM – Alto São Francisco –
2877 “Concordo”. – Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual
2878 da SUPRAM – Sul de Minas – “Não havendo mais destaques nem
2879 ponderações, em razão da equipe técnica já ter concordado inclusive com
2880 alteração da condicionante 10 e 11, com a redução de prazo, colocaremos
2881 em votação então o parecer técnico da equipe, técnico e jurídica, com as
2882 alterações das condicionantes 10, reduzindo o prazo para movente dias, e
2883 alteração da condicionante 11 reduzindo o prazo para 180 dias. se todos
2884 estiverem de acordo com o parecer da equipe técnica permaneçam como
2885 estão”. – Francisco Chaves Generoso, representante da Procuradoria Geral
2886 de Justiça – PGJ – “Manifestação pelo indeferimento em razão da
2887 inexistência do AVCB”. – Francisco de Assis Braga, Associação Brasileira de
2888 Engenharia Sanitária – ABES – “Abstenção da ABES”. – Anderson Ramiro
2889 Siqueira, Diretor de Controle Processual da SUPRAM – Sul de Minas –
2890 Processo aprovado com um indeferimento e uma abstenção”. **9.**
2891 **Encerramento. Anderson Ramiro Siqueira, Diretor de Controle Processual**
2892 **da SUPRAM – Sul de Minas.** “Destá forma, declaramos encerrada a
2893 presente reunião, agradecemos a todos a presença”.